

Ano CVII da IOE
108ª da República
Nº 28.756

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

DIÁRIO OFICIAL

0393

Belém, quarta-feira,
15 de julho de 1998

NESTA EDIÇÃO

03 cadernos / 24 páginas
21 páginas eletrônicas
03 páginas convencionais

PODER EXECUTIVO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

Lei estabelece diretrizes orçamentárias para 99

A HISTÓRIA NO DIÁRIO OFICIAL

15 DE JULHO DE 1939

O Diário Oficial do Estado publicou, através da Diretoria Geral de Saúde do Estado, um edital de concorrência pública para instalação e exploração de um Entreponto de Beneficiamento e Pasteurização de leite. O edital estabelecia que o Governo concederia, para o serviço, a isenção de todos os impostos estaduais e municipais, durante dez anos, e pleitearia a redução dos impostos alfandegários em que viesse a incidir.

Diz ainda o edital que, findo o prazo, a firma contemplada gozaria dos mesmos benefícios de isenção de impostos estaduais e municipais, se baixasse em 50 por cento o total das taxas cobradas para beneficiamento e pasteurização do leite. O Entreponto deveria ter uma capacidade mínima de 15.000 litros diários.

José Carneiro da Gama Malcher era Interventor Federal no Estado e Deodoro Mendonça ocupava o cargo de Secretário-Geral.



Imprensa Oficial do Estado
<http://www.ioe.pa.gov.br>
E-mail: ioe@prodepa.gov.br

A Lei nº 6.146 define as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1999. Entre as prioridades estabelecidas no Capítulo I está a "elevação da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais intra-regionais e interregionais no território paraense". Estão dispostas na Lei,

ainda, as diretrizes gerais para os orçamentos do Estado; a organização e estrutura dos orçamentos; as alterações na legislação tributária do Estado; os itens relativos às despesas com pessoal; e a política de aplicação da agência financeira oficial de fomento.

(Caderno 1. Pág. 2 e 3)

Obras na PA-150

A Setran avisa sobre a realização da Tomada de Preços nº 024/98, para execução dos serviços de pavimentação da alça da Rodovia PA-150, no município de Pau D'Arco.

(Caderno 2. Pág. 1)

Praça na Marambaia

A Companhia de Habitação do Pará, segundo a OES nº 036/98, contrata a empresa CCP-Construções, Consultoria e Projetos Ltda para construção de uma praça e um campo de futebol nos conjuntos habitacionais Marambaia III e IV. O contrato tem valor de R\$ 75,7 mil e vigência até agosto deste ano.

(Caderno 2. Pág. 1)

Remoção de Policiais

A Instrução Normativa nº 003/98, da Polícia Civil, define que o Diretor de Polícia Operacional poderá efetivar a remoção de policiais. A Instrução é retroativa a abril de 1997.

(Caderno 2. Pág. 4)

Licitação na Cosanpa

A Cosanpa avisa sobre a realização da Tomada de Preços nº 20/98 para instalação de um poço tubular profundo no sistema de abastecimento de água de Oriximiná.

A abertura das propostas está marcada para o dia 30 de julho. O edital pode ser retirado na Comissão Permanente de Licitação da Cosanpa, em Belém.

(Caderno 2. Pág. 2)

Concorrência no Detran

No dia 28 de agosto, o Detran/PA realizará a Concorrência Pública nº 003/98 para contratar empresa que execute os serviços de digitalização de processos para emissão da carteira nacional de habilitação, com fotografia e assinatura digitalizados.

O edital está disponível na sede do Detran, em Belém.

(Caderno 2. Pág. 2)

Banpará leiloa imóveis em Capitão Poço

O Banpará anuncia que vai leiloar, no dia 4 de agosto, dois imóveis no município de Capitão Poço. Um imóvel comercial avaliado em R\$ 24 mil; e outro imóvel residencial no valor de R\$ 11 mil. Os editais do Leilão nº 003/98 podem ser retirados gratuitamente.

(Caderno 2. Pág. 1)

**ALMIR GABRIEL**

Governador do Estado

HÉLIO GUEIROS JÚNIOR
Vice-Governador do Estado**LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado**ROMÃO AMOÉDO NETTO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado**MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR**
Procurador Geral de Justiça**JOÃO DE MIRANDA LEÃO FILHO**
Procurador Geral do Estado**OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE**
Consultor Geral do Estado**ITALO DE ALMEIDA MÁCOLA JÚNIOR**
Procurador Geral da Defensoria Pública**SECRETARIADO**Administração
AUGUSTO CESAR BELLOJustiça
CLODOMIR ASSIS ARAÚJO

Fazenda

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
Obras Públicas**PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO**
Saúde Pública**VITOR MANUEL JESUS MATEUS**
Educação**JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO**
Agricultura**IRVAL DE MENEZES LOBATO**
Segurança Pública**PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA**
Planejamento e Coordenação Geral**SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE**Desenvolvimento Estratégico
JOSE AUGUSTO AFFONSO

Cultura

PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
Indústria, Comércio e Mineração**MARIANA MARCELIANO HALLBERG**
Trabalho e Promoção Social**MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL**

Transportes

AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAUCiência, Tecnologia e Meio Ambiente
JUAN LORENZO BARDÁLEZ HOYOS

Casa Militar da Governadoria do Estado

CEL. PM ROBERTO DA ROCHA KÓS

Casa Civil da Governadoria do Estado

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA

Comandante Geral da Polícia Militar

CEL. PM FABIANO JOSÉ DINIZ LOPESComandante Geral de Corpo de Bombeiros Militar
CEL. QOBM JOSÉ CUPERTINO CORREA**GABINETE DO GOVERNADOR****LEI N° 6.146, DE 13 DE JULHO DE 1998.**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1999 e dá outras providências.
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estau e eu sanciono a seguinte Lei:**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 1999, com base no disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 204 da Constituição Estadual, compreendendo:
I - as prioridades e metas da administração pública estadual;
II - as diretrizes gerais para os orçamentos do Estado e suas alterações;
III - a organização e estrutura dos orçamentos;
IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Estado;
V - as disposições relativas às despesas do Estado com Pessoal;
VI - a política de aplicação da agência financeira oficial de fomento;
VII - as disposições finais.**CAPÍTULO I**
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º O Poder Público terá como prioridades básicas a elevação da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais intra-regionais e inter-regionais no território parense, que serão viabilizadas em consonância com a Lei nº 5.925, de 28/12/95, através de ações que visem:

I - modernizar a estrutura produtiva em nível estadual, buscando a internalização dos benefícios gerados e a crescente integração da economia local à nacional e mundial, com a utilização de tecnologias competitivas e adequadas ao equilíbrio ambiental.

II - conjugar esforços para elevação da qualidade estrutural e dos resultados econômicos e sociais dos investimentos, especialmente os relativos à educação, saúde, saneamento, justiça e segurança, promoção social, agricultura, turismo, mineração, agroindústria, transporte e energia, através da realização de parcerias com outras esferas de governo, a iniciativa privada e ONG's - Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos.

III - elevar a capacidade de investimento, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação, do combate sistemático à sonegação e à evasão fiscal, da intensificação de ações de cobrança da dívida ativa e da melhor adequação econômico-financeira do gasto público, de modo a permitir o mais amplo acesso da população aos serviços sociais básicos e a maior eficiência em sua prestação.

Art. 3º As metas correspondentes às prioridades mencionadas no artigo anterior são as constantes do Plano Pluriannual 1996/1999.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES PARA OS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 4º Na programação dos investimentos em obras para administração pública estadual, serão observados os seguintes critérios:

I - a consistência e a compatibilidade com o Plano Pluriannual 1996/1999 e com esta Lei;

II - a preferência das obras de reforma, ampliação e recuperação de imóveis do Poder Público, das obras em andamento e das paralisadas sobre as novas;

III - a proibição de que a Lei Orçamentária e os créditos adicionais incluam recursos para novos projetos, em detrimento de dotações que assegurem a continuidade das obras em andamento;

IV - a prioridade dos projetos de investimentos em regime de parceria sobre os demais.

Art. 5º A Lei Orçamentária disporá sobre o montante, origem, natureza e destinação das operações de crédito.

Art. 6º O Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público encaminharão à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN suas respectivas propostas orçamentárias, para consolidação com as propostas das demais entidades da administração estadual e compatibilização com a receita prevista.

Art. 7º Para o efeito do disposto nos arts. 86, § 1º, 158 e 185 da Constituição Estadual, os limites para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público serão os seguintes percentuais da receita orçamentária:

I - Poder Judiciário - 7,0;

II - Poder Legislativo:

a) Assembleia Legislativa - 4,0;

b) Tribunal de Contas do Estado - 1,8;

c) Tribunal de Contas dos Municípios - 1,3;

III - Ministério Público:

a) Ministério Público Estadual - 3,5;

b) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado - 0,40;

c) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios - 0,25.

§ 1º Para efeito de cálculo desses limites, excluir-se-ão da receita orçamentária os

valores correspondentes às operações de crédito, transferências constitucionais aos Municípios, receitas vinculadas, patrimoniais e alienação de bens.
§ 2º Havendo incremento real, mensal, da receita arrecadada em 1999, em comparação com a arrecadada no mês pertinente de 1998, devidamente corrigida, 2/3 (dois terços) da diferença devida ao Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e aos demais órgãos constitucionais independentes serão destinados ao Poder Executivo.

Art. 8º Será constituída, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, reserva de contingência em valor cujo limite não poderá ultrapassar 1% da receita corrente líquida estimada para o exercício de 1999.

Parágrafo único. Para efeito do cálculo desse limite, excluir-se-ão da receita corrente os valores correspondentes às transferências constitucionais aos Municípios, às receitas vinculadas e patrimoniais.

Art. 9º As propostas de emendas ao projeto de lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem deverão ter seus custos compatíveis com o necessário à plena execução do referido projeto.

Art. 10. O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, à Casa Civil do Gabinete do Governador e à Procuradoria-Geral do Estado, encaminhará à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, até 15 de julho de 1998, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 1999, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesa, especificando:

- a) número do processo;
- b) número do precatório;
- c) data da expedição do precatório;
- d) nome do beneficiário;
- e) valor do precatório a ser pago.

Art. 11. A inclusão de grupo de despesa em projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que não alterem seus objetivos, será feita por meio da abertura de crédito suplementar.

Art. 12. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas para atender às necessidades de execução, se publicadas por meio de:

I - Decreto do Governador do Estado, para as fontes.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 13. A Lei Orçamentária Anual e seus anexos compreenderão:

I - os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, referentes aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento de investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. A programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social será apresentada conjuntamente.

Art. 14. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa, indicando a sua natureza, observada a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) outras despesas correntes;

DESPESAS DE CAPITAL

- d) investimentos;
- e) inversões financeiras;
- f) amortização da dívida;
- g) outras despesas de capital.

§ 1º A classificação a que se refere o "caput" deste artigo corresponde aos agrupamentos de elementos da natureza da despesa, conforme definir a Lei Orçamentária.

§ 2º A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;

II - das receitas dos Orçamentos de Investimento das empresas;

III - da natureza da despesa para cada órgão;

IV - da despesa por fonte de recursos para cada órgão;

V - das receitas e das despesas, detalhadas por atividade, programa, subprograma, projeto e atividades, dos Fundos Estaduais.

Art. 15. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social, nos termos dos arts. 261, 262, 263 e 271 da Constituição Estadual.

Art. 16. O Orçamento da Seguridade Social contará com recursos provenientes de:

I - contribuições sociais dos servidores públicos, bem como das obrigações patronais da administração pública;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o orçamento de que trata este artigo;

III - transferências efetuadas através do Sistema Único de Saúde;

IV - transferências do Orçamento Fiscal;

V - outras fontes.

T A B E L A**ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES**

Imprensa Oficial do Estado

ioe@prodepa.gov.br

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chaco, nº 2271 - Marco

CEP: 66.090-120 - Belém - Pará

PABX: 246-7888. FAX: 226-0078 e 226-0556

Diretor Presidente

JOSE NELIO PALHITA

Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CLÁUDIA MEDEIROS

Diretor de Documentação e Divulgação

LOURIVAL BARBALHO JUNIOR

Diretor Técnico

LAÉRCIO OLIVEIRA DA SILVA**ASSINATURA SEMESTRAL FOTOLITO**

Na capital: R\$ 50,00 Centímetro x col. de 4cm:

Outras cidades: R\$ 156,00 R\$ 1,00

R\$ 0,40

R\$ 2.688,00

R\$ 14,00

Preço por página:

R\$ 2.688,00

Centímetro x col. de 4cm:

R\$ 2,00

R\$ 0,00

R\$ 0,00

R\$ 0,00

R\$ 0,00

R\$ 0,0

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1998

DIÁRIO OFICIAL

Art. 17. O Orçamento de Investimento das Empresas será composto de:
 I - demonstrativo dos investimentos por órgão;
 II - demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos;
 III - demonstrativo dos investimentos por função, programa e subprograma.

Art. 18. Os investimentos de que trata o artigo anterior compreendem as dotações destinadas a:

- I - planejamento e execução de obras;
 - II - aquisição de imóveis necessários à realização de obras;
 - III - aquisição de instalações, equipamentos e material permanente;
 - IV - aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.
- Art. 19. O demonstrativo dos investimentos segundo as fontes de financiamento será feito de forma a evidenciar os recursos:
- I - gerados pela empresa;
 - II - decorrentes da participação acionária do Estado;
 - III - oriundos de transferências do Estado, sob outras formas que não as comprendidas no inciso anterior;
 - IV - oriundos de operações de crédito externas;
 - V - oriundo de operações de crédito internas;
 - VI - de outras origens.

Art. 20. Os recursos repassados à conta do Tesouro, às empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detinha a maioria do capital social com direito a voto, mediante subscrição de ações, destinar-se-ão ao financiamento de investimentos do setor e ao serviço da dívida.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 21. O Governador do Estado poderá encaminhar à Assembleia Legislativa propostas de alteração na legislação tributária, com o objetivo de adequá-la à promoção do desenvolvimento socio-econômico.

Art. 22. A concessão de incentivos, isenções ou benefícios de natureza fiscal deverá indicar o seu impacto sobre as finanças públicas.

§ 1º Terão prioridade para acesso aos benefícios indicados no "caput" deste artigo, projetos que apresentam capacidade de incrementar liquidamente a renda social do Estado ou introduzam inovações tecnológicas.

§ 2º Os projetos que vierem a ser beneficiados por quaisquer vantagens fiscais não poderão ter objetivos que conflitem com os definidos no Plano Plurianual 1996/1999.

§ 3º As alterações da receita, decorrentes da concretização do disposto no "caput" deste artigo, serão incorporadas à programação de trabalho de 1998, de acordo com as prioridades do Plano Plurianual 1996/1999.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL

Art. 23. Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e o Ministério Público terão como limite para dimensionamento das despesas de pessoal ativo, na elaboração das respectivas propostas orçamentárias para o exercício de 1999, o gasto efetivamente realizado no exercício de 1997, excetuando-se destas, aquelas prescritas nas Leis nºs 6.088/97 e 6.124/98.

Art. 24. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração fica condicionada a resultado de análise avaliativa da conjugação dos seguintes fatores:

- I - comportamento da execução das despesas de pessoal no exercício de 1998;
- II - tendência do comportamento da receita para o exercício de 1999;
- III - observância do limite estabelecido na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Parágrafo único. Incluem-se no disposto no "caput" deste artigo as despesas decorrentes de:

- I - implantação dos planos de carreira, cargos e salários previstos no art. 30 da Constituição Estadual;
- II - disposições contidas na Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará;
- III - plano de carreira e remuneração do magistério, previsto na Lei nº 6.044, de 16 de abril de 1997.

Art. 25. Os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como o Ministério Público, farão publicar no Diário

Oficial do Estado, até o vigésimo dia do mês subsequente ao bimestre vencido, por unidade orçamentária, a remuneração de pessoal realizada no bimestre anterior, na forma do Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO VI DA POLÍTICA DA APLICAÇÃO DA AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO

Art. 26. A agência financeira oficial de fomento observará na concessão de empréstimos e financiamentos as diretrizes e prioridades contidas no Plano Plurianual 1996/1999 e nesta Lei, por meio da implementação dos programas:

- I - Pólos de irradiação de desenvolvimento agrícola;
- II - Melhoria de qualidade do rebanho paraense;
- III - Modernização do sistema de abate de animais e da comercialização de carnes;
- IV - Modernização e verticalização da agricultura familiar;
- V - Turismo;
- VI - Verticalização da produção mineral;
- VII - Agroindustrial;
- VIII - Apoio à pesca artesanal e à aquicultura;
- IX - Mutirão das micros, pequenas e médias empresas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O Projeto de Lei Orçamentária anual será desenvolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme o disposto no art. 204, § 5º, da Constituição Estadual.

§ 1º Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária anual não haver sido sancionado até o dia 31 de dezembro de 1998, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, observando-se o seguinte procedimento:

I - as dotações orçamentárias constantes da proposta serão liberadas mensalmente para movimentação, obedecendo aos seguintes limites:

- a) no montante necessário para cobertura de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviço da dívida, débitos precatórios, obras em andamento, contratos de serviços e contrapartidas estaduais;
- b) um doze avos dos demais grupos de despesas;
- c) as despesas financiadas com recursos diretamente arrecadados por autarquias, fundações e empresas e as receitas vinculadas e de operações oficiais de crédito poderão ser executadas até o limite da efetiva arrecadação dessas receitas.

§ 2º O procedimento previsto no parágrafo anterior poderá ser utilizado até o mês de publicação do quadro de detalhamento da despesa a que se refere o art. 33 desta Lei.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados, em virtude do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamento de dotações orçamentárias.

Art. 28. A aprovação de dispositivo legal, de iniciativa do Poder Executivo, que crie órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, será precedida de análise pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN.

Art. 29. A Lei Orçamentária conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme disposto no art. 7º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30. Somente poderão ser inscritas em restos a pagar no exercício de 1999 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou possa vir a ocorrer até 20 de janeiro do exercício seguinte.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício, e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme estabelecido no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º O pagamento de restos a pagar no exercício de 1999, inscritos no exercício anterior, somente será efetuado se, no ato de sua inscrição, tiverem sido observados os mesmos requisitos previstos no "caput" deste artigo.

Art. 31. Fica vedado, na celebração ou na execução de convênio, acordo, ajuste, ou instrumento congêneres, o empenho de valores referentes a parcelas cuja execução do objeto não se realize efetivamente no próprio exercício a que se

ANEXO I DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 1999 DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA BIMESTRE

| REGIME | CARGO | Nº DE OCUPANTES | VENCIMENTO/SALÁRIO | VANTAGENS PECUNIÁRIAS INCIDENTES | | | VANTAGENS | OUTRAS TOTAL |
|----------------------|-------|-----------------|--------------------|----------------------------------|----------|--------|-----------|--------------|
| | | | | GRATIFICAÇÕES | PESSOAIS | OUTRAS | | |
| NÍVEL MÉDIO | | | | | | | | |
| Reg. Jurídico Único | | | | | | | | |
| Celestino | | | | | | | | |
| Temporário | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | |
| NÍVEL SUPERIOR | | | | | | | | |
| Reg. Jurídico Único | | | | | | | | |
| Celestino | | | | | | | | |
| Temporário | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | |
| Cargos Comissionados | | | | | | | | |
| Com Vínculo | | | | | | | | |
| Sem vínculo | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | |
| Funções Gratificadas | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | |
| Colegiado | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | |

A classificação dos níveis refere-se ao nível de gestão e não ao grau de escolaridade.

referem os créditos orçamentários.

Art. 32. O Poder Executivo poderá abrir créditos suplementares e especiais, até o limite dos respectivos saldos das dotações de projetos e atividades não utilizadas no exercício anterior, mediante a utilização dos recursos previstos no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 33. A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os Orçamento Fiscal e Seguridade Social, os grupos de detalhamento da despesa, especificando, no seu menor nível, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 de julho de 1998.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1998

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II da Lei nº 5.810 de 24.01.94, ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA para exercer o cargo em comissão de Diretor Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

PALÁCIO DO GOVERNO, em 14 de julho de 1998.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1998

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:

Revogar o Decreto datado de 03.04.98, que designou CÉLIO JORGE CORRÉA para responder pelo Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

PALÁCIO DO GOVERNO, em 14 de julho de 1998.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

Exonerar, de acordo com o art. 6º, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, CARLOS AUGUSTO BARBOSA DE SOUZA do cargo em comissão de Assessor Especial I, lotado na Governadoria do Estado, a contar de 01.07.98.

PALÁCIO DO GOVERNO, 14 DE JULHO DE 1998.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, RITER JOSÉ MARQUES DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, lotado na Governadoria do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO, 14 DE JULHO DE 1998.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

autorizar JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO, Secretário de Estado de Educação, a viajar para Inglaterra e Espanha, no período de 18 a 31.07.98, sem ônus para o Estado, a fim de atender ao convite do Conselho Nacional de Secretários de Educação/CONSEd e participar da "Missão à Inglaterra e Espanha sobre Educação à Distância", devendo responder pelo expediente do Órgão JOSE DO CARMO MARQUES DA SILVA, Diretor de Assistência ao Estudante.

PALÁCIO DO GOVERNO, 14 DE JULHO DE 1998.

ALMIR GABRIEL

</div

PORTARIA N.º 410/CCG, DE 13 DE JULHO DE 1998.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 975/GAB/SESPA,
RESOLVE:
exonerar CREUZA FIRMINO DE ABREU do cargo em comissão de Chefe de Unidade Mista, Código GEP-DAS-011.3, e nomear LAÉLIA DO SOCORRO BARBOSA para o referido cargo, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 13 DE JULHO DE 1998.

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N.º 412/CCG, DE 13 DE JULHO DE 1998.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 233/GAB/SESPA,
RESOLVE:
nomear MARIA IZA VILHENA DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Unidade Mista, Código GEP-DAS-011.3, lotada na Secretaria de Estado de Saúde Pública.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 13 DE JULHO DE 1998.

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N.º 413/CCG, DE 13 DE JULHO DE 1998.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 422/98-DAP/DGPC,
RESOLVE:
exonerar JEOVÁ BARROS DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Identificação Civil, Código GEP-DAS-011.2, e nomear MARCO AURELIO SILVA DE OLIVEIRA para o referido cargo, com lotação na Polícia Civil.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 13 DE JULHO DE 1998.

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N.º 414/CCG, DE 13 DE JULHO DE 1998.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 456/98.Gab.Sec.-SEJU,
RESOLVE:
Exonerar, a pedir, VÂNIA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES do cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-012.4, e nomear ODACYL SOUZA CATETE para o referido cargo, com lotação na Secretaria de Estado de Justiça, a contar de 08.07.98.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 13 DE JULHO DE 1998.

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N.º 415/CCG, DE 13 DE JULHO DE 1998.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.376, de 25 de setembro de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 540/98-DGPC,
RESOLVE:
exonerar HILDEANA BARROS PIMENTA do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Perícias Externas, Código GEP-DAS-011.2, e nomear RENATO AUGUSTO BARBOSA DE MELLO para o referido cargo, com lotação na Polícia Civil.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 13 DE JULHO DE 1998.

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N.º 411/CCG, DE 13 DE JULHO DE 1998.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 2.168, de 27 de maio de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 000479/98/GS/SETEPS,
RESOLVE:
autorizar MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL, Secretária de Estado do Trabalho e Promoção Social, a viajar para Brasília-DF, no período de 09 a 12 de julho do corrente, a fim de tratar de assuntos de interesse da Secretaria, devendo responder pelo expediente do Órgão, na ausência da titular, SULEIMA FRAIHA PEGADO, Secretária-Adjunta.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 13 DE JULHO DE 1998.

PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado



SECRETARIA DE

ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário: João de Jesus Paes Loureiro
Rod. Augusto Montenegro, Km 9 - (091) 248-2000

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N.º 045/98

ABERTURA: 30.07.98

HORA: 09:30

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MINIÓGRAFO ELÉTRICO EMANUAL COM SISTEMA DE IMPRESSÃO DIRETO NO PAPEL)
EDITAL: Os editais encontram-se à disposição dos interessados na sala da CPL/SEDUC, de 2ª a 5ª feira, no horário de 08:00 às 13:00 horas. Os interessados deverão trazer carimbo da firma ou do representante legal.

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS LIMA DA ROCHA
Belém, 15 de julho de 1998.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
MODALIDADE: CONVITE N.º 095/98
FIRMA(VENCEDORA): GRÁFICA LEONORA ITEM: 08, 14, 16, 18, 26, 27 e 29.
FIRMA(VENCEDORA): MIDAS ITEM: 07, 09, 11, 12, 13 e 28.
FIRMA(VENCEDORA): DILLON SOARES ITEM: 10 e 15.
FIRMA(VENCEDORA): VERTEX ITEM: 19.
FIRMA(VENCEDORA): EXECUTA ITEM: 22.
FIRMA(VENCEDORA): MULTINORTE ITEM: 24.
FIRMA(VENCEDORA): SISTEMAQ ITEM: 25.
PRESIDENTE: SÍLVIO PEREIRA FERREIRA
Belém, 14 de julho de 1998.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
MODALIDADE: CONVITE N.º 085/98
FIRMA(VENCEDORA): LEON HEIMER ITEM: 01.
PRESIDENTE: LÚCIA MARIA MOTA DE SOUSA
Belém, 14 de julho de 1998.

COMUNICAÇÃO

CONVITE N.º 087/98
A Comissão Permanente de Licitação da SEDUC, comunica aos interessados no CONVITE N.º 087/98-CPL/SEDUC, que tomou conhecimento do recurso interposto pela empresa PROMÁQUINAS LTDA., negando provimento ao mesmo. Belém, 14 de julho de 1998.
A Comissão

REVOCAGÃO

A Secretaria de Estado de Educação / SEDUC, inscrita no CGC/MF sob o nº 05054937/0001-63, com sede nesta cidade à Rodovia Augusto Montenegro KM 10 S/Nº, representada pela Subsecretaria de Estado de Educação Dra. ROSINELI GUERREIRO SALAME, no âmbito de suas atribuições legais resolve REVOGA A TOMADA DE PREÇO N.º 032/98-CPL/SEDUC, referente ao processo N.º 130.30/98, com fundamento no art. 49 da lei nº 8.666/93.
Belém, 14 de junho de 1998.
ROSINELI GUERREIRO SALAME
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
MODALIDADE: CONVITE N.º 096/98
FIRMA(VENCEDORA): MOGNO ENGENHARIA ITEM: ÚNICO
PRESIDENTE: RUFINO LINDOLPHO JORGE DE CAMPOS
Belém, 14 de julho de 1998.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 070/98-SEDUC.
COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 8.666/94 E ALTERAÇÕES DA LEI 8.883/94.
PARTES: SEDUC/ENTIDADE PARÓQUIA DE SÃO JOÃO BATISTA.
OBJETO: Tem como objetivo emprestar gratuitamente, sob a forma de COMODATO, à SEDUC, o prédio situado na Praça Paes de Carvalho, nº 55, na localidade Icoaraci-Município de Belém, com 24 dependências, para funcionamento da ERC. SÃO JOÃO BATISTA.
VIGÊNCIA: 13.07 até 31.12.98.
FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 13.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 117/98-SEDUC.
COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 8.666/94 E ALTERAÇÕES DA LEI 8.883/94.
PARTES: SEDUC/ENTIDADE CENTRO EDUCACIONAL DE 1º GRAU CINDERELA.
OBJETO: Tem como objetivo emprestar gratuitamente, sob a forma de COMODATO, à SEDUC, o prédio situado no Conj. PAAR, Qd. 29, nº 04, Alameda Ipixuna, na localidade Coqueiro-Município de Ananindeua, com 09 dependências, para funcionamento da ERC. CENTRO EDUCACIONAL DE 1º GRAU CINDERELA.
VIGÊNCIA: 13.07 até 31.12.98.
FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 13.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 123/98-SEDUC.
COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 8.666/94 E ALTERAÇÕES DA LEI 8.883/94.
PARTES: SEDUC/ENTIDADE ESCOLA MADRE TEREZA DE CALCUTÁ.
OBJETO: Tem como objetivo emprestar gratuitamente, sob a forma de COMODATO, à SEDUC, o prédio situado na Av. Cláudio Saunders, nº 852, Centro-Município de Ananindeua, com 10 dependências, para funcionamento da ERC. DE 1º GRAU ESCOLA MADRE TEREZA DE CALCUTÁ.
VIGÊNCIA: 13.07 até 31.12.98.
FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 13.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO BEM PÚBLICO N.º 134/98-SEDUC
PARTES: SEDUC/SRA. MARIA INÉZ DOLZANE REIS
OBJETO: É objeto do presente contrato, a permissão de uso da Cantina instalada na EE, de Ensino Fundamental e Médio D. Tiago Ryan-Santarém/Pa., destinando-se à utilização e exploração do imóvel a título gratuito e precário, pela permissionária, correndo por sua conta, os riscos e lucros que poderão advir do empreendimento.
VIGÊNCIA: 13.07.98 até 12.07.99.
FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 13.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO. (MÓVEL)
TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 049/98-SEDUC.

PARTES: SEDUC/PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA.
OBJETO: Tem como objetivo a Cessão de Uso dos bens Imóveis e seus acessórios, localizado no Município de Floresta do Araguaia, Estado do Pará, de propriedade da cedente, com a exclusiva finalidade de sua utilização pela cessionária, visando a implantação da Municipalização do Ensino Fundamental.
VIGÊNCIA: 14.07.98 até 13.07.2.003.

FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 14.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO. (MÓVEL)

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 049/98-SEDUC.
PARTES: SEDUC/PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA.
OBJETO: Tem como objetivo a Cessão de uso dos bens móveis existentes no Município de Floresta do Araguaia, Estado do Pará, de propriedade da cedente, com a finalidade de sua utilização pela cessionária, tendo em vista o processo de Municipalização.
VIGÊNCIA: 14.07.98 até 13.07.2.003.

FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 14.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 017/98-DAE/SEDUC.

COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 8.666/94 E ALTERAÇÕES DA LEI 8.883/94.
PARTES: SEDUC/MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA.
OBJETO: Tem como objetivo a execução conjunta e a elaboração mútua entre SEDUC/DAE e o MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA, que reciprocamente se obrigam a cumprir ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNae.
VIGÊNCIA: 13.07 até 31.12.98.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OE/98. (001). Meta: 0262. Ação: 01. Códigos: 16.101.008.042.0427.2.029.3490.39.
FORO: Belém/Pa.
DATA DA ASSINATURA: 13.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 133/98-SEDUC.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 025/98-CPL/SEDUC.
PARTES: SEDUC/UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.
OBJETO: As partes de comum acordo resolvem alterar o item 03 da cláusula primeira do contrato original, com objetivo de aprimorar o valor estimado do exame supletivo do ensino fundamental e médio da capital, referente ao 1º semestre de 1998.
VALOR DO ACRESCIMO: R\$ 6.729,80 (Seis Mil, Setecentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta Centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OE/98. (001). Meta: 0783. Ação: 01. Códigos: 16.101.008.045.0213.2.033.3490.39.RS-5.112.80;
FUNDEF. (043). Meta: 0107. Ação: 02. Códigos: 16.101.008.045.0213.2.295.3.490.39.RS-1.617.00.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento original.
DATA DA ASSINATURA: 08.07.98.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINELI GUERREIRO
SALAME-Subsecretaria de Estado de Educação.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/98-SEDUC.

TOMADA DE PREÇO N.º 047/98-CPL/SEDUC.
PARTES: SEDUC/FIRMA NETWORK ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: As partes de comum acordo e na melhor forma de direito, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, por conveniência administrativa, visando o remanejamento de GRUPOS GERADORES das unidades beneficiadas de origem para outras substituídas, conforme quadro abaixo, bem como prorrogar a vigência do mesmo por mais 30 (trinta) dias úteis.

UNIDADE BENEFICIADA (ORIGEM)

CAPITÃO POÇO
EE. Boca Nova
EE. Lage Maia
MÂE DO RIO
EE. Dom Pedro I
ERC. Maria Odete Freitas
ERC. Santa Rita de Cássia
EE. São Francisco
EE. Km 47
UNIDADE SUBSTITUÍDA
EE. Santa Luzia
EE. Pacu Claro
MÂE DO RIO
EE. São Pedro
EE. Ordem Progresso
EE. Santa Ana
EE. Km 47 (ERC. Rui Barbosa)
EE. São José.

VIGÊNCIA: 06.07 até 17.08.98.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento original.

DATA DA ASSINATURA: 06.07.98.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROS

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1998

DIÁRIO OFICIAL

VALOR GLOBAL: R\$-16.208,50 (Dezessete Mil, Duzentos e Oito Reais e Cinquenta Centavos).
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SE/QE/98, (004). Meta: 0204. Ação: 01. Códigos: 16.101.008.042.0188.1.345.4590.52.
 DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento original.
 DATA DA ASSINATURA: 04.06.98.
 ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dra. ROSINEL GUERREIRO
 SALARIE-Subsecretaria de Estado de Educação.

TORNAR SEM EFEITO O CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 022/98-SEDUC/PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL. PUBLICADO NO D.O.E. n° 28.749 DO DIA 03.07.98.

TORNAR SEM EFEITO O CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 026/98-SEDUC/PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO. PUBLICADO NO D.O.E. n° 28.749 DO DIA 03.07.98.

TORNAR SEM EFEITO O CONVÉNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 037/98-SEDUC/PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL. PUBLICADO NO D.O.E. n° 28.749 DO DIA 03.07.98.d.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
RESUMO DE PORTARIAS E ASSUNTOS DIVERSOS
LICENÇA SAÚDE

PORTARIA N° 8892/98 DE 10.07.98
 NOME: ZUMIRA GONÇALVES DIAS
 MATRÍCULA: 5439159.012
 CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. MARIA FERREIRA/ MARACANÃ
 PERÍODO: 11.05.98 A 29.05.98

PORTARIA N° 8872/98 DE 09.07.98
 NOME: MIRIAM EMILIA CABRAL DE JESUS
 MATRÍCULA: 0195855.014
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./ERC. M. PANTOJA/ BELEM
 PERÍODO: 15.05.98 A 15.06.98

PORTARIA N° 8873/98 DE 09.07.98
 NOME: NEUSA IRENE DA SILVA BASTOS
 MATRÍCULA: 0516767.018
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./ERC. JESUS DE NAZARE/ BELEM
 PERÍODO: 18.05.98 A 30.06.98

PORTARIA N° 8874/98 DE 09.07.98
 NOME: SANDRA RAIMUNDA SILVA RIBEIRO
 MATRÍCULA: 0294543.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. LAURO SODRÉ/ BELEM
 PERÍODO: 18.05.98 A 25.06.98
 PORTARIA N° 8875/98 DE 09.07.98
 NOME: MARIA DO ROSARIO CAMPOS PAIXÃO
 MATRÍCULA: 5339740.015
 CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. MATOS COSTA/ ICOARACI
 PERÍODO: 08.05.98 A 16.05.98

PORTARIA N° 8876/98 DE 09.07.98
 NOME: MARCO ANTONIO FIGUEIREDO DA SILVEIRA
 MATRÍCULA: 0760536.018
 CARGO/LOTAÇÃO: ESC.DAT/EE. J. PASSARINHO/ BELEM
 PERÍODO: 06.05.98 A 06.06.98

PORTARIA N° 8877/98 DE 09.07.98
 NOME: DEDIVAL BRANDÃO DA SILVA
 MATRÍCULA: 0329142.017
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. SOUZA FRANCO/ BELEM
 PERÍODO: 26.05.98 A 31.08.98

PORTARIA N° 8887/98 DE 10.07.98
 NOME: MARIA LENITA SANTOS DOS SANTOS
 MATRÍCULA: 0180939.020
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./INST. EDUC. DO PARÁ/ BELEM
 PERÍODO: 26.03.98 A 30.06.98

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE

PORTARIA N° 8807/98 DE 08.07.98
 NOME: EDIVALDO CORRÊA SANTANA
 MATRÍCULA: 0207136.015
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. MANOEL A DE CASTRO/IGARAPÉ MIRI
 PERÍODO: 05.05.98 A 05.07.98

PORTARIA N° 8808/98 DE 08.07.98
 NOME: MARIA CALDAS DE FARIAS
 MATRÍCULA: 6032493.018
 CARGO/LOTAÇÃO: MEREND/EE. J. PASSARINHO/CAMETA
 PERÍODO: 04.06.98 A 26.08.98

PORTARIA N° 8656/98 DE 03.07.98
 NOME: MARIA JOSÉ OLIVEIRA SILVA
 MATRÍCULA: 5511283.018
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./ERC. DA TIERRA FIRME/ BELEM
 PERÍODO: 02.05.98 A 24.05.98

PORTARIA N° 8661/98 DE 03.07.98
 NOME: VANIA LEILA DANTAS DA CUNHA
 MATRÍCULA: 0594380.035
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. O PENALBER/ ÁNANIND
 PERÍODO: 08.05.98 A 06.05.98

PORTARIA N° 8878/98 DE 09.07.98
 NOME: VITOR MANOEL CASTRO BARBOSA
 MATRÍCULA: 6034721.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./DIV. DE ASSIST. AO SERVIDOR
 PERÍODO: 01.06.98 A 29.08.98

PORTARIA N° 8879/98 DE 09.07.98

NOME: ANTONIA DE OLIVEIRA SHINOHARA
 MATRÍCULA: 0543926.021
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. G. DUARTE/ BELEM
 PERÍODO: 31.05.98 A 31.07.98

PORTARIA N° 8880/98 DE 09.07.98
 NOME: MARIA DEUZA MELLO REIS
 MATRÍCULA: 527393.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. L. NOGUEIRA/ BELEM
 PERÍODO: 23.05.98 A 21.06.98

PORTARIA N° 8881/98 DE 09.07.98
 NOME: HILDA MATOS PEIXOTO
 MATRÍCULA: 0522660.017
 CARGO/LOTAÇÃO: ESC.DAT/EE. C. REGO/ ICOARACI
 PERÍODO: 27.05.98 A 27.06.98

PORTARIA N° 8882/98 DE 09.07.98
 NOME: MARIA DO SOCORRO DE SOUZA
 MATRÍCULA: 6016871.027
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. JUSTO CHERMONT/ BELEM
 PERÍODO: 06.05.98 A 06.07.98

PORTARIA N° 8883/98 DE 09.07.98
 NOME: ALVARO JORGE DE SENA MATOS
 MATRÍCULA: 0386294.017
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./LOTAÇÃO PROVISÓRIA/ BELEM
 PERÍODO: 03.04.98 A 01.07.98

PORTARIA N° 8885/98 DE 09.07.98
 NOME: OSMARINA BARBOSA DA FONSECA
 MATRÍCULA: 0450979.019
 CARGO/LOTAÇÃO: AG.PORT/EE. J. PASSARINHO/ BELEM
 PERÍODO: 19.05.98 A 19.08.98

RETIFICAR
 PORTARIA N° 8886/98 DE 09.07.98
 NOME: MIRIAM BERNARDA MOURA PEREIRA
 MATRÍCULA: 0315893.012
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. T. NEVES/ BELEM
 RETIFICAR A PORT. 14299.95 DE 27.12.95, QUE CONC. LIC. SAÚDE O PERÍODO DE 03.10.95 A 01.12.95 (60) DIAS PARA 04.10.95 A 01.12.95 (59) DIAS

LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA N: 8857/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 120
 NOME: MARIA ALDENIZA CUNHA SILVA
 MATRÍCULA: 0511765.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. J. GARCIA/ BRAGANÇA
 PERÍODO: 03.08.98 A 01.10.98/ 02.10.98 A 30.11.98
 TRIENIO: 13.04.92 A 12.03.95/ 13.04.95 A 12.04.98

PORTARIA N: 8858/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 120
 NOME: MARIA DE NAZARE DO CARMO COSTA
 MATRÍCULA: 0549797.011
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. JURUARTE/ CAMETA
 PERÍODO: 16.09.98 A 14.11.98/ 15.11.98 A 13.01.99
 TRIENIO: 27.04.98 A 26.04.81/ 27.04.81 A 26.04.84

PORTARIA N: 8859/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 060
 NOME: TEREZINHA SELMA DA SILVA CARVALHO
 MATRÍCULA: 0231037.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. A. FIGUEIREDO/MOCAJUBA
 PERÍODO: 01.09.98 A 30.10.98
 TRIENIO: 06.04.95 A 05.04.98

PORTARIA N: 8860/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 060
 NOME: MARIA DE NAZARE DA SILVA FELIPE
 MATRÍCULA: 0510190.016
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. SILVIO COSTA/ BRAGANÇA
 PERÍODO: 01.09.98 A 30.10.98
 TRIENIO: 03.02.87 A 02.02.90

PORTARIA N: 8861/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 060
 NOME: BONIFACIO DA COSTA SILVA
 MATRÍCULA: 0509949.010
 CARGO/LOTAÇÃO: VIGIA/ EE. A. PEREIRA/ BRAGANÇA
 PERÍODO: 03.08.98 A 01.10.98
 TRIENIO: 06.04.93 A 05.04.96

PORTARIA N: 8862/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 060
 NOME: MARIA LUZANIRA DE SENA MAGNO
 MATRÍCULA: 0644935.015
 CARGO/LOTAÇÃO: ESC.DAT/EE. G. SPOILAR/ SÃO S DA B. VIST
 PERÍODO: 01.10.98 A 29.11.98
 TRIENIO: 14.08.86 A 13.08.89

PORTARIA N: 8863/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 060
 NOME: MARCOLINA TEODORA DE OLIVEIRA REIS
 MATRÍCULA: 0511005.014
 CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. Q. DO ROSARIO/ BRAGANÇA
 PERÍODO: 03.08.98 A 01.10.98
 TRIENIO: 19.04.92 A 18.04.95

PORTARIA N: 8864/98 DE 09.07.98
 N° DE DIAS: 120
 NOME: DEUSODITIS SILVA LISBOA
 MATRÍCULA: 0510734.010
 CARGO/LOTAÇÃO: SERV./EE. STO ANTONIO/ BRAGANÇA

PERÍODO: 03.08.98 A 01.10.98/ 02.21.09.98 A 30.11.98

TRIENIO: 07.04.87 A 06.04.90/ 07.04.93 A 06.04.96

LICENÇA REPOUSO

PORTARIA N° 158/98 DE 08.05.98
 NOME: IONETE SLVA
 MATRÍCULA: 5448514.011
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. CORAÇÃO DE JESUS/ BRAGANÇA
 PERÍODO: 20.02.98 A 19.06.98

LICENÇA LUTO

PORTARIA N° 8847/98 DE 09.07.98
 NOME: CLEA MARIA SOUZA PIRES
 MATRÍCULA: 0345539.012
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. RUI BARBOSA/ BELEM
 PERÍODO: 01.06.98 A 08.06.98

PORTARIA N° 8845/98 DE 09.07.98
 NOME: JESUS JOSE MARIA MACHADO
 MATRÍCULA: 0375926.017
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE. PLACIDIA CARDOSO/BELEM
 PERÍODO: 10.06.98 A 17.06.98

PORTARIA N° 8846/98 DE 09.07.98
 NOME: MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS PANTOJA
 MATRÍCULA: 5369380.010
 CARGO/LOTAÇÃO: SERV./ERC. STA. HELENA/BELEM
 PERÍODO: 27.03.98 A 03.04.98

LICENÇA ASSISTENCIA

PORTARIA N° 8809/98 DE 08.07.98
 N° DE DIAS: 120
 NOME: MARIA INES BARBOSA MARGALHO DE SOUZA
 MATRÍCULA: 0517585.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./ 4 URE DE MARABÁ/
 PERÍODO: 09.02.98 A 10.03.98, ITEM I E DE 11.03.98 A 08.06.98, ITEM II, DO REF.
 ARTIGO
 N° 28.749 DE 03.07.98

ERRATA

PORTARIA N° 8521/98 DE 01.07.98
 NOME: JOSÉ GOMES PEREIRA
 MATRÍCULA: 6315755.010
 CARGO/LOTAÇÃO: PROF./EE LAURO SODRÉ/MOJU
 ONDE SE LÊ: JOSÉ GOMES PEREIRA
 LEIA-SE: UDIMAR JOSÉ GOMES PEREIRA
 RETIFICADO POR SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL
 N° 28.749 DE 03.07.98

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
RESUMO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVO
ERRATA

RETIFICAR NO DIÁRIO OFICIAL N° 28.749 DE 03.07.98, NA PORT.N° 8631/98
 - GS DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, POR TER
 SAÍDO COM INCORREÇÃO O NOME ABAIXO RELACIONADO:
 MUNICÍPIO: BELÉM
 CARGO: ESCREVENTE DATILOGRAFO
 ONDE SE LÊ: ENIO NONATO DA COSTA
 LEIA-SE: ENIO NONATO MARTINS COSTA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Secretário: Juan Lorenzo Bardalez Hoyos
 Trav. Lomas Valentina, 2717 - (091) 266-5000

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
 ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO
 AMBIENTE
 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 005/98
 FIRMA VENCEDOR: REMANTEC IND. COM. DE MÓVEIS LTDA
 BELÉM, 13 DE JULHO DE 1998
 FLAVIO MACEDO DE ANDRADE FILHO
 PRESIDENTE DA COMISSÃO.

SECRETARIA DE ESTADO
DE TRANSPORTES

Secretário: Amaro Barreto da Rocha Klautau
 Av. Almirante Barroso, 3639 - (091) 243-3613

ATESTADO MÉDICO

Nome: NIRLANDO BRONI PEREIRA
 Função: Auxiliar de Administração
 Lotação: Divisão de Contabilidade
 Período: 13 a 17.07.98

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Tomada de Preços n° 024/98
 OBJETO: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DA AV. BERNARDINO FURTADO (ALCA DA RODOVIA PA-150), NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO, COM
 EXTENSÃO DE 2,415 KM
 DATA DA ABERTURA: 03/08/98
 HORA: 10:00 Horas

PÁGINA 6 - CADERNO 1

LOCAL: Av. Almirante Barroso, 3639 - Edifício Sede da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES, 1º andar na sala de Licitações.
O Edital poderá ser lido e retirado mediante o recolhimento da taxa de R\$-30,00 (trinta reais) na Tesouraria da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 14:00 horas, até o 2º dia útil imediatamente anterior à data da abertura da licitação.

Belém, 14 de julho de 1998
JOSÉ GAUDENCO B. MENESCAL
Presidente da C.P.L. - SETRAN



Secretário: Paulo de Tarso Rainos Ribeiro
Av. Visconde de Souza Franco, 110 - (091) 222-5720

SUPRIMENTO DE FUNDOS-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Port. nº 865 , de 14.07.98 - Of.s/n.3º RF
Nome do servidor: ANA LÉA CAÑIZO PEREIRA
CPP nº: 057.078.702-53

Valor do suprimento: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Elemento de Despesa:

34.90.30- R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais)

34.90.36- R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais)

34.90.39- R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

Período de aplicação: julho/98

ERRATA

Retificar as Portarias abaixo, datadas de 13.07.98,
publicadas n. D.O.E. nº 28.756, de 14.07.98:

Port. nº 852,
Onde se lê Of. nº 176/98, Leia-se Of. nº 113/98.

Port. nº 853,
Onde se lê Of. nº 60/98, Leia-se Of. nº 124/98.

Port. nº 854,
Onde se lê Of. nº 129/98, Leia-se Of. nº 078/98.

SEFA - DERH N.º 93 DE 14.07.98
RESUMO DAS PORTARIAS DA DAD
DIÁRIAS

Port. n.º 841 de 10.07.98 - P.V. N.º 015/98/ Insp.Faz.Itinga.
Nomes: Eraldo Uchôa Cavalcante e Niranelma B de Oliveira

N.º de Diárias: 10 para cada participante

Período: 13 a 22.07.98

Objetivo: Participarem da reunião de avaliação do Sistema Interligado do Projeto
BANSEFA - SEFA

Local: Belém

Port. n.º 842 de 10.07.98 - P.V. N.º 016/98/ Insp.Faz.Itinga.

Nomes: Alex Souza Amorim e Angela Maria M. de Abreu

N.º de Diárias: 10 para cada participante

Período: 20 a 29.07.98

Objetivo: Participarem da reunião de avaliação do Sistema Interligado do Projeto
BANSEFA - SEFA

Local: Belém

Port. n.º 843 de 10.07.98 - P.V. N.º 006/98/DFI.

Nomes: Maria Alice Neves da Silva, Marly Tereza Coutinho Mota e Thelma Marina
do Socorro C. Barra

N.º de Diárias: 02 para cada participante

Período: 05 a 07.05.98

Objetivo: Ministrarem treinamento aos funcionários dos Correios que irão trabalhar na "Campanha Nota da Sorte, a Raspadinha do ICMS"

Local: Castanhal e Capanema

Port. n.º 844 de 10.07.98 - P.V. N.º 031/98/DFI.

Nome: Thelma Marina do Socorro C. Barra

N.º de Diárias: 02

Período: 04 a 05.07.98

Objetivo: Participar de Palestra sobre a "Campanha da Sorte, a Raspadinha do
ICMS"

Local: Soure

Port. n.º 845 de 10.07.98.

EXCLUIR, o servidor CARLOS DA SILVA SOUZA, Agente Tributário, Matrícula nº 0049760-010, lotado na 9ª Região Fiscal, da Portaria nº 750 de 26.06.98, publicada no DOE de 03.07.98, que concedeu 11 (onze) Diárias, através do Plano de Viagem nº 037/98/DFI, no período de 24.06 a 04.07.98, objetivando a Fiscalização de trânsito de cerveja e veículos no Posto Fiscal de Fronteira de Itinga.

Port. n.º 846 de 10.07.98 - P.V. N.º 008/98/ DITRA-DEOP.

Nome: Edilson Dourado Carneiro

N.º de Diárias: 03

Período: 10 a 12.07.98

Objetivo: Levar Equipamentos de Informática, inclusive Mesas e Cadeiras destinados à 2º R.F, 12º R.F, 8º R.F; Inspetoria do Itinga e do Gurupi

Local: Castanhal e Capanema

Port. n.º 847 de 10.07.98 - P.V.S/N.º/98/DAIF.

Nome: Luiz Gonzaga Miranda

N.º de Diárias: 04

Período: 10 a 13.07.98

Objetivo: Entrega de Equipamentos nas Regionais Fiscais

Local: Castanhal, Capanema, Paragominas, Gurupi e Itinga

Port. n.º 848 de 10.07.98 - P.V.S/N.º/98/DAIF.

Nome: Luiz Gonzaga Miranda

N.º de Diárias: 10

Período: 14 a 23.07.98

Objetivo: Entrega de Equipamentos nas Regionais Fiscais

Local: Rondon do Pará, Marabá, Conceição do Araguaia, Redenção e Altamira

Port. n.º 849 de 10.07.98 - P.V.S/N.º/98/DAIF.

Nome: Luiz Gonzaga Miranda

N.º de Diárias: 05

Período: 27 a 31.07.98

Objetivo: Entrega de Equipamentos nas Regionais Fiscais

Local: Santarém, Óbidos e Breves

Port. n.º 850 de 10.07.98 - P.V.S/N.º/98/DIPAT.

Nome: José Nazareno Silva do Vale

N.º de Diárias: 04

Período: 10 a 13.07.98

Objetivo: Distribuição de Equipamentos de Informática

Local: Castanhal, Capanema, Gurupi, Paragominas e Itinga

Port. n.º 851 de 10.07.98 - P.V.S/N.º/98/DIPAT.

Nome: José Nazareno Silva do Vale

N.º de Diárias: 10

Período: 14 a 23.07.98

Objetivo: Distribuição de Equipamentos de Informática

Local: Rondon do Pará, Marabá, Redenção, Conceição do Araguaia

Port. n.º 856 de 13.07.98 - P.V. N.º 009/98/ DITRA-DEOP.

Nome: Edilson Dourado Carneiro

N.º de Diárias: 12

Período: 14 a 25.07.98

Objetivo: Levar Equipamentos de Informática, inclusive Mesas e Cadeiras destinados à Rondon do Pará (3º R.F., 3º R.F., Inspetoria do Araguaia, 7º R.F e 10º R.F.

Local: Rondon do Pará / Marabá / Conceição do Araguaia / Redenção / Altamira.

Port. n.º 855 de 13.07.98 - P.V. N.º 046/98/ DFI.

Nome: José Fernando Lobo Soares

N.º de Diárias: 04

Período: 13 a 16.07.98

Objetivo: Participar de reunião com SEFAZ e PRODAM para discussão diversas

sobre instalação do Passe Fiscal e Sistema de Comunicação compartilhada

Local: Manaus

SECRETARIA DE
ESTADO DE AGRICULTURA

Secretário: Irval de Menezes Lobato
Trav. do Chaco, 2232 - (091) 226-1363

SECRETARIA DE ESTADO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Secretário: Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara
Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - (091) 224-9637

AVISO

A Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, instituída pela Portaria nº 003/GAB/SEC, comunica aos interessados o resultado da licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/98-SEGUP, conforme discriminação abaixo:

FIRMA VENCEDORA:

Volkswagen do Brasil Ltda. - itens: 1 e 5

Toyota do Brasil S/A - ítem: 4

Ronan Eletrô Metáurgica Ltda. - ítems: 2 e 3

CRITÉRIOS: Fonte Única e Menor Preço.

Belém, 13 de julho de 1998

A Comissão

HOMOLOGO: PAULO SETTE CÂMARA

Secretário de Estado de Segurança Pública

AVISO

A Comissão Permanente de Licitação do Fundo de Investimento de Segurança Pública-FISP, instituída pela Resolução nº 002/98-GAB/SEC-FISP, comunica aos interessados o resultado da Licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 001/98-FISP, conforme discriminação abaixo:

FIRMA VENCEDORA:

ERIN - Estaleiros Rio Negro Ltda.

CRITÉRIO: Fonte Única

Belém, 13 de julho de 1998

HOMOLOGO: PAULO SETTE CÂMARA

Presidente do FISP

EXTRATO DE NOTA ORÇAMENTÁRIA

Convite nº 016/98-PISP, com base na Lei nº 8.666/93

Número da NI: 98NE00334

Objeto: Reforma da Delegacia da Mulher

Valor: R\$ 20.984,20 (Vinte Mil, Novecentos e Oitenta e Quatro Reais e Vinte Centavos).

Dotação Orçamentária: 0603001741330

Elemento de Despesa: 459099

Data: 13.07.98

Firma: Engenearca Construtora Ltda.

SECRETARIA DE ESTADO DE
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

Secretária: Mariana Marceliano Hallberg
Av. Pres. Vargas, 1020 - (091) 241-4500

AUTORIZAÇÃO VIAJAR

PORATARIA Nº 292 DE 14.07.98

NOME DO SERVIDOR: ALBERTO ROGERIO BENEDITO DA SILVA

CARGO: Diretor da Área de Mineração

LOCAL: Itaituba-PA, sem ônus para este órgão

DATA: período de 15.07 a 17.07.98

ERRATA

Fica retificado na

Leia-se: Objeto – Aquisição de 03 (três) Caçambas.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 250/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN e o Município de Augusto Corrêa.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Augusto Corrêa e centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 221/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Bom Jesus do Tocantins.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Bom Jesus do Tocantins e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 156/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Colares.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Colares e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 243/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Concórdia do Pará e a centrais Elétricas do Pará S/A.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Concórdia do Pará e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 140/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Floresta do Araguaia.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Floresta do Araguaia e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 223/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Eldorado do Carajás.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Eldorado do Carajás e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 226/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Inhangapi.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Inhangapi e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 175/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Magalhães Barata.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Magalhães Barata e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 229/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Moju.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Moju e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 189/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Peixé-Boi.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Peixé-Boi e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 179/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Piçarra.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Piçarra e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 162/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de São Domingos do Capim.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de São Domingos do Capim e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 237/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Partes – SEPLAN, e o Município de Tomé-Açu.

Leia-se: Partes – SEPLAN, o Município de Tomé-Açu e a Centrais Elétricas do Pará S/A.

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 267/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: Objeto – “Aquisição de 01 Caçamba Basculante”.

Leia-se: Objeto – “Aquisição de 03 Caçambas Basculante”

ERRATA:

Extrato do Convênio FDE nº 196/98, publicado no Diário Oficial nº 28.749, de 03 de julho de 1998.

Onde se lê: “Aquisição de uma Pá Carregadeira”.

Leia-se: “Aquisição de uma Pá Carregadeira e um Caminhão Basculante.”

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
PORTARIA N° 001 / 98-ARCON, DE 14 DE JULHO DE 1998
O Director Geral da AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE

DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO PARÁ - ARCON, usando de suas atribuições previstas no inciso II do Artigo 19 da Lei nº 6.099 de 31 / 12 / 98,
RESOLVE:

1 - NOMEAR JOSÉ LUIZ MOURA NUNES, para ocupar o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, na Agência supra referenciada , a contar de 13 de julho de 1998.

2 - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO DIRETOR GERAL, 14 DE JULHO DE 1998

VILMOS DA SILVA GRUNVALD

Diretor Geral

SECRETARIA DE
ESTADO DE SAÚDE

Secretário: Vitor Manoel Jesus Mateus
Av. Cons. Furtado, 1597 - (091) 223-1257

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE USO N.º 077/98

Partes: Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Fundação Santa Casa de Misericórdia

Cláusula Primeira – DO OBJETO: o presente instrumento tem por objetivo a “Cessão de Uso”, de um (01) Aparelho de Respiração Artificial, mod. Marck 7, N/BIRF, completo, de tombamento/SESPA n.º 65.181.

Cláusula Quarta – DA VIGÊNCIA: o presente termo terá vigência por prazo indeterminado.

Cláusula Oitava – DO FORO: Fica eleito o Fórum da Cidade de Belém, Estado do Pará.

Belém – Pa, de julho de 1998.
VITOR MANUEL JESUS MATEUS
Secretário de Estado de Saúde Pública
HÉLIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR
Presidente da FSCMP

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 003/96.

Partes: Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas no Estado do Pará.

Cláusula Segunda – DO OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto conceder o reajuste de 25% (vinte e cinco por cento), dado pelo Governo Federal, para procedimentos ambulatoriais e hospitalares, conforme índice do DATASUS, majorando o valor de procedimento de R\$ 32,07 (trinta e dois reais e sete centavos) para R\$ 40,09 (quarenta reais e nove centavos).

ERRATAS

Extrato de Convênio n.º 064/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Breu Branco.

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Onde se lê: Programa de Trabalho – 13.076.0447.1669

Leia-se: Programa de Trabalho – 13.075.0428.1043

Extrato de Convênio n.º 073/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Igreja Evangélica e Assembleia de Deus do Estado do Pará.

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Onde se lê: Elemento de Despesa – 3440-41

Leia-se: Elemento de Despesa 3450-43

Extrato de Convênio n.º 060/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás.

Cláusula segunda – DO OBJETO.

Onde se lê: Construção do Posto de Saúde de Cedro II

Leia-se: Reforma do Posto de Saúde do Cedro II

Extrato de Convênio n.º 075/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e o Centro Educacional Ronaldo Miranda.

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Onde se lê: Elemento de Despesa – 4590-52

Leia-se: Elemento de Despesa - 4550-52

Extrato de Convênio n.º 053/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Associação dos Moradores do Bairro Cordeiro Neto

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Onde se lê: Elemento de Despesa - 3440-41

Leia-se: Elemento de Despesa - 3450-43

Extrato de Convênio n.º 102/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Moju

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Onde se lê: Elemento de Despesa - 4540-52

Leia-se: Elemento de Despesa - 4540-51

Extrato de Convênio n.º 045/98 – Entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé

Cláusula Segunda – DO OBJETO.

Onde se lê: Construção do sistema de tratamento de esgoto sanitário.

Leia-se: recuperação e reforma de esgoto sanitário.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Tornar sem efeito por ter sido publicado incorretamente o EXTRATO DE CONVÊNIO N.º 118/98, entre a Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Acará, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 28.749 de 03 de junho de 1998.

Belém – Pa, 14 de julho de 1998.

VITOR MANUEL JESUS MATEUS

Secretário de Estado de Saúde Pública

AUTORIZAR

PORTARIA N.º 0547/01.07.98

NOME: CLAUDIA REGINA MATOS LIMA

CARGO: ECONOMISTA

LOTAÇÃO: DAF/DAS/DIV/MATERIAL

OBJETIVO: PERCEBER GRATIFICAÇÃO TEMPO INTEGRAL (70%)

VIENC.BÁSI.

PORTARIA N.º 0548/01.07.98

NOME: BENEDITO PINHEIRO DE SOUZA

CARGO: ODONTÓLOGO

LOTAÇÃO: DAF/DEPT. ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETIVO: PERCEBER

PRORROGAR À CESSÃO PARA O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, A CONTAR DE 08.04.98, O SERVIDOR BENEDITO LALOR FILHO, AGENTE DE PORTARIA, LOTADO NO 7/UM CACHOEIRA DO ARARI, COM ÔNUS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

PRORROGAR / CURSO

PORTARIA N° 0584/07.98.

NOME: MARGARETE FEIO BOULHOSA
CARGO: ENFERMEIRO
LOTAÇÃO: DT/DE/DIV/IMUNIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.
OBJETIVO: EFEITOS PORT. 0649/28.05.96 - AUTORIZOU PARTICIPAR DO CURSO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM, REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
PERÍODO: DE 01.06 A 30.09.98

REMOVER

PORTARIA N° 238/09.06.98
NOME: TEREZINHA DA SILVA NEVES
CARGO: FARMACÊUTICO
LOTAÇÃO: I/CS ARISTIDES LOBO
REMOÇÃO: I/CS GUAMÁ
VIGÊNCIA: A CONTAR DE 08.06.98

ERRATA

PORTARIA N° 0580/01.07.98
NOME: SILVIA CRISTINA OLIVEIRA DOS NACIMENTO
CARGO: ENFERMEIRO
LOTAÇÃO: 6/CS VILA DO CONDE
REMOÇÃO: 3/UM CURUÇÁ
VIGÊNCIA: A CONTAR DE 23.06.98
OBS: REPÚBLICA POR TER SAÍDO COM O NOME INCORRETO NO DOE N° 28.755/13.07.98
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS, EM 15.07.98
LÚCIA HELENA MOURA DE ARRUDA
CHIEFE DA DAF/DRH/DCC

RESUMO DA LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE N° 045/98

Objeto da Licitação: Aquisição de Material de Consumo (Expediente), destinado a Diversas Unidades desta SESPA

FIRMAS VENCEDORAS:

- 01 - A Firma de n° 01 (LAP MOREIRA COMERCIAL), foi a vencedora dos itens n° 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 13, 25, 26 e 27, pelo critério de menor preço, num total de R\$ 3.917,00.
 - 02 - A Firma de n° 02 (SPI SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA), foi a vencedora dos itens de n° 01, 07, 15, 18, 20, 21, 23, 30 e 31, pelo critério de menor preço, num total de R\$ 18.260,00.
 - 03 - A Firma de n° 03 (ENAL - EMPRESA NACIONAL DE ABASTECIMENTO LTDA.), foi a vencedora dos itens de n° 14, 17, 22, 28 e 29, pelo critério de menor preço, num total de R\$ 4.590,00.
- TOTAL GERAL DO CONVITE N° 045/98: R\$ 26.767,00 (VINTE E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E SETE REAIS).

Belém, 13 de Julho de 1998

A Comissão:



SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Secretária: Maria do Socorro França Gabriel
Av. Gov. José Malcher, 652 - (091) 924-1412

RESUMO DE NOTA ORÇAMENTÁRIA (EMPENHOS)

CARTA CONVITE N° 026/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02056 VALOR RS-4.870,05 (QUATRO MIL, OITOCENTOS E SETENTA REAIS E CINCO CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
COMERCIAL GUARA LTDA-ME.

CARTA CONVITE N° 026/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02055 VALOR RS-1.817,92 (HUM MIL, OITO-CENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
MIDAS COMERCIAL LTDA

CARTA CONVITE N° 027/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02054 VALOR RS-1.280,00 (HUM MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
SISTEMAQ SISTEMA E MAQ. COM. SERV. E REP. LTDA.

CARTA CONVITE N° 008/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02049 VALOR RS-4.318,15 (QUATRO MIL, TREZENTOS E DEZOITO REAIS E QUINZE CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
SOCIBRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

CARTA CONVITE N° 008/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02048 VALOR RS-10.533,00 (DEZ MIL, QUINTINHOS E TRINTA E TRÊS REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
NORTEC-NORTE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA.

CARTA CONVITE N° 008/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02046 VALOR RS-680,00 (SEISCENTOS E OITENTA REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
PC EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA.

CARTA CONVITE N° 008/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02044 VALOR RS-1.019,00 (HUM MIL E DEZENOVE REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
D.S. COLARES EQUIPAMENTOS LTDA.

CARTA CONVITE N° 027/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02042 VALOR RS-372,50 (TRÊZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
MIDAS COMERCIAL LTDA.

CARTA CONVITE N° 026/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02041 VALOR RS-1.092,00 (HUM MIL E NOVENTA E DOIS REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
INDIANNI PANATTO MAQUINAS E ACESSÓRIOS LTDA.

CARTA CONVITE N° 026/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02040 VALOR RS-2.113,80 (DOIS MIL, CENTO E TREZEE REAIS E OITENTA CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
SISTEMAQ SISTEMA E MAQ. COM. SERV. E REP. LTDA.

CARTA CONVITE N° 027/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02038 VALOR RS-300,00 (TREZENTOS MIL REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
VANGUARDA COM. E REPRES. LTDA.

CARTA CONVITE N° 027/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02035 VALOR RS-870,85 (OITOCENTOS E SETENTA REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349030
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 30/06/98
IRMAOS ANJOS LTDA.

CARTA CONVITE N° 009/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01970 VALOR RS-17.475,00 (DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.1049 - 459099
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 25/06/98
RECON COMERCIAL LTDA.

CARTA CONVITE N° 008/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01939 VALOR RS-5.507,24 (CINCO MIL, QUINTINHOS E SETE REAIS E Vinte E QUATRO CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-CONVITE
DATA EMISSÃO 24/06/98
PACGEL - REPRODUÇÕES MOVEIS E PAPELARIA LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 004/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02096 VALOR RS-22.176,78 (VINTE E DOIS MIL, CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349039
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 29/06/98
SERVISEL-EMPRES. DE SEGUR. E VIGIL. COM. LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 003/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02095 VALOR RS-11.760,00 (ONZE MIL, SETECENTOS E SETENTA REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 14.080.0477.2108 - 349039
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 29/06/98
D. ROCHA E SERVICOS LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 003/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02057 VALOR RS-6.300,00 (SEIS MIL E TREZENTOS REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 30/06/98
SOCIBRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 003/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02050 VALOR RS-73.284,00 (SETENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 30/06/98
MAQPLAN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 003/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE02016 VALOR RS-9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 30/06/98
RYKA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 001/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01989 VALOR RS-15.725,00 (QUINZE MIL, SETECENTOS E Vinte E Cinco REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 26/06/98
SUZUKI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MAQUINAS LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 001/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01946 VALOR RS-13.326,04 (TREZE MIL, TREZENTOS E Vinte E Seis REAIS E QUATRO CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
PARDAL - COMÉRCIO LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 009/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01944 VALOR RS-27.893,76 (VINTE E SETE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
SOCIBRA - PARA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 009/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01942 VALOR RS-1.965,60 (HUM MIL, NOVECENTOS E Sessenta E Cinco REAIS E Sessenta CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
NAVESUL - ESTALEIRO E NAVEGAÇÃO ATLÂNTICO SUL

TOMADA DE PREÇO N° 009/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01941 VALOR RS-40,00 (QUATROCENTOS REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
CIRUBEL-CIRURGICA BELEM COM. E REPRES. LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 009/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01940 VALOR RS-5.908,00 (CINCO MIL, NOVECENTOS E OITO REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
PROMAQUNAS LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 009/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01937 VALOR RS-9.183,70 (NOVE MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E SETENTA CENTAVOS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.1049 - 459099
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
ENCELSIOR COMÉRCIO LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 009/97-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98NE01936 VALOR RS-3.780,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS)
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA 15.081.0486.2105 - 459052
TIPO DE EMPENHO -09 FORMA-TOMADA
DATA EMISSÃO 24/06/98
IMPERADOR DAS MAQUINAS LTDA.

TOMADA DE PREÇO N° 002/98-SETEPS

NOTA ORÇAMENTÁRIA 98



Ano CVII da IOE
108º da República
Nº 28.757

DIÁRIO OFICIAL

0401

CADERNO 2

Belém, quarta-feira,
15 de julho de 1998

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO LICITAÇÃO LEILÃO/003/98

O Banco do Estado do Pará S.A., através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
OBJETO: ITEM A: Imóvel Comercial, situado na Av. 29 de dezembro, 1827, Município de Capitão Poço/PA, medindo 12,40m de frente por 26,60m de fundos, edificado com um prédio em concreto armado, paredes em alvenaria de tijolo, esquadrias de ferro, madeira e alumínio, instalações elétricas, hidrossanitárias e telefônica embutidas, cobertura em fibrocimento, contendo: salão, caixa forte, wcs, apartamento, salão II e almoxarifado, valor mínimo p/venda R\$-24.068,00.
 ITEM B: Imóvel Residencial, situado na Av. 29 de dezembro, 1827, Município de Capitão Poço/PA, medindo 8,50m por 26,60m, edificado com uma casa em concreto armado, paredes em alvenaria de tijolo, esquadrias de ferro, madeira e alumínio, instalações elétricas, hidrossanitárias e telefônica embutidas, cobertura de fibrocimento, com pátio, sala, quarto, copa e wc, com área de serviços, quarto e wc de serviço, valor mínimo p/venda R\$-11.041,50.
 Os lanços poderão ser à vista ou parcelados com 30% de entrada no ato da realização do evento e o restante em 10 parcelas mensais e sucessivas, com juros da Poupança Oficial.
LOCAL: Sala de Licitações da CPL, Av. Senador Lemos, 2671-Sacramento-Belém/PA.
DATA : 04.08.98 **HORA :** 10:00 horas.
 Os EDITAIS, encontram-se à disposição dos interessados, ao custo zero, no endereço citado, horário das 9:00 às 13:30 horas e na Agência 'BANPARÁ', no município de Capitão Poço/PA, no horário das 10:00 às 15:30 horas.
 A Comissão.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ

RESULTADO DE JULGAMENTO

A CELPA comunica aos interessados que a Comissão de Licitação da TP-DIENG-045/98- Contratação de empresa ou consórcio de empresas para o fornecimento de equipamentos, materiais, construção da Rede de Distribuição Urbana, instalação de ramais de consumidores e cadastramento de consumidores, localizada na cidade de Itaituba, na Região Oeste do Estado do Pará, recomendou sua Adjudicação em favor da firma CONSTRUTORA BANDEIRANTE LTDA.
 Belém, 15 de julho de 1998

Departamento de Suprimento
Diretoria Administrativa

RESULTADO DE JULGAMENTO

A CELPA comunica aos interessados que a Comissão de Licitação da TP-DIENG-061/98- Contratação de empresa ou consórcio de empresas para o fornecimento de equipamentos, materiais, construção da Rede de Distribuição Urbana, instalação de ramais de consumidores e cadastramento de consumidores, localizada na cidade de Uruará, na Região Oeste do Estado do Pará, recomendou sua Adjudicação em favor da firma CONSTRUTORA MAUÁ JUNIOR LTDA.
 Belém, 15 de julho de 1998

Departamento de Suprimento
Diretoria Administrativa

RESULTADO DE JULGAMENTO

A CELPA comunica aos interessados que a Comissão de Licitação da CO-DIENG-004/98- Contratação de empresa ou consórcio de empresas para a implantação das Subestações Breu Branco e Goianésia, Reforma e Reisolamento da RDR Tucuruí/Breu Branco/Goianésia e ampliação das RDU's de Breu Branco e Goianésia, localizadas na Região do Baixo Tocantins do Estado do Pará, recomendou sua Adjudicação em favor do Consórcio RHF - DIBRÁS.
 Belém, 15 de julho de 1998

Departamento de Suprimento
Diretoria Administrativa

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: Nº 071/98
 Contrato Originário: Nº 118/97
 Partes: CELPA X SOTEL SOCIEDADE TÉCNICA DE ELETRICIDADE LTDA.
 Objeto: Prorrogado o prazo por mais 06 (seis) meses
 Vigência: Início: 08/07/98
 Término: 07/01/99
 Valor: R\$276.494,40
 Dotação Orçamentária: Recurso Financeiro DEMAR-530
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 07/07/98
 Ordenador Responsável: Marcelo de Pinho Lima

Diretor de Operação e Manutenção
Belém, 15 de julho de 1998

José Edmundo Pereira Mergulhão
Diretor Administrativo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: Nº 077/98
 Contrato Originário: Nº 129/97
 Partes: CELPA X LOCAVEL SERVIÇOS LTDA.
 Objeto: Prorrogado o prazo por mais 06 (seis) meses
 Vigência: Início: 15/07/98
 Término: 14/01/99
 Valor: R\$30.119,46
 Dotação Orçamentária: Recurso Financeiro DESEG-601
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 07/07/98
 Ordenador Responsável: José Edmundo Pereira Mergulhão
 Diretor Administrativo
 Belém, 15 de julho de 1998

José Edmundo Pereira Mergulhão
Diretor Administrativo

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 101/98
 Mod. de Licitação: TP-DEPCD-049/98
 Partes: CELPA X ELETRO POSTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
 Objeto: Implantação dos novos alimentadores na Subestação de Parauapebas, com implantação de 127 postes de concreto e retirada de 77 postes de concreto e implantação de 11 km de rede de AT em cabos 336,4 MCM, 4/0,10 c 2 AWG.
 Vigência: Início: 06/07/98
 Término: 25/08/98
 Valor: R\$248.595,05
 Dotação Orçamentária: Recurso Financeiro DEPCD-173
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 06/07/98
 Ordenador Responsável: Ricardo Gonçalves Rios
 Diretor de Engenharia e Construção
 Belém, 15 de julho de 1998

José Edmundo Pereira Mergulhão
Diretor Administrativo

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 106/98
 Mod. de Licitação: TP-DEPCD-050/98
 Partes: CELPA X ELETRO POSTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
 Objeto: Implantação da RDR - Camerá/Limoeiro do Ajuré em cabo de alumínio 4/0 AWG, com implantação de 640 postes de concreto, retirada de 23 postes de concreto e 12 postes de madeira, numa extensão de 55,51 km de rede.
 Vigência: Início: 06/07/98
 Término: 28/12/98
 Valor: R\$970.900,72
 Dotação Orçamentária: Recurso Financeiro DEPCD-045
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 06/07/98
 Ordenador Responsável: Ricardo Gonçalves Rios
 Diretor de Engenharia e Construção
 Belém, 15 de julho de 1998

José Edmundo Pereira Mergulhão
Diretor Administrativo

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 110/98
 Mod. de Licitação: CV-DEMAG-163/98
 Partes: CELPA X SOTREQ S.A.
 Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais em 06(seis) grupos geradores de marca Caterpillar Mod. D-3516 Dita, em regime de empreitada na sede do município de Santarém-Pará.
 Vigência: Início: 06/07/98
 Término: 05/11/98
 Valor: R\$142.616,30
 Dotação Orçamentária: Recurso Financeiro DEMAG-502
 Foro: Belém
 Data de Assinatura: 06/07/98
 Ordenador Responsável: Francimar Fernandes de Oliveira
 Superintendente de Manutenção da Geração e Transmissão

Belém, 15 de julho de 1998

José Edmundo Pereira Mergulhão
Diretor Administrativo

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Diretoria das Centrais Elétricas do Pará S/A CELPA, ratifica a decisão da Comissão de Licitação designada para proceder análise, julgamento e demais providências para "Aquisição de alicate manual hidráulico", que recomendou a compra direta do PCM 021972473, Convite 135/98, com fundamento na Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso VII.
 Belém, 15 de julho de 1998

Departamento de Suprimento
Diretoria Administrativa

AVISO DE ADIAMENTO

A CELPA comunica aos interessados que por Conveniência Administrativa fica adiada a abertura da CO-DESEG-007/98 para o dia 14/08/98 no mesmo horário e local pré-estabelecidos.
 Belém, 15 de julho de 1998

Departamento de Suprimento
Diretoria Administrativa

PROGRAMA ESPECIAL DE ENERGIA DO ESTADO DO PARÁ RELATÓRIO SEMESTRAL

O presente relatório tem a finalidade de comprovar a aplicação dos recursos oriundos da participação no resultado da exploração dos recursos hídricos do Estado, repassados para a Celpa na qualidade de administradora do Programa Especial de Energia do Estado do Pará, conforme disposto na Lei Estadual nº 016 de 24 de janeiro de 1994. O Montante de R\$-5.593.898,51 (Cinco Milhões, Quinhentos e Noventa e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Oito Reais, Cinquenta e Um Centavos), relativo ao saldo dos recursos repassados pelo Governo do Estado do Pará, no período de 01/07/97 a 31/12/97 que, encontravam-se empenhados por ocasião da Prestação de Contas apresentada em 08/01/98, foram realizados de acordo com o programa de investimento preestabelecido, concluindo-se assim, a comprovação dos recursos destinados a esta Concessionária no referido período, conforme detalhamento abaixo:

Na Geração foram realizados pagamentos no montante de R\$-1.118.868,39 (Hum Milhão, Cento e Dezoito Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais, Trinta e Nove Centavos), anexo 1, relativos a aquisição de materiais e contratação de serviços de terceiros. No subprograma Subestação ocorreram pagamentos no valor de R\$-1.735.771,21 (Hum Milhão, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Setecentos e Setenta e Um Reais, Vinte e Um Centavos), anexo 1, concerne a compras e contratações diversas.

Finalmente na Distribuição os pagamentos atingiram o total de R\$-2.741.068,18 (Dois Milhões, Setecentos e Quarenta e Um Mil, Sessenta e Oito Reais e Dezoito Centavos), anexo 1, referentes a aquisição de materiais e serviços.

Em relação ao valor de R\$-4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais), transferido pelo Governo do Estado do Pará, no período de 01/01/98 a 30/06/98, destinamos sua aplicação nas Obras do Projeto Tramoeiro, conforme a seguir:

No item Subestação foram realizados pagamentos na ordem de R\$-4.654.495,35 (Quatro Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil, Quatrocents e Noventa e Cinco Reais, Trinta e Cinco Centavos), anexo 2, relativos a aquisição de materiais e serviços.

Finalmente na Distribuição ocorreram pagamentos no valor de R\$-342.910,71 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil, Novecentos e Setenta e Um Centavos), anexo 2, correspondente a compras e diversas contratações destinadas ao Subprograma.

Belém, 10 de julho de 1998

Nelson Malizia Alves
Diretor Presidente

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DA OES N.º 036/98 -

LICITAÇÃO : CONVITE N.º 016/98

Partes : COHAB- PA x CCP - Construções, Consultoria e Projetos Ltda.
 Objeto: Contratação de serviços de execução de obras de uma praça e um campo de futebol, localizados nos Conjuntos Habitacionais Marabá III e IV, respectivamente, no Município de Belém, neste Estado, conforme especificações contidas na proposta do processo licitatório nº 1137/98, CONVITE N.º 016/98.

Valor: R\$ 75.755,91 (Setenta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e noventa e um centavos).

Vigência: 15/07/98 a 14/08/98

Dotação Orçamentária: 1000570316.5007 - Produção de Habitação, Fonte 080, Recursos do Tesouro Estadual. Natureza da Despesa: 459051.

Foro: Belém - PA

Data: 06.07.98

Ordenador Responsável: CICERINO CABRAL DO NASCIMENTO

PÁGINA 2 - CADerno 2

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

ORGÃO: Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA
 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 20/98 - COSANPA
 OBJETO: Contratação de empresa para execução de poço tubular profundo destinado ao Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Oriximiná, Estado do Pará.
 ABERTURA: No Auditório da COSANPA situado à Avenida Magalhães Barata, nº 1.201, Bairro de São Braz, em Belém - Pará, às 09:00 horas do dia 30 de julho de 1998.
 EDITAL: O Edital e demais informações poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, na Comissão Permanente de Licitação desta Empresa, a partir de 15 de julho de 1998.
 Belém (PA), 14 de julho de 1998
 Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°: 01/98 - PROJETO UNA - Contrato de Comodato
 PARTES: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA - PROJETO UNA x POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
 OBJETO: Empréstimo de materiais e equipamentos
 VIGÊNCIA: Prazo indeterminado
 FORO: Belém - PA
 DATA DA ASSINATURA: 13/07/98
 ORDENADOR RESPONSÁVEL:
 Inácio Koury Gabriel Neto
 Diretor Presidente
 Luiz Otávio Collyer Pontes
 Diretor Adm. e Financeiro

Belém, 14 de julho de 1998.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A Travel Viagens e Turismo Ltda, sediada nesta Capital na Avenida Braz de Aguiar n.º 6653, Loja 05, inscrita no CGC/MFN.º 04.488.030/0001-99, neste ato representado por sua Diretora Sandra Suely Marques Cordero e o Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, sediada na Estrada do Murutucu, KM. 04, Bloco Administrativo da Cespa, neste ato representado por seu Diretor superintendente, Célio Jorge Corrêa, resolvem rescindir de acordo com a alínea C, da cláusula sétima do Contrato de Prestação de Serviços n.º 070/97, firmado em 1.º de agosto de 1997, que objetivava o fornecimento de passagens séreas destinadas ao transporte dos servidores do Órgão.
 Belém, 15 de junho de 1998

Célio Jorge Corrêa
 Diretor Superintendente

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Órgão : Departamento de Trânsito do Estado do Pará
 Modalidade : Tomada de preços n.º 04/98 - CPL
 Objeto : Aquisição de Equipamentos de Informática
 Firms Vencedoras
 Infoshop Serviços de Manutenção em Informática
 Imperador Comércio e Distribuição Ltda
 Eico Sistemas e Controles Ltda
 Belém, 13/07/98

Arnaldo Rente de Oliveira
 Presidente da CPL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Órgão : Departamento de Trânsito do Estado do Pará
 Modalidade : Carta Convite n.º 036/98 - CPL
 Objeto : Locação, com manutenção corretiva e preventiva, de 55 (cinquenta e cinco) rádios transceptores portáteis, para atenderem as necessidades da autarquia, BTPTRAN e POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.
 Firms Vencedoras
 RADIOCOMM LTDA
 Belém, 13/07/98

Arnaldo Rente de Oliveira
 Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública n.º 003/98 - CEL.
 Departamento de Trânsito do Estado do Pará, através da Comissão Especial de Licitação, informa aos interessados que no dia 28 de agosto de 1998, às 10:00 horas, estará realizando procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Pública n.º 003/98 - CEL, objetivando a contratação de empresa prestadora de serviço referente a Digitalização de processos para a emissão da CNH com fotografia e assinatura digitalizadas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sala Consultoria de Engenharia do Órgão, no horário das 08:30 às 13:30 horas, na sede do Departamento, localizado na Estrada da CEASA, Km 4, Bloco Administrativo. Os representantes das firmas interessadas em participar da licitação deverão comparecer no horário e local mencionados, munidos com carimbo da firma e instrumento procuratório ou equivalente na forma da lei.
 Belém, 15 de julho de 1998

Eng.º Almir Antonio Gatti Rocha
 Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

Bel. Célio Jorge Corrêa
 Diretor Superintendente

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Órgão : Departamento de Trânsito do Estado do Pará
 Modalidade : Tomada de Preços n.º 03/98
 Objeto : Aquisição de veículos, Conjunto Sinalizador Acústico/Visual e Radios Transceptores Móveis

DIÁRIO OFICIAL

| | |
|---|------------------------------|
| Firms Vencedoras Volkswagen do Brasil Ltda Ronan, Ltda Marketronics do Brasil Ltda Em, 06.07.98 | Itens I e IV II III |
|---|------------------------------|

Maria Aparecida Varanda Ribeiro
 Presidente da Comissão Especial de Licitação

FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ

DIÁRIAS

Portaria n° 177/98 de 01.07.98

Nome/Matricula: Charlston Rodrigues Garcia- 7002882-018
 Assunto: Concessão de diárias
 Valor: R\$ 250,00
 Localidade: Gurupi
 Período: 01. à 07.07.98
 Objetivo: A serviço desta Fundação

Portaria n° 178/98 de 02.07.98

Nome/Matricula: Raimundo Nonato Ferreira Cunha- 7003773-018
 Assunto: Concessão de diárias
 Valor: R\$ 50,00
 Localidade: Acará
 Período: 02. e 03.07.98
 Objetivo: A serviço desta Fundação

Portaria n° 179/98 de 11.07.98

Nome/Matricula: Antonio Nogueira de Souza Junior- 5415853-011
 Assunto: Concessão de diária
 Valor: R\$ 50,00
 Localidade: Salinas
 Período: 11.07.98
 Objetivo: A serviço desta Fundação

Portaria n° 180/98 de 11.07.98

Nome/Matricula: Salua Moema Mendes Soares- 5413672-017
 Assunto: Concessão de diária
 Valor: R\$ 50,00
 Localidade: Bragança
 Período: 11.07.98
 Objetivo: A serviço desta Fundação

Portaria n° 182/98 de 13.07.98

Nome/Matricula: Nazareno da Silva Benicio- 5225868-011
 Assunto: Concessão de diárias
 Valor: R\$ 150,00
 Localidades: Santa Maria do Pará e São Miguel do Guamá
 Período: 10 à 13.07.98
 Objetivo: A serviço desta Fundação

Portaria n° 183/98 de 07.07.98

Nome/Matricula: José G. Ferreira Neto- 3180077-021
 Assunto: Concessão de diária
 Valor: R\$ 30,00
 Nome/Matricula - Nazareno da Silva Benicio- 5225868-011
 Assunto: Concessão de diária
 Valor: R\$ 25,00
 Localidade: Santa Maria do Pará
 Período: 07.07.98
 Objetivo: A serviço desta Fundação
 Francisco Cesar Nunes da Silva
 Presidente da Funtelpa

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º ADITIVO ao Convênio de Cooperação Técnica - Científica:
 PARTES: IDESP / UFPA / FADESP
 OBJETO: Parceria Técnica entre os participes, com ênfase na Reestruturação Produtiva do Setor Industrial do Estado do Pará.
 PRAZO: 6(seis) meses, a contar da data de assinatura.
 DOS RECURSOS: O presente Aditivo não implica ônus aos participes.

Belém, 14/07/98

AFONSO BRITO CHERMONT

Diretor geral

EXTRATO DE CONVÉNIO CONVÉNIO N° 033/98

PARTES: IDESP / SEBRAE
 OBJETO: Realizar Pesquisas de Campo visando a Produção de Documentos Diagnósticos de 12 (doze) Municípios Paraenses, escolhidos por critérios do SEBRAE/PA.
 VALOR DO CONVÉNIO: 5 (cinco) parcelas bimestrais de R\$7.560,00 (Sete Mil, Quinhentos e Sessenta Reais), totalizando R\$37.800,00
 PRAZO DE EXECUÇÃO: 10(dez) meses, a contar da data de assinatura.
 Belém, 10/07/98

AFONSO BRITO CHERMONT

Diretor Geral

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

PORTARIA N° 102/98/GP

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
 CONSIDERANDO solicitação contida em Ofício n° 710/97 - PMB, datado de 30/12/97, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Belém;
 CONSIDERANDO despacho contido no mesmo ofício, do Subchefe da Casa Civil do Estado, datado de 30/01/98;

R E S O L V E :

- 1-COLOCAR à disposição da Prefeitura Municipal de Belém, a servidora HILDA DE SOUZA SENNA, Enfermeira, matrícula n° 5154715-037, com ônus para o órgão de origem a partir de 01 de fevereiro de 1998 até ulterior deliberação.
- 2-Dé-se ciência, publique-se e cumpra-se

Belém, 14 de julho de 1998.

Dr. HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR

Presidente

PORTARIA N° 103/98/GP

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
 CONSIDERANDO Memorando datado de 10/07/98 encaminhado por Suely Gonçalves Neves Braga, Farmacêutica Bioquímica responsável pela Farmácia deste Hospital, matrícula n° 5174570-019, narrando fato detectado por servidor da Farmácia envolvendo alteração na prescrição médica de pacientes internados na Clínica Cirúrgica.

R E S O L V E :

- 1-DESIGNAR CELIA FRIGHETTI PACIONI, Coordenadora de Recursos Humanos, matrícula n° 5003210-024; IACY WALTER PAULO SOARES, Coordenador Administrativo, matrícula n° 5707161-015, MARIA DO SOCORRO DA SILVA RUÍVO, Enfermeira, matrícula 5274303-021 e LUZIA MARIA DE LIMA TAVARES, Auxiliar de Administração, matrícula n° 5172683-013, para sob a presidência do primeiro membro, comporem a Comissão de Sindicância a fim de apurar fato detectado por servidor da Farmácia deste Hospital, envolvendo alteração na prescrição médica de pacientes internados na Clínica Cirúrgica.
- 2- A comissão deverá apresentar relatório final da apuração dos fatos até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria.
- 3-Dé-se ciência, publique-se e cumpra-se

Belém, 14 de julho de 1998.

Dr. HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR

Presidente

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FSCMPA, COMUNICA AOS INTERESSADOS, QUE PROCEDERÁ À ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO A SEGUIR DISCRIMINADO:

CONVITE N° 011/98

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

DATA DE ABERTURA: 23-07-98

HORÁRIO: 09H

LOCAL: RUA OLIVEIRA BELO N° 395 - SALA DA CPL OS INTERESSADOS DEVERÃO COMPARÉCER NO PRAZO LEGAL, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO HORÁRIO DE 08H ÀS 12H NO ENDEREÇO ACIMA, MUNIDOS DE CARIMBO DA FIRMA, APÓS O RECOLHIMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 10,00 (DEZ REAIS), PARA RECEBIMENTO DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS.

BELÉM, 14 DE JULHO DE 1998

A COMISSÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÉNIO 001/97

PARTES: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) e Secretaria de Obras Públicas do Estado (SEOP).

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais noventa (90) dias. As demais cláusulas permanecem inalteradas com o mesmo teor das descritas no instrumento inicial e nos demais aditivos.

Belém, 10 de julho de 1998;

Hélio Franco de Macedo Júnior

Pres. da FSCMPA

Pedro Abílio Torres do Carmo

Secretário

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

PORTARIA N.° 126 de 13 de julho de 1998

O Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora desta Autarquia, abaixo relacionada:

| | | |
|-----------------------------|-----------|---------------------|
| NOME | EXERCÍCIO | PERÍODO DE GOZO |
| Nazaré de Belém Reis Lobato | 1998 | 13.07.98 a 11.08.98 |

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ NÉLIO SILVA PALHETA

Diretor Presidente

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

AVISO DE EDITAL

(TOMADA DE PREÇOS N° 011/98)

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n° 032/98.Gab/Hemopa, de 26.02.98, comunica aos interessados que se encontra à disposição dos mesmos o Edital da Tomada de Preços n° 011/98, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE GUARDA E VIGILÂNCIA ARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO SEDE DA FUNDAÇÃO HEMOPA, com abertura prevista para o dia 31.07.98, AS 09:00 hs. O Edital completo do certame poderá ser consultado perante aquela comissão na Trav. Padre Eutíquio, 2109, no horário de 08:00 às 14:00 horas, ao custo de R\$ 10,00 (dez) Reais. Belém, 14 de julho de 1998.

Hélder Luis Silva Pantoja
Presidente da CPL/Hemopa

AVISO DE EDITAL

(CONVITE N° 011/98)

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n° 032/98.Gab/Hemopa, de 26.02.98, comunica aos interessados que se encontra à disposição dos mesmos o Edital do Convite n° 011/98, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MISTO: UTILITÁRIO/PASSEIO, com abertura prevista para o dia 24.07.98, AS 09:30 hs. O Edital completo do certame poderá ser consultado perante aquela comissão na Trav. Padre Eutíquio, 2109, no horário de 08:00 às 14:00 horas, ao custo de R\$ 5,00 (cinco) Reais. Belém, 14 de julho de 1998.

Hélder Luis Silva Pantoja
Presidente da CPL/Hemopa

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N° 28.756 DE 14.07.98, ONDE SE LÊ: ALBERTO SOTELO TOLENTINO. LEIA-SE: ALBERTO TOLENTINO SOTELO.

PORTRIA N° 619 de 10.07.98, CONCEDER, aos servidores PAULO CÉSAR FONSECA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Auxiliar Técnico, Matrícula N° 3151816-015, lotado na Coordenação de Ações Regionais e Sociais e OTÁVIO SILVA BARBOSA, ocupante do Cargo de Motorista, Matrícula N° 3156834-016, lotado no Departamento de Administração, Diárias para fazer face as despesas com Alimentação e Pousada, nos Municípios de São João de Pirabas e Salinópolis, no período de 08 a 11.07.98, a serviço deste Instituto, objetivando a implantação de Convênio de Colaboração Técnica e Financeira, em Salinópolis e verificação de imóvel para locação da Unidade do IPASEP, em São João de Pirabas. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 08.07.98.

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 115/98

PARTES: IPASEP e Clevaldo Pinheiro dos Santos

ONDE SE LÊ: Vigência: 01.07.98 à 30.06.99

LEIA-SE: Vigência: 03.07.98 à 30.06.99

Publicado com incorreção no Diário Oficial do estado de n° 28.750 do dia 06.07.98, por equívoco administrativo.

ERRATA DO EXTRATO DE CONVÉNIO

Convenio n° 049/98

PARTES: IPASEP e a Prefeitura Municipal de Anajás

ONDE SE LÊ: Valor: R\$ 20.640,00 - Valor estimado para 12 meses

LEIA-SE: Valor: R\$ 23.280,00 (Valor estimado para 12 meses)

Publicado no Diário Oficial do Estado de n° 28.748 do dia 02.07.98, por equívoco administrativo.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 125/98

MODALIDADE: Dispensa

PARTES: IPASEP e os Serviços Médico e Hospitalar Ltda(Casa de Saúde Santa Clara)

OBJETO: Prestação de Serviços Médico, Hospitalar, Ambulatorial e de Urgência e Emergência , à beneficiários do IPASEP.

VALOR: R\$ 80.000,00 (Valor estimado para 12 meses)

VIGÊNCIA: 14.07.98 à 13.07.99

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 54.201.13.075.0428.4147.34.90.39.066

DATA DA ASSINATURA: 14.07.98

ANTONIO CARLOS FONTELES DE LIMA

Presidente do IPASEP

P/Contratada

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 121/98

MODALIDADE: Dispensa

PARTES: IPASEP e a Clínica Santa Cecília Ltda/Belém.)

OBJETO: Prestação de Serviços Médico, Hospitalar, Ambulatorial e de Urgência e

Emergência , à beneficiários do IPASEP.

VALOR: R\$ 80.000,00 (Valor estimado para 12 meses)

VIGÊNCIA: 14.07.98 à 13.07.99

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 54.201.13.075.0428.4147.34.90.39.066

DATA DA ASSINATURA: 14.07.98

ANTONIO CARLOS FONTELES DE LIMA

Presidente do IPASEP

P/Contratada

Portaria N° 373 DE 19.05.98
Valor da Pensão: R\$ 2.524,04
Beneficiários: Mary de Moraes Silva, Anne Caroline, Danielle, Cibelli e Leonardo Ferreira da Silva
Segurado: Laerte Crisostomo da Silva

Portaria N° 374 de 19.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Mary de Moraes Silva, Anne Caroline, Danielle, Cibelli e Leonardo Ferreira da Silva
Segurado: Laerte Crisostomo da Silva

Portaria N° 293 de 19.05.98
Valor da Pensão: R\$ 3.013,42
Beneficiário: Ivanise Bentes Carvalho
Segurado: José Duarte de Carvalho

Portaria N° 294 de 19.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Ivanise Bentes Carvalho
Segurado: José Duarte de Carvalho

Portaria N° 296 de 19.05.98
Valor da Pensão: R\$ 140,08
Beneficiário: Jéssica Paola Miranda
Segurado: Idalberto Nascimento Pereira

Portaria N° 295 de 15.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Jéssica Paola Miranda
Segurado: Idalberto Nascimento Pereira

Portaria N° 328 de 19.05.98
Tornar sem efeito Portaria N° 802 (Item I)
Valor da Pensão: R\$ 112,00 para R\$ 156,06
Beneficiário: Euda Rosy Rodrigues do Couto
Segurado: Lucinerges Petroneo Vianna do Couto

Portaria N° 279 de 19.05.98
Valor da Pensão: R\$ 130,13
Beneficiário: Alfredo Gonzaga dos Santos
Segurado: Manoela Tarrio dos Santos

Portaria N° 298 de 15.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Alfredo Gonzaga dos Santos
Segurado: Manoela Tarrio dos Santos

Portaria N° 322 de 19.05.98
Valor do Pecúlio: 5.000,00
Beneficiários: Almiro Cordeiro dos Santos e Thiago Alexandre Nunes dos Santos
Segurado: Joana Nunes dos Santos

Portaria N° 223 de 17.05.98
Quota do Pecúlio: R\$ 1.028,57
Beneficiário: Maria Leite da Silva
Segurado: Hildo Alves de Melo

Portaria N° 234 de 15.05.98
Valor da Pensão: R\$ 311,54
Beneficiários: Maria Raimunda, Vanuza Raquel, Vera Lúcia e Vania Karla Souza Costa.
Segurado: Carlos Carvalho da Costa

Portaria N° 235 de 15.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Maria Raimunda, Vanuza Raquel, Vera Lúcia e Vania Karla Souza Costa.
Segurado: Carlos Carvalho da Costa

Portaria N° 247 de 08.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Bruno Carvalho da Cruz
Segurado: Eleonor Mendes Carvalho

Portaria N° 267 de 12.05.98
Indeferimento de Pecúlio por Invalidez
Beneficiário: Marilza Machado Lima

Portaria N° 269 de 12.05.98
Indeferimento de Pedido de Pensão e Pecúlio (Falecimento)
Beneficiário: Maria da Conceição Lima Lopes
Segurado: Francisco Leite Lopes

Portaria N° 271 de 12.05.98
Indeferimento de Pedido de Pensão e Pecúlio (Falecimento)
Beneficiário: Syndria Glenda Gomes dos Santos
Segurado: Amadeu Mora dos Santos

Portaria N° 287 de 10.05.98
Valor do Pecúlio R\$ 5.000,00
Beneficiários: Maria Aurea, Otoniel, Lucinela, Samuel e Luciana Beatriz Lobo de Brito
Segurado: João dos Santos Brito

Portaria N° 307 de 08.05.98
Indeferimento de Pedido de Pecúlio por Invalidez
Beneficiário: Nelson Alberto Salim Maciel

Portaria N° 382 de 17.05.98
Quota do Pecúlio R\$ 448,00
Beneficiário: Maria Francisca Monteiro Sarava
Segurado: Eliza Macedo de Souza Monteiro

Portaria N° 381 de 15.05.98
Valor da Pensão: R\$ 145,08
Beneficiários: Francisca Almeida, Raymara Almeida e Ana Caroline Almeida Gomes
Valor do Pecúlio: R\$ 1.200,00
Beneficiários: Francisca Almeida, Raymara Almeida e Ana Caroline Almeida Gomes
Segurado: Jonas de Aquino Gomes Filho

Portaria N° 354 de 08.05.98
Quota do Pecúlio: R\$ 400,00
Beneficiário: Helen Lucília do Nascimento Monteiro
Segurado: Dulcila Pamplona Monteiro
Indeferimento de Pedido de Pensão

Portaria N° 350 de 08.05.98
Valor da Pensão: R\$ 145,60
Beneficiários: Maria Lindinalva, Bruno Diego, Thielle Cristina e Wallace Carrera dos Santos.
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Maria Lindinalva, Bruno Diego, Thielle Cristina e Wallace Carrera dos Santos.(Sobrestada)
Segurado: Miguel Arcanjo Rodrigues dos Santos

Portaria N° 349 de 08.05.98
Valor da Pensão: R\$ 130,00
Beneficiários: Maria Alresa, Otoniel, Lucinela, Samuel e Luciana Beatriz Lobo de Brito.
Segurado: João dos Santos Brito

Portaria N° 348 de 08.05.98
Valor da Pensão: R\$ 608,52
Beneficiários: Maria da Graça, Raimunda das Graças e Carla Danielle Costa de Almeida
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Maria da Graça, Raimunda das Graças e Carla Danielle Costa de Almeida
Segurado: Luiz Celso de Almeida

Portaria N° 346 de 08.05.98
Quota de Pensão: R\$ 291,65
Beneficiários: Essau Augusto, Jacob Fernando e Silvia Cristina da Silva Esteves
Quota do Pecúlio: R\$ 3.750,00
Beneficiário: Essau Augusto, Jacob Fernando e Silvia Cristina da Silva Esteves
Segurado: Silvio Fernando Brasil Esteves

Portaria N° 345 de 08.05.98
Valor da Pensão: R\$ 682,55
Beneficiário: Nair Azevedo Macedo
Valor do pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Nair Azevedo Macedo
Segurado: Dário Macedo

Portaria N° 343 de 08.05.98
Indeferimento de Pedido de Pecúlio por Invalidez
Beneficiário: Eunice Helena de Lira Rodrigues
Portaria N° 342 de 08.05.98
Indeferimento de Pedido de Pensão (Falecimento)
Beneficiário: Rui Augusto Pinheiro Junior
Segurado: Eunice Gomes Pereira

Portaria N° 341 de 08.05.98
Valor da Pensão: R\$ 130,00
Beneficiários: Constantino, Antonio, Dezanira, Selatiel e Eliane Sarmento Campos
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Constantino, Antonio, Dezanira, Selatiel e Eliane Sarmento Campos
Segurado: Antonia Sarmento Campos

Portaria N° 340 de 08.05.98
Valor da Pensão: R\$ 451,68
Beneficiário: Maria Pereira de Andrade
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Maria Pereira de Andrade
Segurado: Olgarina da Graça Nasser

Portaria N° 339 de 08.05.98
Indeferimento de Pedido de Pensão
Beneficiários: Karla Amanda e Nacif Nasser de Jesus
Segurado: Olgarina da Graça Nasser
Portaria N° 338 de 02.05.98
Valor da Pensão: R\$ 654,87
Beneficiários: Alice Augusta e Ricardo Augusto Dias Tomás
Segurado : Francisco Admar Tomás

Portaria N° 337 de 02.05.98
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários Alice Augusta e Ricardo Augusto Dias Tomás
Segurado : Francisco Admar Tomás
Portaria N° 330 de 02.05.98
Indeferimento de Pedido de Pensão e Pecúlio
Beneficiários: Sebastiana Maciel de Souza
Segurado: Antonio Herculano de Souza

Portaria N° 327 de 02.05.98
Indeferimento de Pedido de Pecúlio por Invalidez
Beneficiário: Claudio Alves Rodrigues
Portaria N° 303 de 03.06.98
Indeferimento de pedido de Pensão
Beneficiário: Osmarina Braga da Motta
Segurado: Firmino Augusto da motta

Portaria N° 388 de 29.06.98
Valor da Pensão: R\$ 151,75
Beneficiários: Waldilene Furtado, Silvia e Letícia da Costa
Valor do pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Waldilene Furtado, Silvia e Letícia da Costa
Segurado: Paulo Guilherme Pereira Azevedo

Portaria N° 383 de 29.06.98
Valor da Pensão : R\$ 161,20
Beneficiários: Maria Mendes da Costa e Wanderlei Farias da Costa
Valor do Pecúlio: R\$ 1.200,00
Beneficiários: Maria Mendes da Costa e Wanderlei Farias da Costa
Segurado: Manuel Farias Neto

Portaria N° 385 de 29.06.98
Valor da Pensão: R\$ 130,00

Beneficiário: Jacob Rodrigues
Valor do Pecúlio: R\$ 1.120,00
Segurado: Maria de Nazaré Machado Rodrigues

Portaria N° 292 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 4.644,24
Beneficiário: Therezinha Loureiro de Borborema
Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiário: Therezinha Loureiro de Borborema
Segurado: Vasco Martins de Borborema

Portaria N° 323 de 02.06.98

Valor da Pensão: R\$ 208,76
Beneficiários: Almíro e Thiago Alexandre Nunes dos Santos
Segurado: Joana Nunes dos Santos

Portaria N° 375 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 130,00
Beneficiário: José Ranieri Alves da Fonseca
Segurado: Maria Lusanira da Fonseca

Portaria N° 376 de 29.06.98

Quota do Pecúlio: R\$ 560,00
Beneficiário: José Ranieri Alves da Fonseca
Segurado: Maria Lusanira da Fonseca

Portaria N° 362 de 29.06.98

Indeferimento de Pedido de Pensão e Pecúlio
Beneficiário: Maria de Fátima Esquedo de Lima
Segurado: Marcus Vinícius Esquedo Dias

Portaria N° 287 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 130,00
Beneficiário: Valdemar Pereira de Souza
Segurado: Benta de Oliveira Souza

Portaria N° 288 de 29.06.98

Valor do Pecúlio R\$ 1.120,00
Beneficiário: Valdemar Pereira de Souza
Segurado: Benta de Oliveira Souza

Portaria N° 283 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 405,99
Beneficiários: Helena Maria, Eller, Elenice e Elber Oliveira Pereira
Segurado: João Maria Pereira

Portaria N° 284 de 29.06.98

Valor do Pecúlio: R\$ 10.000,00
Beneficiários: Helena Maria, Eller, Elenice e Elber Oliveira Pereira
Segurado: João Maria Pereira

Portaria N° 289 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 677,87
Beneficiários: Marcília Santos e Walquíria Santos de Moraes
Segurado: Valter Hermenegildo de Moraes

Portaria N° 290 de 29.06.98

Valor do pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Marcília Santos e Walquíria Santos de Moraes
Segurado: Valter Hermenegildo de Moraes

Portaria N° 356 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 527,15
Beneficiário: Amado José Correa
Segurado: Maria Cosme Correa

Portaria N° 286 de 29.06.98

Valor do Pecúlio: R\$ 5.000,00
Beneficiários: Talita, Isaura, Erbílio, Elba, Tiago e Juliana de Souza Barbosa
Segurado: Ciriaco Barbosa

Portaria N° 285 de 29.06.98

Valor da Pensão: R\$ 145,60
Beneficiários: Talita, Isaura, Erbílio, Elba, Tiago e Juliana de Souza Barbosa
Segurado: Ciriaco Barbosa

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

ATA Nr. 32

Despachos de 13 de Julho de 1998 a 13 de Julho de 1998.

Documentos D E F E R I D O S:*** Firma Individual: Registro ***/98/0228123
ADERILSON SANTOS DA SILVA, 98/0229979 CELIA DE J B SARMENTO, 98/
0233968 D BENITT, 98/0242460 M TRINDADE, 98/0243211 A M F CASTRO
COMERCIO, 98/0244293 TERTULIANO FERREIRA DA SILVA, 98/0244323 A A
B SILVA, 98/0244340 B P DE OLIVEIRA, 98/0244382 G M S PARREIRA, 98/
0244412 EVALDINA E DOS SANTOS, 98/0244447 JOSE P DOS SANTOS COM-
MERCIO, 98/0244471 AUTO E DE FRANCA, 98/0244501 JOAQUIM ROSA
FAGUNDES, 98/0244536 IVONE APARECIDA DE OLIVEIRA, 98/0244781 A C
FERREIRA DA SILVA, 98/0244943 E M ACACIO BRAGA, 98/0245001 PAULO
FREITAS MADEIREIRA:*** Firma Individual: Anotacoes ***/98/0238633
BARBARA GRACE T MACHADO ME, 98/0244838 E M RECA PEREIRA ME,
98/0244935 S B ARAGAO ME, 98/0245060 J R CARVALHO JUNIOR ME:*** Fir-
ma Individual: Cancelamento ***/98/0242592 FRANCISCO PEREIRA DE SOU-
ZA TOPOGRAFIA:*** Sociedade Limitada - LTDA:Contrato ***/98/0204410
FRAMEL ENGENHARIA TELECOMUNIC SANEAMENTO ELETRICIDADE
SERVICOS E TOPOGRAFIA LTDA, 98/0223199 KNOW HOW CONSTRUOES
CIVIL LTDA, 98/022986 INSTITUTO DE BELEZA REGY'S LTDA, 98/0233453
TAKEDA IMAGEM E FOTO LTDA, 98/0238676 M S M SISTEMAS LTDA, 98/
023915 HOTEL RURAL QUINTA DAS ALAMANDAS LTDA, 98/0240450
CORDOVIL & CORDOVIL LTD, 98/0242720 CHAMATEC COMERCIO E
SERVICOS LTDA, 98/0243742 COMERCIAL E DISTRIBUIDORA PAULI PALMS
LTDA, 98/0244072 PORBRAS MADEIRAS LTD, 98/0244552 REDTEL
REDENCAO TELECOMUNICACOES LTDA, 98/0244706 AGROPECUARIA

BELO MONTE LTDA, 98/0244722 AGROPALMI INDUSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, 98/0244870 BETEL SERVICO E COMERCIO LTDA:*** Sociedade Limitada - LTDA:Alteracoes ***/98/0181151 J J M COMERCIAL LTDA ME, 98/0204640 MASUL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA, 98/0220122 SAFARI COMERCIO LTDA, 98/0220700 PRO UTI PROFISSIONAIS REUNIDOS PARA ASSISTENCIA MEDICA EM UTI LTDA, 98/
0223539 R A N NUNES & CIA LTDA, 98/0224055 AUTO LINE LTDA, 98/0225752 RAIANTO REPRESENTACOES LTDA, 98/0228735 PAPA FOSSA MANUTENCAO HIDRO SANITARIA PREVENTIVA LTDA ME, 98/0229529 FERREIRA TEIXEIRA & CIA LTDA, 98/0232821 NOVA ERA CENTRAL DE SERVICOS PARA EMPRESAS E COMERCIO LTDA, 98/0234867 IMPORTADORA PANAMA LTDA, 98/0234867 IMPORTADORA PANAMA LTDA, 98/0237319 MUNDO COMERCIAL LTDA, 98/0237378 AMAZON SUL TRANSPORTES LTDA, 98/
0237440 ENGEFILTRO INDUSTRIA E COMERCIO LTD, 98/0238994 MHS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, 98/0240387 MIB MANUTENCOES INDUSTRIAS LTDA, 98/0241081 LUMAPAL MADEIRAS LTDA, 98/0242681 COMERCIAL ALINANE LTDA, 98/0243335 CELIO LOPES CARDOSO & CIA LTDA, 98/0243600 ALTORO MINERACAO LTDA, 98/0243947 MOREIRA, MOREIRA & CIA LTDA, 98/0244609 PONTO DE LUZ LTDA ME, 98/0244900 POSTO JOEMA LTDA, 98/0244927 POSTO JOEMA LTDA:*** Sociedade Limitada - LTDA:Documento de Filial ***/98/0241332 GEOSOL GEOLOGIA E SONDAGENS LTDA:*** Sociedade Limitada - LTDA:Alteracoes ***/98/0236177 MASUL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA, 98/0236185 MASUL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA:*** Sociedade Anonima - SA:Documentos de S.A. ***/98/0240107 FAZENDA TERRA BOA SA:*** Sociedade Anonima - SA:Documentos de S.A. ***/98/0239036 FAZENDA TERRA BOA S, 98/0239516 COIMBRA INDUSTRIA E EXPORTACAO SA CIESA, 98/0241723 ESTACON ENGENHARIA SA:*** Sociedade Anonima - SA:Documentos de S.A. ***/98/0239524 COIMBRA INDUSTRIA E EXPORTACAO SA CIESA, 98/0243823 COIMBRA INDUSTRIA E EXPORTACAO SA CIESA, 98/0245095 COIMBRA INDUSTRIA E EXPORTACAO SA CIESA ***:Arquivamento de outros documentos de interesse da empresa ***/98/0223474 ATLANTA RENT A CAR LTDA, 98/0238501 G J PRESTES SERVICOS REPRESENTACOES E COMERCIO LTDA, 98/0243351 ALTORO MINERACAO LTDA, 98/0243378 ALTORO MINERACAO LTDA, 98/0243726 SENG ENGENHARIA LTDA EPP, 98/0243866 P A CONSTRUOES LTD, 98/0243912 G RAMALHO DE DEUS ***:Microempresa:Enquadramento ***/98/0215234 FRAMEL ENGENHARIA TELECOMUNIC SANEAMENTO ELETRICIDADE SERVICOS E TOPOGRAFIA LTDA, 98/0229294 INSTITUTO DE BELEZA REGY'S LTDA, 98/0230365 KNOW HOW CONSTRUOES CIVIL LTDA, 98/0233984 D E BENET, 98/0237017 RM COMERCIO DE PRESENTES LTDA, 98/0237580 G F GONCALVES COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, 98/0241561 CORDOVIL & CORDOVIL LTDA, 98/0242738 CHAMATEC COMERCIO E SERVICOS LTDA, 98/0243246 RAIANTO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, 98/0243882 DIVEL VEICULOS LTDA, 98/
0244307 TERTULIANO FERREIRA DA SILVA, 98/0244358 J B P DE OLIVEIRA, 98/0244366 A A B SILVA, 98/0244390 G M S PARREIRA, 98/0244420 EVALDINA E DOS SANTOS, 98/0244455 JOSE P DOS SANTOS COMERCIO, 98/0244480 AUTO E DE FRANCA, 98/0244510 JOAQUIM ROSA FAGUNDES, 98/0244560 REDTEL REDENCAO TELECOMUNICACOES LTDA, 98/0244889 BETEL SERVICO E COMERCIO LTDA, 98/0244951 IVONE APARECIDA DE OLIVEIRA, 98/0244960 E M ACACIO BRAGA ***:Documentos em EXIGENCIA: ***/98/0200814, 98/0202159, 98/0207991, 98/0208009, 98/0223652, 98/0225361, 98/0228964, 98/0229162, 98/0229880, 98/0231140, 98/0232910, 98/0232937, 98/0237424, 98/0238064, 98/0239982, 98/0241553, 98/0242487, 98/0242711, 98/0243157, 98/0243165, 98/0243190, 98/0243289, 98/0243734, 98/0243858, 98/0243874, 98/0243971, 98/0244820; Autorizo a Publicacao

Dilemundo Guedes Cabral
Secretario-Geral

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

PORTARIA N° 067/98-DGPC DE 13 DE JULHO DE 1998

GILVANDRO JOSÉ GONÇALVES FURTADO, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, e etc.....

CONSIDERANDO: A instauração do Processo Administrativo Disciplinar - Portaria n° 054/98-GAB/CIRREPOL, datada de 18/06/98, que objetivou investigar irregularidade funcional imputada ao servidor ELIAS DO NASCIMENTO MEGUINS, Papiloscopista Policial, indicado nos Autos de Flagrante Delito nº 009/98-DCO/DIOE, datado de 06.04.98; e, ainda, figura como autor no Termo Circunstanciado nº 036233, lavrado na Depol de Icoaracy, em 05.04.98;

CONSIDERANDO: os termos do Relatório da Autoridade Sindicante que constatou devidamente, a ocorrência da irregularidade funcional, uma vez que acusado, o servidor apontado, de prática de ilícito penal, posto que violou o art. 299, parágrafo único c/c o art. 29 do C.P.B, bem assim do art. 180, § 3º (este com nova redação dada pela Lei nº 9.426/96), também do C. P. B;

CONSIDERANDO: que a gravidade dos fatos irrogados impõe que se promova imediata apuração, através de Processo Administrativo Disciplinar, assegurado-se ao acusado ampla defesa;

CONSIDERANDO: a incorreção constante na Portaria nº 054/98-GAB/CIRREPOL, quando firmou ocupar, o acusado, o cargo de Investigador de Polícia Civil;

RESOLVE: I - tornar sem efeito a Portaria 054/98-GAB/CGPC, de 18.06.98; II - designar os servidores Drs. LÍVIA CRISTINA GALVÃO DE LIMA CAVALCANTE, RAIMUNDO JAIME SALES DAS MERCÉS, Delegados de Polícia Civil e VALDOMIRO NUNES RODRIGUES, Escrivão de Polícia Civil, para sob a Presidência do primeiro e em Comissão, apurarem as irregularidades atribuídas ao Papiloscopista ELIAS DO NASCIMENTO MEGUINS.

CONSIDERANDO: a incorreção constante na Portaria nº 054/98-GAB/CIRREPOL, quando firmou ocupar, o acusado, o cargo de Investigador de Polícia Civil;

RESOLVE: I - tornar sem efeito a Portaria 054/98-GAB/CGPC, de 18.06.98; II - designar os servidores Drs. LÍVIA CRISTINA GALVÃO DE LIMA CAVALCANTE, RAIMUNDO JAIME SALES DAS MERCÉS, Delegados de Polícia Civil e VALDOMIRO NUNES RODRIGUES, Escrivão de Polícia Civil, para sob a Presidência do primeiro e em Comissão, apurarem as irregularidades atribuídas ao Papiloscopista ELIAS DO NASCIMENTO MEGUINS.

CONSIDERANDO: a incorreção constante na Portaria nº 054/98-GAB/CIRREPOL, quando firmou ocupar, o acusado, o cargo de Investigador de Polícia Civil;

RESOLVE: I - tornar sem efeito a Portaria 054/98-GAB/CGPC, de 18.06.98; II - designar os servidores Drs. LÍVIA CRISTINA GALVÃO DE LIMA CAVALCANTE, RAIMUNDO JAIME SALES DAS MERCÉS, Delegados de Polícia Civil e VALDOMIRO NUNES RODRIGUES, Escrivão de Polícia Civil, para sob a Presidência do primeiro e em Comissão, apurarem as irregularidades atribuídas ao Papiloscopista ELIAS DO NASCIMENTO MEGUINS.

CONSIDERANDO: a incorreção constante na Portaria nº 054/98-GAB/CIRREPOL, quando firmou ocupar, o acusado, o cargo de Investigador de Polícia Civil;

RESOLVE: I - tornar sem efeito a Portaria 054/98-GAB/CGPC, de 18.06.98; II - designar os servidores Drs. LÍVIA CRISTINA GALVÃO DE LIMA CAVALCANTE, RAIMUNDO JAIME SALES DAS MERCÉS, Delegados de Polícia Civil e VALDOMIRO NUNES RODRIGUES, Escrivão de Polícia Civil, para sob a Presidência do primeiro e em Comissão, apurarem as irregularidades atribuídas ao Papiloscopista ELIAS DO NASCIMENTO MEGUINS.

CONSIDERANDO: o teor do Despacho exarado nos presentes autos, fls. 56 e 57, que decidiu declarar a Nulidade Total do Processo Administrativo Disciplinar supra mencionado, dada a existência de vícios insanáveis; ainda, a designação de nova Comissão Processante para a investigação das ocorrências informadas;

CONSIDERANDO: por fim, a gravidade da falta apontada e a imediata necessidade de esclarecimento dos fatos, assegurado-se ao acusado ampla defesa;

RESOLVE: I - designar os servidores Drs. HEITOR DE ARAÚJO PINTO, ANDRÉIA GURSEN DE MIRANDA, Delegados de Polícia Civil, para sob a Presidência do primeiro e em Comissão, apurarem as irregularidades imputadas ao Investigador de Polícia Civil NELSON DANTAS DOS SANTOS.

À Corregedoria Geral de Polícia Civil e ao Departamento de Administração Policial para as providências julgadas necessárias ao cumprimento do presente ato:

DÉ-SE CIÊNCIA PUBLIQUE-SE E CUMPRO-SE

GILVANDRO JOSÉ GONÇALVES FURTADO
DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA N° 076/98-DGPC DE 13 DE JULHO DE 1998

GILVANDRO JOSÉ GONÇALVES FURTADO, Delegado Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, e etc.....

CONSIDERANDO: o impedimento do Exmº Sr. Dr. Corregedor Geral de Polícia Civil, LUIZ PASCHOAL DE ALCÂNTARA NETO em permanecer na direção dos trabalhos nessa Pasta, no período de 11.07.98 a 19.07.98;

CONSIDERANDO: a necessidade de promover a continuidade das funções de competência do Titular da Corregedoria Geral, constante da Lei Complementar nº 022/94;

RESOLVE: I - Designar a Dra. LUZIA DIAS DE ALCÂNTARA, Delegada de Polícia Civil, para responder pelo expediente da Corregedoria

CARVALHO, Analista do Controle Externo, TCE-ATNS-603, Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100344, para exercer em substituição a função comissionada de Diretora da Divisão de Divulgação, durante o impedimento da titular, no período de 06/07 a 04/08/98. Republicada por ter saído com incorreção no Doc. n.º 28.754, de 10/07/98.

Portaria n.º 15.528 de 08/07/98 - DESIGNAR a servidora JULIETA FERRAZ RICARDO, Analista do Controle Externo, TCE-ATNS-603, Classe B, Nível 3, matrícula n.º 0179591, para exercer em substituição o cargo em comissão de Diretora da Divisão de Finanças TCE-CPC-200 NS-03, durante o impedimento da titular, no período de 02 a 31.07.98.

Portaria n.º 15.529 de 08/07/98 - DESIGNAR o servidor LUCIVAL SILVA DE SENA, Analista Auxiliar do Controle Externo, TCE-ATI-406, Classe A Nível 1 matrícula n.º 0100486, para exercer em substituição o cargo em comissão de Chefe da Seção Orçamentária e Financeira, durante o impedimento da titular, no período de 02 a 31.07.98.

Portaria n.º 15.530 de 08/07/98 - DESIGNAR para prestar serviços em regime de tempo integral o servidor CARLOS ALBERTO BELO DA SILVA JÚNIOR, Técnico Auxiliar do Controle Externo, TCE-ATI-405, Classe B, Nível 1, matrícula n.º 0100175, no período de 06/07 a 04/08/98, atribuindo-lhe a gratificação de 70% (setenta por cento) do vencimento base, considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 137, da Lei n.º 5.810/94.

Portaria n.º 15.531 de 10/07/98 - DESIGNAR a servidora MÁRCIA CRISTINA CUNHA MOREIRA, Analista Auxiliar do Controle Externo, TCE-ATI-406, Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100346, para exercer em substituição o cargo comissionado de Diretora do Controle Interno, TCE-CPC-200 NS-03, durante o impedimento da titular, no período de 02 a 31.07.98.

Portaria n.º 15.532 de 10/07/98 - DESIGNAR para prestar serviços em regime de tempo integral o servidor DENILSON MARTINS NASCIMENTO, Agente Auxiliar dos Serviços Gerais, TCE-AA-302-Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100280, no período de 06/07 a 04/08/98, atribuindo-lhe a gratificação de 70% (setenta por cento) do vencimento base, considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 137, da Lei n.º 5.810/94.

Portaria n.º 15.533 de 10/07/98 - Conceder à servidora RITA SUELY ALMEIDA DE ALMEIDA, Agente Auxiliar dos Serviços Administrativos-TCE-AA-304, Classe A, Nível 3, matrícula n.º 0100052, trinta (30) dias de Licença Prêmio referente ao triênio de 15.10.86/89 nos termos do art. 98, da Lei n.º 5.810/94, no período 06/07 a 04/08.98.

Portaria n.º 15.534 de 10/07/98 - Conceder à servidora MÁRCIA CRISTINA CUNHA MOREIRA, Analista Auxiliar do Controle Externo-TCE-ATI-406, Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100346, trinta (30) dias de Licença Prêmio referente ao triênio de 06/04/94/97, nos termos do art. 98, da Lei n.º 5.810/94, no 10.08 a 08.09.98.

Portaria n.º 15.535 de 10/07/98 - DESIGNAR a servidora ROSALINA LOURENÇO PESSOA, Analista Auxiliar do Controle Externo, TCE-ATI-406, Classe C, Nível 3, matrícula n.º 0178650, para exercer em substituição a função de Chefe da Seção de Auditoria da 4ª CCE, durante o impedimento da titular, no período de 13.07 a 11.08.98.

Portaria n.º 15.536 de 13/07/98 - Conceder ao servidor JORGE MENDONÇA, Agente Auxiliar dos Serviços Gerais-TCE-AA-302, Classe B, Nível 1, matrícula n.º 0100034, trinta (30) dias de Licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do art. 83, da Lei n.º 5.810/94, no período de 09/07 a 07.08.98, considerando os termos do laudo médico n.º 093/98 de 08.07.98, do TCE.

Portaria n.º 15.537 de 10/07/98 - Conceder à servidora CLÁUDIA MARIA LAGO PORTO, Técnico Auxiliar do Controle Externo-TCE-ATI-405, Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100327, para exercer em substituição a função comissionada de Assistente da Presidência, durante o impedimento da titular, no 06/07 a 04/08.98.

Portaria n.º 15.538 de 10/07/98 - DESIGNAR o servidor LUIZ ROBERTO DOS REIS JÚNIOR, Analista do Controle Externo, TCE-ATNS-603, Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0100124, para responder pela Divisão de Apoio Administrativo, durante o impedimento da titular, no período de 10.07 a 08.08.98.

Portaria n.º 15.539 de 13/07/98 - Conceder ao servidor JOSÉ DE JESUS FREITAS DE ALCÂNTARA, Analista Auxiliar de Controle Externo, TCE-ATI-406, Classe A, Nível 1, matrícula n.º 0182729, trinta (30) dias de Licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do art. 83, da Lei n.º 5.810/94, no período de 10.07 a 08.08.98, considerando os termos do laudo médico n.º 092/98 de 08.07.98, do TCE.

Portaria n.º 15.540 de 13/07/98 - Conceder ao servidor CARLOS EDUARDO CARVALHO DE MELO, Analista do Controle Externo-TCE-ATNS-603, Classe B, Nível 1, matrícula n.º 4642044, trinta (30) dias de Licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81, da Lei n.º 5.810/94, no período de 03/07 a 01.08.98, considerando os termos do laudo médico n.º 0100/98 de 08.07.98.

Portaria n.º 15.541 de 13/07/98 - Conceder ao servidor JORGE CARLOS SOARES, Técnico Auxiliar do Controle Externo-TCE-ATI-405, Classe B, Nível 1, matrícula n.º 0100137, trinta (30) dias de Licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81, da Lei n.º 5.810/94, no período de 06/07 a 04.08.98, considerando os termos do laudo médico n.º 099/98 de 08.07.98.

Portaria n.º 15.542 de 13/07/98 - Conceder a servidora ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO, Assessor de Gabinete TCE-AAGC-502, matrícula n.º 0100320, cento e vinte (120) dias de Licença Maternidade, nos termos do art. 88, da Lei n.º 5.810/94, no período de 02/07 a 29.10.98, considerando os termos do laudo médico n.º 097/98 de 08.07.98.

Portaria n.º 15.543 de 13/07/98 - Conceder ao servidor PAULO SÉRGIO DOS SANTOS MELO, Analista Auxiliar do Controle Externo-TCE-ATI-406, Classe B, Nível 2, matrícula n.º 0179310, trinta (30) dias de Licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 81, da Lei n.º 5.810/94, no período de 01 a 30.07.98, considerando os termos do laudo médico n.º 095/98 de 08.07.98.

Portaria n.º 15.545 de 10/07/98 - DESIGNAR o servidor ÁLVARO GONÇALVES NETO, Analista Auxiliar do Controle Externo, TCE-ATI-406, Classe B Nível 3 matrícula n.º 0100025, para exercer em substituição a função comissionada de Controlador da 5ª CCE, durante o impedimento da titular, no período de 16/07 a 14.08.98.

Portaria n.º 15.546 de 13/07/98 - Conceder ao servidor JOSÉ MARIA SOUZA NASCIMENTO, Analista do Controle Externo-TCE-ATNS-603, Classe B, Nível 1, matrícula n.º 0100245, trinta (30) dias de Licença Prêmio referente ao triênio de 25.06.92/95, nos termos do art. 98, da Lei n.º 5.810/94, no período 13.07 a 11.08.98.

AGROFLORESTAL DO NORTE LTDA

AGROFLORESTAL DO NORTE LTDA CGC/MF N.º 02.059.415/0001-66 Extrato da Ata da Assembleia Geral de Transformação da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada em Sociedade Anônima realizada em 26 de Junho de 1998. Reuniram-se na sede da AGROFLORESTAL DO NORTE LTDA, em Assembleia Geral, às 1000 horas, as seguintes pessoas: Hilda Veiga Bezerra; Rafael da Silva Bezerra Neto; Fazenda Nacional Ltda.; Adriano Gustavo Veiga Seduvim; Wilma da Conceição Veiga de Oliveira e Adriano Gustavo Seduvim. Presidente da reunião- Sra. Hilda Veiga Bezerra, e Secretário Sr. Adriano Gustavo Seduvim.

DELIBERAÇÕES: Foram aprovadas por unanimidade as seguintes deliberações: a) Que o endereço da sede da sociedade passa a ser o seguinte: Lote Rural nº 6, Setor D, do loteamento sengueira do ITERPA, à Margem direita da Rodovia PA 150, no Município do Moju, Estado do Pará. Outrossim, a Presidente informou, que o endereço em Belém para facilitar o recebimento de correspondência seria Av. Serzedelo Correa, 244-Ap. 301, Bairro de Nazaré, Belém-PA; b) A transformação da sociedade limitada, AGROFLORESTAL DO NORTE LTDA., em Sociedade Anônima, sob a denominação de AGROFLORESTAL DO NORTE S/A., continuando a sociedade com o mesmo objetivo social, mantendo a nova firma todos os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da sociedade ora transformada, nos termos dos Arts. 220 a 222 da Lei 6.404/76 e decidindo-se também que a nova sociedade é constituída com Capital Autorizado de R\$ 10.000.000,00, dividido em 5.000.000 em Ações Preferenciais Classe "A" e 5.000.000 em Ações Ordinárias, ambas sem valor nominal. Sendo que acham-se subscritas e integralizadas R\$ 1.000.000,00, dividido em 1.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal; c) Foi aprovado por unanimidade o ESTATUTO SOCIAL que regerá a sociedade. d) Foram eleitos para o Conselho de Administração: Presidente, HILDA VEIGA BEZERRA; Vice-Presidente, ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM e Conselheira, WILMA DA CONCEIÇÃO VEIGA DE OLIVEIRA. O mandato dos Srs. Conselheiros eleito extraordinariamente para este mandato terminará com a realização da AGO do ano 2.000. Ato contínuo deliberou-se fixar remuneração dos Administradores, Conselheiros e Diretores, que poderão ser fixados até o limite permitido pela Legislação do Imposto de Renda. Aproveitando o momento, para evitar uma reunião em separado os membros do Conselho de Administração elegeram para a Diretoria: Diretor Presidente, HILDA VEIGA BEZERRA e Diretor Executivo, ADRIANO GUSTAVO SEDUVIM, com mandato igual ao Conselho de Administração. A Assembleia foi encerrada, lavrando-se a Acta. O texto integral da presente Ata encontra-se arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará, conforme despachos nº 980007706 e 15300017254 de 09/07/98, do Secretário Geral Sr. Dilemundo Guedes Cabral.

I.C.MELO - ME

COMUNICAÇÃO: ASSUNTO EXTRAVIO DE DOCUMENTOS – I.C.MELO – ME
Localizada à Trav. Benjamin Constant, 241, centro, CEP: 68.743-520, Castanhal-PA, CGC: 01.141.049/0001-27, IE: 15.187.096-9, comunica que na ocasião da mudança de documentos do contador para o estabelecimento comercial, foram extraídos os seguintes documentos: bls de N.F. série 1 nº 01 a 1050, série 2 nº 01 a 550, série 3 nº 01 a 350, sendo usados e em branco. Lvs. Fiscais: entradas nº 01 e 02, saídas nº 01 e 02, inventário nº 01, termo de ocorrência nº 01, IPI nº 01, pasta de DAME ref. 96 e 97, GIDEC ref. 08/96 a 06/98, IRPJ ref. 96 e 97, N.F. de entradas ref. 08/96 a 06/98, saídas ref. 08/96 a 11/07/98, pasta de fiscalização, movimento de caixa ref. 08/96 a 11/07/98 entre outros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 001/98

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Marapanim-PA, torna público, a quem possa interessar, que às 9:00h do dia 30 de julho de 1998, estará realizando Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, no tipo menor preço, para aquisição de 01 (uma) motoniveladora, cujas características completas encontram-se no Edital, à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Marapanim.

Marapanim, 13 de julho de 1998.
DOMINGOS JOSÉ MAGALHÃES ARAÚJO
Pres. Com. Permanente de Licitação

TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Telecomunicações do Pará S.A. - TELEPARÁ, convocados para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em sua sede social à Trav. Dr. Moraes, 21, nesta cidade, às 15:00 horas do dia 22 de julho de 1998, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Aumentar o Capital Social da Empresa, atualmente no valor de R\$139.124.510,45 (Cento e trinta e nove milhões, cento e vinte e quatro mil, quinhentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), mediante a capitalização de créditos provenientes da participação financeira de prominentes assinantes e de Programa de Planta Comunitária de Telefonia - PCT, com a emissão de 425.487.439 ações preferenciais 'A', todas sem valor nominal;
- Alterar a redação do art. 7º do Estatuto Social, em decorrência do aumento do Capital Social.

INSTRUÇÕES GERAIS

- Os mandatos de representação na Assembléia deverão ser depositados na Sede Social, sito à Trav. Dr. Moraes, 21, Ed. Sistel - 7º andar (Gabinete da Presidência), até 24 horas antes da realização da Assembléia.
 - Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores, que desejarem participar desta Assembléia, deverão apresentar extrato emitido até 2(dois) dias antes da sua realização, contendo sua posição acionária fornecida pelo órgão custodiante.
- Belém, 13 de julho de 1998

JOSIAS MATTOS DOS REIS

Presidente do Conselho de Administração

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

ATOS ADMINISTRATIVOS

HOMOLOGAÇÃO DAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELO ILMO SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, NOS AUTOS DE DOAÇÃO DE TERRAS EM QUE FIGURAM COMO INTERESSADOS:

| PROCESSO N.º | NOME | DENOMINAÇÃO | ÁREA | MUNICÍPIO | PORTARIA |
|--------------|----------------------------|-------------|----------------|-----------|-----------|
| 1997/533091 | Adilson Ferreira Lima | S/D | 26ha.57a.43ca. | Abacatuba | 000663/98 |
| 1997/69893 | Emiliana Moraes Lira | S/D | 28ha.36a.03ca. | Abacatuba | 000664/98 |
| 1997/2322 | Francisco de Jesus Chaves | S/D | 25ha.36a.65ca. | Abacatuba | 000665/98 |
| 1997/2308 | José Maria de Jesus Chaves | S/D | 25ha.01a.57ca. | Abacatuba | 000666/98 |
| 1997/2282 | José Maria do Carmo Lira | S/D | 28ha.99a.24ca. | Abacatuba | 000667/98 |
| 1997/23096 | Lino Chaves Chaves | S/D | 50ha.63a.53ca. | Abacatuba | 000668/98 |
| 1997/2265 | Reginaldo de Lima Moraes | S/D | 28ha.87a.15ca. | Abacatuba | 000669/98 |
| 1997/94212 | Vitor Moraes de Oliveira | S/D | 27ha.30a.54ca. | Abacatuba | 000670/98 |
| 1997/162400 | Idalino Fernandes Ribeiro | S/D | 06ha.09a.34ca. | Barcarena | 000671/98 |
| 1997/19308 | João Neves Corrêa de Melo | S/D | 19ha.27a.12ca. | Barcarena | 000672/98 |
| 1997/153103 | Lucimar Santos | S/D | 00ha.67a.41ca. | Barcarena | 000673/98 |
| 199 | | | | | |

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO N° 2916, DE 26 DE JUNHO DE 1998

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 575.640,00 em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com a alínea "a", do inciso II, do artigo 6º, da Lei nº 6.100, de 30 de dezembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 575.640,00 (QUINHENTOS E SETENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

| CÓDIGO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR | R\$ 1,00 |
|----------------------|---------------------|-------|----------------|----------|
| 22101.1307504281.079 | 459051 | 001 | 40.000 | |
| 30101.0200700212.080 | 319008 | 001 | 120 | |
| 30101.0200400132.081 | 459052 | 002 | 25.000 | |
| 17102.0300700232.160 | 349039 | 001 | 293.620 | |
| 35201.1508104864.094 | 344041 | 001 | 80.000 | |
| | 349043 | 001 | 60.000 | |
| 33101.0300700212.139 | 319016 | 001 | 1.900 | |
| 29101.1608805341.359 | 459051 | 001 | 75.000 | |
| TOTAL | | | 575.640 | |

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da Amortização Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através das unidades orçamentárias conforme abaixo discriminados:

| CÓDIGO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR | R\$ 1,00 |
|----------------------|---------------------|-------|----------------|----------|
| 20101.1307604471.691 | 454051 | 001 | 20.000 | |
| 20101.1307604471.695 | 454051 | 001 | 55.000 | |
| 20101.1307604471.696 | 454051 | 001 | 20.000 | |
| 20101.1307604471.724 | 349014 | 001 | 5.000 | |
| | 349036 | 001 | 15.000 | |
| | 459052 | 001 | 5.000 | |
| 30101.0200700212.080 | 349008 | 001 | 120 | |
| 30101.0200400132.083 | 459052 | 002 | 25.000 | |
| 17102.0300700232.161 | 349039 | 001 | 293.620 | |
| 35201.1505102693.522 | 454041 | 001 | 30.000 | |
| 35201.1508104863.525 | 349041 | 001 | 5.000 | |
| | 459041 | 001 | 4.000 | |
| 35201.1504201883.526 | 349041 | 001 | 1.000 | |
| | 459041 | 001 | 4.000 | |
| 35201.1504201883.527 | 349041 | 001 | 1.000 | |
| | 459041 | 001 | 4.000 | |
| 35201.1508104863.528 | 459041 | 001 | 4.000 | |
| 35201.1504201883.529 | 349041 | 001 | 3.000 | |
| | 459041 | 001 | 4.000 | |
| 33101.0300700212.139 | 349039 | 001 | 1.900 | |
| 29101.1608805371.576 | 459051 | 001 | 15.000 | |
| 29101.1608805371.577 | 459051 | 001 | 10.000 | |
| 29101.1608805371.578 | 459051 | 001 | 35.000 | |
| 29101.1608805371.579 | 459051 | 001 | 15.000 | |
| TOTAL | | | 575.640 | |

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado

AUGUSTO CESAR BELLO
Secretário de Estado de Administração

FRANCISCO SÉRGIO BELCHIOR DE SOUZA LEÃO
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

TERESA LUSIA M. C. CATIVO ROSA
Secretária de Estado da Fazenda, em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PORTARIA N° 0795, DE 26 DE JUNHO DE 1998

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 2593, de 05 de janeiro de 1998, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

RESOLVE:

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 665.000,00 (SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL REAIS), as dotações dos elementos de despesa, das Unidades Orçamentárias, conforme quadro abaixo:

| CÓDIGO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR | R\$ 1,00 |
|----------------------|---------------------|-------|---------|----------|
| 29101.1608805341.572 | 454051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805341.573 | 454051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805371.582 | 454051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805371.583 | 454051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1609105751.596 | 454051 | 001 | 40.000 | |
| 29101.1608805371.580 | 454051 | 001 | 25.000 | |
| 29101.1608805371.581 | 454051 | 001 | 5.000 | |
| 29101.1609005621.597 | 454051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805341.592 | 454051 | 001 | 25.000 | |
| 29101.1608805341.593 | 454051 | 001 | 70.000 | |

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor as dotações dos elementos de despesa dos mesmos projetos e atividades da forma a seguir discriminada:

| CÓDIGO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR | R\$ 1,00 |
|----------------------|---------------------|-------|---------|----------|
| 29101.1608805341.572 | 459051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805341.573 | 459051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805371.582 | 459051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805371.583 | 459051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1609105751.596 | 459051 | 001 | 40.000 | |
| 29101.1608805371.580 | 459051 | 001 | 25.000 | |
| 29101.1608805371.581 | 459051 | 001 | 5.000 | |
| 29101.1609005621.597 | 459051 | 001 | 100.000 | |
| 29101.1608805341.592 | 459051 | 001 | 25.000 | |
| 29101.1608805341.593 | 459051 | 001 | 70.000 | |

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

FRANCISCO SÉRGIO BELCHIOR DE SOUZA LEÃO
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

PORTARIA N° 0831, DE 07 DE JULHO DE 1998

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 1º, parágrafo único do Decreto nº 2592, de 05 de janeiro de 1998.

RESOLVE:

I - Aumentar no montante de R\$ 65.143.731,07 (SESSENTA E CINCO MILHÕES, CENTO E QUARENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E TRINTA E UM REAIS E SETE CENTAVOS), a quota provisória para o 3º trimestre, referente aos grupos de despesa das Unidades Orçamentárias conforme discriminação em anexo;

II - Para atendimento parcial de Encargos SEFA, reduzir o valor de R\$ 347.452,00, destaque para FUNTELPA aprovado no 1º trimestre, na atividade 2.161 - Encargos com Publicidade - Outras Despesas Correntes, na fonte 001, através da Portaria nº 0002, de 02 de janeiro de 1998.

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1998

DIÁRIO OFICIAL

III - A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,


FRANCISCO SÉRGIO BELÉM DE SOUZA LEÃO
 Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de
 Planejamento e Coordenação Geral


PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
 Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO A PORTARIA N° 0831, DE 07 DE JULHO DE 1998

| GRUPO DE DESPESA | PROJETO/ATIVIDADE | FONTE | R\$ 1,00 | 3º TRI - ANO 98 |
|--|-------------------|-------|-----------|-----------------|
| | | | JULHO | |
| - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | |
| 2.159 - Encargos com Obrigações Patronais | | 001 | 265.000 | |
| | | 002 | 701.000 | |
| 2.168 - Encargos com Obrigações Patronais - Educação | | 001 | 25.000 | |
| | | 002 | 491.000 | |
| - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA | | | | |
| 2.165 - Amortização e Encargos de Financiamento | | 001 | 2.606.332 | |
| - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA | | | | |
| 2.166 - Amortização e Encargos de Financiamento | | 001 | 3.544.392 | |

| | | | |
|--|--|-----|-------------------|
| - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | |
| - OUTROS EMPENHOS | | | |
| 2.162 - Contribuição a Entidades | | | |
| Outras Despesas Correntes | | 001 | 90.000 |
| 2.167 - Transferências Financeiras aos Municípios - | | | |
| Outras Despesas Correntes | | 001 | 19.418.327 |
| 2.189 - Manutenção de Serviços Públicos - Educação | | | |
| Outras Despesas Correntes | | 001 | 141.000 |
| Outras Despesas Correntes - Despesas de Exercícios Anteriores | | 001 | 97.505 |
| 2.172 - Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público | | | |
| Outras Despesas Correntes | | 001 | 1.110.961 |
| 2.160 - Encargos com Publicações e Impressões | | | |
| Outras Despesas Correntes - Destaque para a FUNTELPA | | 001 | 293.620 |
| 2.353 - Manutenção de Serviços Públicos | | | |
| Outras Despesas Correntes - Despesas de Exercícios Anteriores | | 001 | 175.000 |
| - INVERSÕES FINANCEIRAS | | | |
| 1.059 - Participação do Estado no Aumento de Capital da Companhia de | | | |
| Habitação do Estado do Pará | | | |
| Dívida | | 001 | 97.423 |
| 1.060 - Participação do Estado no Aumento de Capital da Companhia de | | | |
| Saneamento do Pará | | | |
| Dívida | | 001 | 34.243 |
| 002 | | | 4.000.000 |
| - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA | | | |
| 2.165 - Amortização e Encargos de Financiamento | | 002 | 26.578.443 |
| - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA | | | |
| 2.166 - Amortização e Encargos de Financiamento | | 001 | 852.610 |
| T O T A L | | | 60.521.856 |

ANEXO A PORTARIA N° 0831, DE 07 DE JULHO DE 1998

| SETORES | ÓRGÃOS | FT | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS |
|-------------------------------------|--------|-----------|---------------------------|------------|------------|---------------|-----------------------|
| | | | COMBUSTÍVEL | SUP | DIARIAS | | |
| SAÚDE | | | 32.773,00 | 337.912,00 | 15.500,00 | | |
| SESPA | 001 | 20.435,00 | 124.000,00 | 10.000,00 | | | |
| EPOL | 001 | - | 46.103,00 | | | | |
| SANTA CASA | 001 | 793,00 | 42.000,00 | | | | |
| HEMOPA | 001 | 2.253,00 | 36.760,00 | | | | |
| HCGV | 001 | 2.500,00 | 15.755,00 | | | | |
| CRS I - MARABÁ | 001 | 833,00 | 1.287,00 | 2.000,00 | | | |
| CRS I - BELÉM | 001 | - | 13.550,00 | | | | |
| CRS I - BELÉM | 002 | - | 25.300,00 | | | | |
| CRS I - CONC. DO ARAGUAIA | 001 | 3.852,00 | 4.175,00 | | | | |
| CRS I - SANTARÉM | 001 | 633,00 | 4.348,00 | | | | |
| CRS I - CASTANHAL | 001 | 1.274,00 | 17.200,00 | | | | |
| CRS I - STA ISABEL | 001 | - | 1.767,00 | 1.000,00 | | | |
| CRS I - ALTAMIRA | 001 | - | 2.000,00 | 1.000,00 | | | |
| CRS I - CAPANEMA | 001 | - | 1.667,00 | 1.500,00 | | | |
| HABITAÇÃO | | | | | | | |
| SUBVENÇÃO - COHAB | 001 | - | - | - | - | | |
| SEGURANÇA | | | 97.017,00 | 150.065,00 | 317.800,00 | 8.000,00 | 235.165,69 |
| SEGUP | 001 | - | 6.800,00 | 8.000,00 | | | |
| PMSP | 001 | 98.657,00 | 53.000,00 | 228.000,00 | | | |
| POL.CIVIL | 001 | - | 80.000,00 | 27.000,00 | | | |
| BOMBEIROS | 001 | - | 17.855,00 | 50.000,00 | | | |
| ENCARGOS - BOMBEIROS | 001 | 350,00 | 610,00 | 4.800,00 | | | |
| FISP | | | | | | | |
| Gestão Administrativa | 041 | - | - | - | - | | |
| Prog. A Cargo de P. CIVIL | 041 | - | - | - | - | 20.000,00 | |
| Prog. A Cargo de P. MILITAR | 041 | - | - | - | - | 70.665,68 | |
| Prog. A Cargo do C.BOMBEIRO | 041 | - | - | - | - | 144.499,03 | |
| Prog. NA ÁREA DE TRÂNSITO | 041 | - | - | - | - | - | |
| JUSTIÇA | | | 9.458,00 | 38.617,00 | 41.800,00 | 700.848,00 | 36.528,00 |
| SEJU | 001 | - | 9.500,00 | 3.000,00 | 40.000,00 | | 134.491,00 |
| SEJU - CEPREN | 002 | - | - | 5.000,00 | | | |
| SEJU-Procon | 001 | - | - | 10.000,00 | | | |
| SEJU - Projeto Cidadania | 001 | - | - | - | 2.00 | | |
| SEJU - Projeto Cidadania - Contrato | 001 | - | - | - | 30.000,00 | | |
| SUSIPE | 001 | 5.000,00 | 19.472,00 | 6.000,00 | 60.000,00 | | |
| CONSULTORIA - Contrato (1) | 001 | 2.050,00 | 375,00 | - | - | | |
| PROCURADORIA | 001 | 2.408,00 | 4.100,00 | 5.000,00 | | | |
| ENCARGOS - PROCURADORIA | 001 | - | - | - | 310.848,00 | | |
| ENCARGOS - PROCURADORIA | 002 | - | - | - | 250.000,00 | 134.491,00 | |
| DEFENSORIA | 001 | - | 5.170,00 | 12.000,00 | | 10.000,00 | |
| 002 | - | - | - | - | - | - | |
| TRANSPORTE | | | | | | | |
| SETRAN | 001 | - | 36.667,00 | 50.000,00 | | | |
| REQ.FUNDIÁRIA | | | | | | | |
| ITERPA | 001 | 1.900,00 | 6.750,00 | 15.000,00 | 28.204,48 | | |
| | 001 | 1.900,00 | 6.750,00 | 15.000,00 | 28.204,48 | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | |
| SEAD | 001 | 15.409,00 | 59.318,00 | 44.500,00 | 151.500,00 | | |
| GAB.GOVERN. - Casa Civil | 001 | - | 8.835,00 | 2.500,00 | | | |
| GAB.GOVERN. - BRASÍLIA | 001 | 7.476,00 | 20.000,00 | - | | | |
| GAB.GOVERN. - Casa Militar | 001 | 7.000,00 | 19.400,00 | 22.000,00 | | | |
| GAB.VICE GOVERN. | 001 | - | 3.300,00 | 8.000,00 | | | |
| SEOP | 001 | - | 7.063,00 | 10.000,00 | | | |
| SEDE | 001 | 933,00 | 700,00 | 2.000,00 | | | |
| FINANÇAS E TRIBUT. | | | | | | | |
| SEFA | 001 | 9.000,00 | 135.100,00 | 50.000,00 | | | |
| PLANEJ. E ORÇAM. | | | | | | | |
| SEPLAN - Contrato (1) | 001 | 4.946,90 | 17.518,00 | 16.700,00 | | | |
| IDESP | 001 | - | 8.450,00 | 8.500,00 | | | |
| ENC. SEPLAN | 001 | - | 9.166,00 | 3.200,00 | | | |
| EDUCAÇÃO LIVRE | | | | | | | |
| FDP | 001 | 200,00 | 9.000,00 | - | | | |
| | 001 | 200,00 | 9.000,00 | - | | | |
| TRABASS.PREV. E PROM. SOCIAL | | | | | | | |
| SETEPS | 001 | 5.279,00 | 67.543,00 | 28.000,00 | 50.000,00 | | |
| FUNCAP | 001 | - | 53.685,00 | 25.000,00 | | | |
| ASIPAG | 001 | 5.279,00 | 13.103,00 | | 50.000,00 | | |
| | 001 | - | 675,00 | 3.000,00 | | | |

C408

ANEXO A PORTARIA Nº 0834, DE 07 DE JULHO DE 1990

| MÊS: JULHO SETORES | ÓRGÃOS | FT | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS |
|--------------------------|--------|----|---------------------------|--------------|------------|--------------|---------------|-----------------------|
| | | | COMBUSTÍVEL | SUP | DIÁRIAS | ODC-NORMAL | | |
| INDÚST. E COMERC. | | | - | 5.680,00 | 8.000,00 | 36.439,00 | - | - |
| SEICOM | 001 | | - | 5.180,00 | 8.000,00 | 36.439,00 | - | - |
| SEICOM-CONTRATOS | 001 | | - | 500,00 | - | - | - | - |
| SUBVENÇÃO -CDI | 001 | | - | 833,00 | - | - | - | - |
| MINERAÇÃO | | | - | 833,00 | - | - | - | - |
| SUBVENÇÃO -PARAMINÉRICOS | 001 | | - | 4.900,00 | 1.400,00 | - | - | - |
| TURISMO | | | - | 4.900,00 | 1.400,00 | - | - | - |
| SUBVENÇÃO - PARATUR | 001 | | - | 1.666,00 | 20.000,00 | 17.000,00 | 73.600,00 | - |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | | - | 1.666,00 | 20.000,00 | 17.000,00 | 43.600,00 | - |
| SECTAM | 001 | | - | - | - | - | 30.000,00 | - |
| EDUCAÇÃO | | | 14.639,00 | 585.353,00 | 76.900,00 | - | - | - |
| | | | 11.571,00 | 140.000,00 | 20.000,00 | - | - | - |
| | | | - | 400.000,00 | 50.000,00 | - | - | - |
| | | | - | 120,00 | - | - | - | - |
| | | | - | - | 1.900,00 | - | - | - |
| UEPA | 001 | | 1.334,00 | 36.393,00 | - | 5.000,00 | - | - |
| FCG - CONTRATO (1) | 001 | | 1.484,00 | 844,00 | - | - | - | - |
| FCG | 002 | | - | 5.296,00 | - | - | - | - |
| FCV | 001 | | 250,00 | 2.700,00 | - | - | - | - |
| Sub-Total Setores | | | 196.169,90 | 1.594.717,00 | 711.100,00 | 1.698.703,48 | 286.693,69 | 134.491,00 |

(1) - CONTRATO COMBUSTIVEL - R\$ 10.000,00 - ODC e 20.000,00 - INVESTIMENTOS, refere-se a emenda parlamentar

BRASÍLIA, 09/05/1995, DE 10 DE JULHO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 2593, de 05 de janeiro de 1998, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

RESOLVE:

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 145.110,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL, CENTO E DEZ REAIS), as dotações dos elementos de despesa, das Unidades Orçamentárias, conforme quadro abaixo:

| CÓDIGO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR |
|----------------------|---------------------------|-------|--------|
| 20109.1307504282.290 | 349014 | 032 | 15.000 |
| 60201.0300900214.099 | 349039 | 061 | 30.000 |
| 19101.0300700212.183 | 349041 | 001 | 6.000 |
| 46202.0800700214.020 | 319013 | 001 | 1.610 |
| 23101.1408004772.110 | 349014 | 006 | 3.340 |
| | 349030 | 006 | 3.000 |
| | 349033 | 006 | 1.800 |
| | 349036 | 006 | 84.380 |

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor as dotações dos elementos de despesa dos mesmos projetos e atividades da forma a seguir discriminada: R\$ 1,00

| CÓDIGO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR |
|----------------------|---------------------|-------|--------|
| 20109.1307504282.290 | 349030 | 032 | 15.000 |
| 60201.0300900214.099 | 349014 | 061 | 4.000 |
| | 349030 | 081 | 8.000 |
| | 349033 | 061 | 8.000 |
| | 349036 | 061 | 10.000 |
| 19101.0300700212.183 | 349030 | 001 | 6.000 |
| 46202.0800700214.020 | 319011 | 001 | 1.610 |
| 23101.1408004772.110 | 349039 | 006 | 92.500 |

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

FRANCISCO SÉRGIO BELICHE DE SOUZA LEÃO
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de
Planejamento e Coordenação Geral

**AGROPECUÁRIA CORACI
PARANÁ S/A.**

AGROPECUÁRIA CORACI PARANÁ S/A (CGC/MF nº 14.714.653/0001-47). Extrato da Ato RGA de 04.07.98. As 08:00 horas do dia 04.07.98, na sede social à Rod. BR 222, Estrada do 25, Km 25, Município de Dom Eliseu/PA, reúnem-se os membros do Conselho de Administração da empresa, sob a presidência do Sr. Maurício Lopes Fernandes e Secretário: José Luiz Miranda Bastos, para deliberarem sobre a emissão de 92.000 Ações Ordinárias Nominativas e 88.000 Ações Preferenciais Cl. "B", do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, no montante, respectivamente de R\$ 92.000,00 e R\$ 88.000,00, a serem subscritas pelos atuais portadores deste tipo de Ação. A posição do Capital Social antes da subscrição, é a seguinte: Capital Autorizado - R\$ 5.000.000,00, Capital Subscrito e Integralizado - R\$ 4.374.189,00. Foi aprovado por unanimidade a emissão, colocação e subscrição das Ações acima. Após terem assinado o Boletim de Subscrição, o presidente informou que a subscrição havia sido efetivada. As Ações emitidas e subscritas neste ato no montante de R\$ 180.000,00 foram integralizadas com parte do crédito de acionistas. A reunião foi encerrada com a lavratura do presente Ato, aprovada por unanimidade e arquivada na Diretoria. - 8.0.8000.778.0 - dia 14.07.98. a) Dilemara Guedes Cabral - Sec. Geral.

**XINGUARA INDÚSTRIA
E COMÉRCIO S/A**

XINGUARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A CGC/MF N.º83.571.083/0001-04
Extracto da ATA da Assembleia Extraordinária Realizada em 09.07.98, às 08:00hs do dia 09.07.98 no sede Social situado Rod. PA 150, Km 2,5 Área "C" na cidade de Xinguara, Estado do Pará. Reuniram-se a totalidade dos acionistas ficando portanto dispensados dos Editais de Convocação, na conformidade do que dispõe o § 4º, do Art. 124 da Lei 6.404/76, para deliberarem sobre o seguinte: a) Emissão dentro dos Limites do Capital Social de 217.694 Ações Preferenciais Nominativas Cl. "A", no valor nominal de R\$ 1,00 por Ação totalizando R\$ 217.694,00 em consequência o Art. 5.º passo a ter a seguinte Redação ART. 5.º - o capital social é de R\$ 20.760.580,00 representados por 20.760.580 de Ações Nominativas no Valor Nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 8.563.452 de Ações Ordinárias Nominativas e 8.295.128 de Ações Preferenciais Nominativas Cl. "B" e R\$ 3.900.000 de Ações Preferenciais Nominativas Cl. "B" a serem subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, devidamente autorizada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, coml. Of. GS n.º 224 de 08.07.98. Foi aprovado por unanimidade a Emissão e Subscrição das Ações acima eml. Boletim de Subscrição de 13.07.98, assinado pelo Sr. Paulo Sérgio Teixeira da Oliveira, representante da Empresa, pelo Sr. Cláudio Scafato Diretor Financeiro e pelo Sr. Toscano – Chefe do Defis, representando o FINAM. Referido Ata foi encerrado em 13.07.98, tendo seu teor integral:

CIPAC - CIA. PARAENSE DE ARTEFATOS DE CONCRETO



Ano CVII da IOE
108^a da República
Nº 28.757

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

6469

1

Belém, quarta-feira,
15 de julho de 1998

CADERNO DO JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8^a REGIÃO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ABAETETUBA

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 40 DIAS

A Doutora Léa Helena Pessoa dos Santos, juiza do trabalho, substituta, na presidência da JCJ de Abaetetuba/Pará, faz saber a todos que virem o presente edital ou que dele tiverem notícia que, no dia 18.08.98, às 10:00 horas, na sede desta junta, à Av. D. Pedro II, 668, será levado a público, pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance sobre o bem penhorado nos autos do processo nº JCJ-A-1668/97, em que são partes MIGUEL RAIMUNDO RODRIGUES SILVA, exequente e, O.A.M. CONSTRUÇÕES LTDA, executada, cujos bens são os seguintes: 02 (duas) Betoneiras para processamento de concreto, dotadas de motores elétricos, marca "WEG" de 05 CV, valor de cada uma R\$ 300,00 (Trezentos reais). Total da avaliação R\$ 600,00 (Seiscientos reais).

Quem desejar arrematar dito bem, deverá comparecer na data, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (Vinte por cento), de seu valor. Ficam ainda cientes, os interessados, que poderão fazer propostas de parcelamento do valor do bem a ser arrematado, que será submetido à apreciação da presidência da junta, e cientes, ainda de que caso o bem não alcance lance superior a avaliação, realizar-se-á no dia 03.09.98, às 10:00 horas, sua venda a quem oferecer maior valor nos termos do Art. 686 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no "Diário Oficial do Estado" e fixado nos lugares de costume.

Dado e passado em Abaetetuba, aos dois dias do mês de julho do ano de 1998, Eu, Rosângela da Silva Rocha, técnica judiciária, lavrei o presente e, eu, Martinho Lutero Pinheiro, diretor de secretaria, conferei e subscrevo.

Léa Helena Pessoa dos Santos
Juíza do Trabalho, na Presidência da JCJ-Abaetetuba

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 40 DIAS

A Doutora Léa Helena Pessoa dos Santos, juiza do trabalho, substituta, na presidência da JCJ de Abaetetuba/Pará, faz saber a todos que virem o presente edital ou que dele tiverem notícia que, no dia 19.08.98, às 10:10 horas, na sede desta junta, à Av. D. Pedro II, 668, será levado a público, pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance sobre o bem penhorado nos autos do processo nº JCJ-A-1486/97, em que são partes ANTONIO SÉRGIO MAGNO GONÇALVES, exequente e, AGROINDUSTRIAL DELLY LTDA, executada, cujos bens são os seguintes: 01 (uma) Canoa em madeira, com tolda, capacidade para aproximadamente 06 (seis) toneladas, denominada "Agrodeli". O referido bem está em regular estado, mas desprovido de motor. Valor da avaliação R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais).

Quem desejar arrematar dito bem, deverá comparecer na data, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (Vinte por cento), de seu valor. Ficam ainda cientes, os interessados, que poderão fazer propostas de parcelamento do valor do bem a ser arrematado, que será submetido à apreciação da presidência da junta, e cientes, ainda de que caso o bem não alcance lance superior a avaliação, realizar-se-á no dia 03.09.98, às 10:10 horas, sua venda a quem oferecer maior valor nos termos do Art. 686 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no "Diário Oficial do Estado" e fixado nos lugares de costume.

Dado e passado em Abaetetuba, aos dois dias do mês de julho do ano de 1998, Eu, Rosângela da Silva Rocha, técnica judiciária, lavrei o presente e, eu, Martinho Lutero Pinheiro, diretor de secretaria, conferei e subscrevo.

Léa Helena Pessoa dos Santos
Juíza do Trabalho, na Presidência da JCJ-Abaetetuba

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 40 DIAS

A Doutora Léa Helena Pessoa dos Santos, juiza do trabalho, substituta, na presidência da JCJ de Abaetetuba/Pará, faz saber a todos que virem o presente edital ou que dele tiverem notícia que, no dia 19.08.98, às 10:00 horas, na sede desta junta, à Av. D. Pedro II, 668, será levado a público, pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance sobre o bem penhorado nos autos do processo nº JCJ-A-370/98, em que são partes MANOEL FERREIRA DA SILVA, exequente e, O.A.M. CONSTRUÇÕES LTDA, executada, cujos bens são os seguintes: 02 (duas) Betoneiras para processamento de concreto, dotadas de motores elétricos, marca "WEG" de 05 CV, valor de cada uma R\$ 300,00 (Trezentos reais). Total da avaliação R\$ 600,00 (Seiscientos reais).

Quem desejar arrematar dito bem, deverá comparecer na data, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (Vinte por cento), de seu valor. Ficam ainda cientes, os interessados, que poderão fazer propostas de parcelamento do valor do bem a ser arrematado, que será submetido à apreciação da presidência da junta, e cientes, ainda de que caso o bem não alcance lance superior a avaliação, realizar-se-á no dia 03.09.98, às 10:00 horas, sua venda a quem oferecer maior valor nos termos do Art. 686 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no "Diário Oficial do Estado" e fixado nos lugares de costume.

Dado e passado em Abaetetuba, aos dois dias do mês de julho do ano de 1998, Eu, Rosângela da Silva Rocha, técnica judiciária, lavrei o presente e, eu, Martinho Lutero Pinheiro, diretor de secretaria, conferei e subscrevo.

Léa Helena Pessoa dos Santos
Juíza do Trabalho, na Presidência da JCJ-Abaetetuba

13^a JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS

Pelo Presente EDITAL, fica NOTIFICADO a empresa ATACADÃO MINEIRO LTDA, executada nos autos do Processo nº 13JCJ-09/96, em que é exequente MARIA LEONEIDE DO SOCORRO COSTA para tomar ciência da SENTENÇA DE EMBARGOS DE TERCEIROS (EMBARGOS DE TERCEIROS Nº 13 JCJ-65/98) prolatada por esta MM. Junta vint e cinco dias do mês de março de 1998, cujo inteiro teor é o que segue:

"ANTE O EXPOSTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO OPOTOS POR WILSON ALVES DE OLIVEIRA NA EXECUÇÃO NOVIDA POR MARIA LEONEIDE DO SOCORRO COSTA E OS ACOLHO PARA DETERMINAR A LIBERAÇÃO DA PENHORA DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA DOS TAMOIOS N°S 1453/1457, APTº 401, NA FORMA DA FUNDAMENTAÇÃO. INTIMAR AS PARTES.

Outrossim, fica a executada acima notificada para CONTRAMINUTAR, querendo, o AGRAVO DE PETIÇÃO, interposto por MARIA LEONEIDE DO SOCORRO COSTA, no prazo legal.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na sede desta Junta, à Tv. D. Pedro I, 746, 4º bloco, 2º andar.

DADO E PASSADO nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Ao primeiro dia do mês de julho de mil novecentos e noventa e oito. Eu

(Maria do Socorro A. Araújo), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E, eu (Maria da Conceição M. O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

ANGELA MARIA MAUÉS

Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da 13^a JCJ de Belém

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 05 DIAS

Pelo presente Edital, fica CITADO o executado CHARLES AUACHE CHIELALA, estabelecido em lugar incerto e não sabido, referente aos autos do Processo nº 13JCJ-1129/97, em que é exequente FERNANDO AUGUSTO DOS SANTOS CORDOVAL, PARA PAGAR EM 48 (quarenta e oito) HORAS OU GARANTIR A EXECUÇÃO

DAS PARCELAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

RESUMO DO CÁLCULO

| | |
|----------------|------------|
| FGTS | R\$ 423,16 |
| Multa FGTS 40% | R\$ 169,26 |
| (-) TOTAL PAGO | R\$ 171,18 |
| Custas | R\$ 11,85 |
| Total Devido | R\$ 433,09 |

CASO NÃO PAGUE E NEM GARANTA A EXECUÇÃO NO PRAZO SUPRA, PROCEDER-SE Á A PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA O INTEGRAL PAGAMENTO DO DÉBITO, OBJETO DA EXECUÇÃO. E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na sede desta Junta, à Travessa Dom Pedro I, 750, 4º Bloco, 2º Andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Nos três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito. Eu (Maria do Socorro A. A. Antunes), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Maria da Conceição M. O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO

Juíza do Trabalho Presidente
da MM. 13a JCJ de Belém

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS

Pelo Presente EDITAL, fica NOTIFICADO o Sr. ANTÔNIO AUGUSTO PANTOJA, reclamado nos autos do Processo nº 13JCJ-681/98, em que é reclamante ESPÓLIO DE ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES, para tomar ciência da audiência inaugural do processo supra que será realizada no dia 30.07.98, às 13h30min, na 13a JCJ DE BELÉM, localizada na Trav. Dom Pedro I, 750, 4º bloco, 2º andar - Belém. Nessa audiência V.Sa. deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (três). O não comparecimento de V.Sa. na referida audiência importará o julgamento da questão a sua revelia e a aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato. Nessa audiência V.Sa. deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seus representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer ou preposto que tenha conhecimento dos fatos, cujas declarações obrigarão o proponente.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na sede desta Junta.

DADO E PASSADO nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Nos oito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito. Eu (Maria do Socorro A. A. Antunes), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E, eu (Maria da Conceição M. O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO

Juíza do Trabalho Presidente
da MM.13^a JC de Belém.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 05 DIAS

Pelo presente Edital, fica CITADA a empresa-executada ANTONIO ROBERTO MONTENEGRO VIEIRA, estabelecida em lugar incerto e não sabido, referente aos autos do Processo nº 13JCJ-756/98, em que é exequente MARIA RAIMUNDA ALMEIDA SANTANA, PARA PAGAR EM 48 (quarenta e oito) HORAS OU GARANTIR A EXECUÇÃO DAS PARCELAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

RESUMO DO CÁLCULO

| | |
|---------------------|---------------|
| Principal Corrigido | R\$ 42.183,74 |
| Juros de Mora | R\$ 1.715,52 |
| FGTS | R\$ 8.934,67 |
| Multa FGTS 40% | R\$ 3.573,87 |
| Custas | R\$ 1.128,16 |
| Total Devido | R\$ 57.535,96 |

CASO NÃO PAGUEM E NEM GARANTAM A EXECUÇÃO NO PRAZO SUPRA, PROCEDER-SE Á A PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA O INTEGRAL PAGAMENTO DO DÉBITO, OBJETO DA EXECUÇÃO.

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado

do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta, à Travessa Dom Pedro I, 750, 4o. Bloco, 2o. Andar.
Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Aos seis dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito. Eu (Maria do Socorro A. A. Antunes), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Maria da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO
Juíza do Trabalho Presidente da
13a.JCJ de Belém

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 05 DIAS
Pelo presente Edital, fica CITADA a empresa-executada VERSATIL TRANSPORTES E SANEAMENTO LTDA, estabelecida em lugar incerto e não sabido, referente aos autos do Processo nº 13JCJ-1400/97c é exequente JOÃO BATISTA SANTOS, PARA PAGAR EM 48 (quarenta e oito) HORAS OU GARANTIR A EXECUÇÃO DAS PARCELAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

RESUMO DO CÁLCULO

| | |
|---------------------|------------|
| Principal Corrigido | RS- 387,71 |
| Multa | RS- 198,85 |
| Total Devido | RS- 586,56 |

CASO NÃO PAGUEM E NEM GARANTAM A EXECUÇÃO NO PRAZO SUPRA, PROCEDER-SE-Á A PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA O INTEGRAL PAGAMENTO DO DÉBITO, OBJETO DA EXECUÇÃO.

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta, à Travessa Dom Pedro I, 750, 4o. Bloco, 2o. Andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. No primeiro dia do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito. Eu (Eloya Paula Vargas Franco), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Maria da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

ANGELA MARIA MAUÉS
Juíza do Trabalho Substituta, no exercício
da Presidência da MM. 13a.JCJ de Belém

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 05 DIAS

Pelo presente Edital, fica CITADA a empresa-executada SERRARIA SÃO LUCAS, estabelecida em lugar incerto e não sabido, referente aos autos do Processo nº 13JCJ-17/98, em que é exequente JESSE MARQUES DA COSTA, PARA PAGAR EM 48 (quarenta e oito) HORAS OU GARANTIR A EXECUÇÃO DAS PARCELAS ABAIXO DISCRIMINADAS:

RESUMO DO CÁLCULO

| | |
|---------------------|--------------|
| Principal Corrigido | RS- 3.918,31 |
| Custas | RS- 78,37 |
| Total Devido | RS- 3.996,68 |

CASO NÃO PAGUEM E NEM GARANTAM A EXECUÇÃO NO PRAZO SUPRA, PROCEDER-SE-Á A PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA O INTEGRAL PAGAMENTO DO DÉBITO, OBJETO DA EXECUÇÃO.

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta, à Travessa Dom Pedro I, 750, 4o. Bloco, 2o. Andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará. Aos seis dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito. Eu (Eloya Paula Vargas Franco), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Maria da Conceição M.O. Sirotheau), Diretora de Secretaria, subscrevi.

MARIA LUIZA NOBRE DE BRITO
Juíza do Trabalho Presidente da
13a.JCJ de Belém

**10ª. JUNTA DE CONCILIAÇÃO
E JULGAMENTO DE BELEM**

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS Nº 10º JCJ-155/98. O Doutor PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE, Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da Presidência da MM. DÉCIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM: FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL vierem ou dele noticia tiverem, que, no dia 07.08.98, às 16h30, na sede desta Junta, situada na Trav. Dom Pedro I, nº 750, Umarizal, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer maior lance, aos bens abaixo discriminados, penhorados nos autos do Processo nº 10º JCJ-972/96, entre JOÃO PENA DE LOUREIRO, exequente e IVAN LIMA FILHO, executado: -UM COMPUTADOR PENTIUM 166 VISUAL MASTER, COM TECLADO, TORRE MOUSE, SEMI-NOVO, AVALIADO EM RS-1.200,00 (HUM MIL E DUZENTOS REAIS). Quem pretender arrematar dito bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o valor correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, ficando desde já a executada ciente da realização da referida Praça e Leilão, em caso de não recebimento ou devolução da notificação, por via postal. Aos 6 de julho de 1998. Eu _____ Alice Romana de Jesus Pereira, Analista Judiciário, lavrei o presente. E eu _____ Marcos Josiran Alves de Lima, Diretor de Secretaria, subscrevi.

O(A) Juiz(a):

MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER
Juíza do Trabalho

subscrevi. O Juiz PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE, Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da Presidência da 10º JCJ de Belém.

PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE

Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da Presidência

**9ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO
E JULGAMENTO DE BELEM****EDITAL DE CITAÇÃO**

Nº 214/98.

PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica citado(a) R H CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA., que se encontra em lugar incerto e não sabido, executado(a) nos autos do processo nº 9a. JCJ - 016/98, em que é exequente RAIMUNDO LOURENÇO NORONHA LOPES, para pagar em 48 <QUARENTA E OITO> horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de RS- 2.932,60 <DOIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS>, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo:

RESUMO:

| | |
|---------------------|-------------|
| PRINCIPAL CORRIGIDO | RS 2.453,28 |
| JUROS DE MORA | RS 135,72 |
| FGTS | RS 204,36 |
| MULTA FGTS 40% | RS 81,74 |
| CUSTAS | RS 57,50 |
| TOTAL DEVIDO | RS 2.932,60 |

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a Penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 10 de julho de 1998. Eu.....<Alice Romana de Jesus Pereira>, Analista Judiciário, lavrei o presente. E eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER

Juíza do Trabalho

**EDITAL DE PRAÇA
COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

Nº. 9a. JCJ - 217/98

O(A) Doutor(a) MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER, Juíza do Trabalho, da MM. 9a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém. Faz saber a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele tomarem conhecimento, que no dia 25.09.98, às 14,25 horas, Rua Dom Pedro I, 746 - Belém-Pa, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do Processo 9a. JCJ-1039/97, em que são partes: ELIZIO CARDOSO DE AVIZ, exequente(s) e GERALDO PRADO, executado(s), constante do seguinte:

Descrição do bem

01 (hum) ar condicionado marca consul 15.000 BTUs, funcionando, avaliado em RS-350,00

01 (hum) ar condicionado, marca springer, 10.000 BTUs, funcionando, avaliado em RS-250,00

01 (uma) máquina de cortar frios, marca siemens, avaliada em RS-150,00

01 (um) relógio de ponto semi-automático, a pilha, marca DIMEP, avaliado em RS-150,00

06 (seis) sofás acolchoados em courvim verde, avaliados em RS-200,00

01 (uma) estufa para quesos, eletrica, em inox, medindo 1,30 x 0,70

mts, aproximadamente, avaliada em RS-200,00

01 (uma) balança para 200 kg, cor verde, avaliada em RS-200,00

01 (uma) fritadeira a gás, marca croydon em inox, avaliada em RS-50,00

01 (uma) máquina de moer carne, elétrica, com acessórios, cor bege,

marca siemens, mod GAF-6, avaliada em RS-400,00.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO EM RS-1.950,00 (hum mil e novecentos e cinquenta reais)

Localização do bem- AV. FERNANDO GULHON, 1350

Fiel Depositário-GERALDO PRADO

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, está autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão dos referidos bens, pela melhor oferta, podendo ser o pagamento parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do provimento CR-Nº 15/96.

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente que deverá garantir o lance com o valor correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta, ficando desde já a executada ciente da realização da referida Praça e Leilão, em caso de não recebimento ou devolução da notificação, por via postal. Aos 6 de julho de 1998. Eu _____ Alice Romana de Jesus Pereira, Analista Judiciário, lavrei o presente. E eu _____ Marcos Josiran Alves de Lima, Diretor de Secretaria, subscrevi.

O(A) Juiz(a):

MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER
Juíza do Trabalho

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 225/98.

PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica citado(a) VERSÁTIL TRANSPORTES E SANEAMENTO LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, executado(a) nos autos do processo nº 9a. JCJ - 1364/97, em que é exequente JOÃO DA SILVA NUNES, para pagar em 48 <QUARENTA E OITO> horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de RS- 499,20 <QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E Vinte CENTAVOS>, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo:

RESUMO:

PRINCIPAL CORRIGIDO... RS— 384,00

MULTA FGTS 40%..... RS--115,20

TOTAL DEVIDO..... RS- .499,20

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a Penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 10 de julho de 1998. Eu.....<Alice Romana de Jesus Pereira>, Analista Judiciário, lavrei o presente. E eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER
Juíza do Trabalho

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 218/98.

PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) MECÂNICA CEARÁ LTDA, executado nos autos do processo nº 9a. JCJ - 125/98, em que são partes: SIEGFRIK PIRKER, exequente(s) e MECÂNICA CEARÁ LTDA, executado(as), que se encontra em lugar incerto e não sabido, para ficar ciente de que foi prolatada sentença com o seguinte teor conclusivo: "ANTE O EXPOSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTE, DECIDE A MM. 9ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM, À UNANIMIDADE, JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO FORMULADA POR SIEGFRIK PIRKER CONTRA MECÂNICA CEARÁ LTDA, TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. CUSTAS PELO RECLAMANTE NO IMPORTE DE RS-40,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA ALÇADA, DAS QUAIS FICA ISENTO, NA FORMA DA LEI. CIENTE O RECLAMANTE. NOTIFIQUE-SE A RECLAMADA REVEL. NADA MAIS".

Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 6 de julho de 1998. Eu.....<Alice Romana de Jesus Pereira>, Analista Judiciário, lavrei o presente. E eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER
Juíza do Trabalho

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 222/98.

PRAZO: 05<CINCO>DIAS

Pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) VERSÁTIL LTDA, executado nos autos do processo nº 9a. JCJ - 772/97, em que são partes: CARLOS ALBERTO CARDOSO MESQUITA, exequente(s) e VERSÁTIL LTDA, executado(as), que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DE QUE O DEPÓSITO DE FLS. 36 FOI CONVOLADO EM PENHORA.

Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 8 de julho de 1998. Eu.....<

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1998

DIÁRIO OFICIAL

EDITAL DE CITAÇÃO
Nº 224/98.

PRAZO: 05 <CINCO> DIAS

Pelo presente EDITAL, fica citado(a) VERSÁTIL LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, executado(a) nos autos do processo nº 9a. JCJ - 1411/97, em que é exequente RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA, para pagar em 48 <QUARENTA E OITO> horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$- 455,00 <QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS>, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo:

RESUMO:

PRINCIPAL CORRIDO.... R\$—350,00

MULTA RS-105,00

TOTAL DEVIDO..... RS- 455,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a Penhora em tantos bens quantos bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO

O QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, em 9 de julho de 1998. Eu.....<Alice Romana de Jesus Pereira>, Analista Judiciário, lavrei o presente. Eu.....<Marcos Josiran Alves de Lima>, Diretor de Secretaria, subscrevi.

MARINEIDE DO SOCORRO L.O. AUZIER

Juiza do Trabalho

7ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO
E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRAÇA Nº 246/98 COM PRAZO DE

20(VINTE)DIAS

O Doutor PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR, Juiz do Trabalho na Presidência da MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele noticia tiverem, que no dia 01/setembro/98 às 14:00 horas na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750, 3º Andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do PROCESSO Nº 1723/93 entre partes: MARIA LUZIA PIMENTEL VIDAL e PEDRO CARNEIRO S/A, exequente e executada, respectivamente, bem(ns) bem(ns) estes a seguir descrito(s):

- UM TERRENO LOCALIZADO NA RODOVIA BERNARDO SAYÃO Nº 2268, CONSTITUINDO PARTE DO CONJUNTO INDUSTRIAL DA EXECUTADA, INDIVIDUALIZADO PELO AMBULATÓRIO, O QUAL POSSUI 150 METROS QUADRADOS DE ÁREA CONSTRUÍDA, TERRENO ESTE COM CERCA DE 30 METROS POR 60 METROS, DE FRENTE PARA A RODOVIA ASFALTADA. IMÓVEL REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEL DO 2º OFÍCIO, NO LIVRO 2RG, MATRÍCULA 33. BEM ESTE AVALIADO EM R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente à 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor, ficando os outros 80% (OITENTA POR CENTO), para pagamento em 24 horas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 14 dias do mês de JULHO do ano de MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. Eu, (Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR

Juiz do Trabalho na Presidência da 7ª JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA Nº 247/98 COM PRAZO DE
20(VINTE)DIAS

O Doutor PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR, Juiz do Trabalho na Presidência da MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele noticia tiverem, que no dia 01/setembro/98 14:20 horas na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750, 3º Andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do PROCESSO Nº 1382/95 entre partes: ALMIR REIS FILHO e J.B.M. CONSTRUTORA LTDA., exequente e executada, respectivamente, bem(ns) bem(ns) estes a seguir descrito(s):

- UMA MÁQUINA ELÉTRICA PORTÁTIL MARCA SHARP, MODELO PA3000, COM CORRETIVO, AVALIADA EM R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS);
- UMA MÁQUINA ELÉTRICA OLIVETTI MODELO TEKNE 3, AVALIADA EM R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS);
- UM FRIGOBAR, MARCA CONSUL, MODELO SUPER LUXO 1500, NO ESTADO, AVALIADA EM R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS);
- UMA MÁQUINA DE ESCREVER MANUAL, MARCA OLIVETTI LINHA 98, AVALIADA EM R\$ 70,00 (SETENTA REAIS) // TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 570,00 (QUINHENTOS E SETENTA REAIS)

Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá

garantir o lance com o sinal correspondente à 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor, ficando os outros 80% (OITENTA POR CENTO), para pagamento em 24 horas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 14 dias do mês de JULHO do ano de MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. Eu, (Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR

Juiz do Trabalho na Presidência da 7ª JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA Nº 248/98 COM PRAZO DE
20(VINTE)DIAS

O Doutor PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR, Juiz do Trabalho na Presidência da MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele noticia tiverem, que no dia 02/setembro/98 às 14:00 horas na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750, 3º Andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do PROCESSO Nº 941/97 entre partes: IVANILDA DO SOCORRO SILVA DA SILVA e MIRIAN MATOS DA SILVA, exequente e executada, respectivamente, bem(ns) bem(ns) estes a seguir descrito(s):

- DOIS LAVATÓRIOS PARA CABELO, TIPO ITALIANO, EM FIBRA, COR PRETA, EM BOM ESTADO, CADA UM AVALIADO EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS);

- UM VÍDEO CASSETTE MARCA GRADIENTE, MODELO GV-404, AV FRONT IN PUT, SÉRIE Nº 00G02952544L, 120/220 VOLTS, 60 HZ, 19 WATTS, EM BOM ESTADO, AVALIADO EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS);

- DUAS CADEIRAS PARA CORTE COMERCIAL, SEM ENCOSTO, CADA UMA AVALIADA EM R\$ 100,00 (CEM REAIS) // TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 1.100,00 (HUM MIL E CEM REAIS).

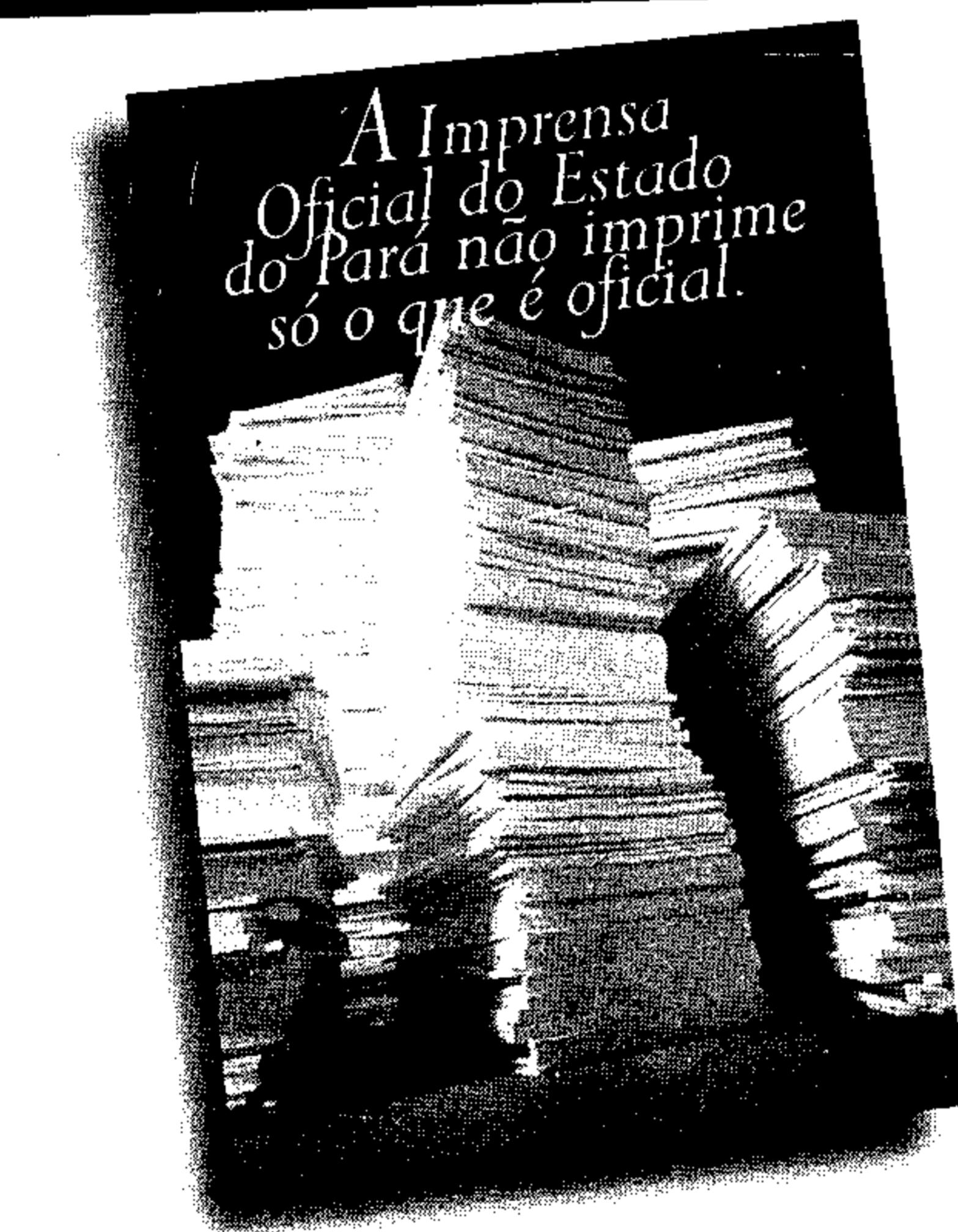
Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente à 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor, ficando os outros 80% (OITENTA POR CENTO), para pagamento em 24 horas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume na sede desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 14 dias do mês de JULHO do ano de MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. Eu, (Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR

Juiz do Trabalho na Presidência da 7ª JCJ de Belém



A Imprensa Oficial do Estado do Pará não imprime só o que é oficial.

A Imprensa Oficial do Estado do Pará é a única gráfica de Belém que tem a mais sofisticada tecnologia de impressão digital do mercado.

A gráfica digital da Imprensa Oficial do Pará tem dado respostas rápidas e baratas para o Governo na produção de pequenas e grandes tiragens de impressos. Mas ela não imprime só o que é oficial. Atende pedidos também de entidades e empresas privadas.

Não importa a quantidade ou o tipo dos impressos em off-set ou com impressão digital na cor preta.

A Imprensa Oficial está passando por mudanças gerenciais, com a sua administração sendo totalmente informatizada, reformas de suas instalações e construção de uma moderna loja para atendimento comercial; e técnicas, que já aparecem no Diário Oficial do Estado. O novo projeto gráfico, além de deixá-lo visualmente mais bonito, tornou a leitura e a pesquisa mais fáceis de serem feitas.

Há mais: agora, as matérias para publicação no Diário Oficial podem ser enviadas em disquete ou e-mail. Surpreendo!

Em breve, todo o material recebido pela Imprensa Oficial, por meio eletrônico, estará disponível na Internet.

Mas você já pode ler as matérias da capa no seu computador.

Já imaginou toda essa tecnologia a serviço da sua empresa?

Lembre-se: a Imprensa Oficial não imprime só o que é oficial.

Informações e orçamentos pelo telefone (091) 226-0556.




Cep 66090-120, Belém, Pará. Trav. do Chaco, 2271.
Tel.: (091) 246-7888. Vendas (fax): (091) 226-0556.
Pedido de assinatura: fone/fax (091) 246-9142.
E-mail: ioe@prodepa.gov.br
<http://www.prodepa.gov.br/ioe>

Mendes

EDITAL DE PRAÇA Nº 249/98 COM PRAZO DE 20(VINTE) DIAS

O Doutor PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR, Juiz do Trabalho na Presidência da MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele notícias tiverem, que no dia 02/ setembro/98 às 14:20 horas na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750, 3º Andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do PROCESSO Nº 142/97, entre partes: MARIA DE NAZARÉ LOPES BENJAMIN e MARIA BENEDITO SANTOS MORAES, exequente e executada, respectivamente, bem(ns) bem(ns) estes a seguir descrito(s):

- UMA MÁQUINA DE COSTURA MARCA VIGORELI ROBÔ, AVALIADA EM R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS);
- UMA MÁQUINA DE COSTURA MARCA SINGER ZIG-ZAG, AVALIADA EM R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS);
- UMA MÁQUINA DE COSTURA OVERLOCK, SEMI-INDUSTRIAL, AVALIADA EM R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)/// TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 700,00 (SETECENTOS REAIS).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente à 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor, ficando os outros 80% (OITENTA POR CENTO), para pagamento em 24 horas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 14 dias do mês de JULHO do ano de MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. Eu, (Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR

Juiz do Trabalho na Presidência da 7ª JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA Nº 250/98 COM PRAZO DE 20(VINTE) DIAS

O Doutor PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR, Juiz do Trabalho na Presidência da MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele notícias tiverem, que no dia 03/SETEMBRO/98 às 14:00 horas na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750, 3º Andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do PROCESSO Nº 1756/97, entre partes: JOÃO DE JESUS AQUINO e J.B.M. CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., exequente e executada, respectivamente, bem(ns) bem(ns) estes a seguir descrito(s):

- QUARENTA ROLOS DE FITA MAGNÉTICA, MARCA BURROGHS, MODELO SP-6.000, TODOS EM BOM ESTADO, CADA UM AVALIADO EM R\$ 15,00 (QUINZE REAIS)/// TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente à 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor, ficando os outros 80% (OITENTA POR CENTO), para pagamento em 24 horas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 14 dias do mês de JULHO do ano de MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. Eu, (Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR

Juiz do Trabalho na Presidência da 7ª JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA Nº 251/98 COM PRAZO DE 20(VINTE) DIAS

O Doutor PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR, Juiz do Trabalho na Presidência da MM. SÉTIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele notícias tiverem, que no dia 03/ setembro/98 às 14:20 horas na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750, 3º Andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do PROCESSO Nº 394/96, entre partes: JOÃO COELHO DE MATOS e EMPRESA DE SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO DA AMAZÔNIA, exequente e executada, respectivamente, bem(ns) bem(ns) estes a seguir descrito(s):

- DOIS SOFÁS ESTOFADOS, TECIDO QUADRUCULADO, SENDO UM PARA TRÊS E OUTRO PARA DOIS LUGARES, AVALIADOS EM R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS);
- UM APARELHO TELEVISOR A CORES, MARCA SEMP DE 14 PLEGADAS, SEM SÉRIE VISÍVEL, NO ESTADO, AVALIADO EM R\$ 100,00 (CEM REAIS);
- UMA GELADEIRA MARCA BRASTEMP, DUPLEX, COR CARAMELO, DE 440 LITROS, MODELO QUALITY, EM FUNCIONAMENTO, AVALIADO EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS);

- UM FOGÃO SEMER, MODELO AQUARIUS, SEIS BOCAS, COM UM BOTIJÃO DE GÁS, AVALIADO EM R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)/// TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Quem pretender arrematar dito(s) bem(s), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente à 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor, ficando os outros 80% (OITENTA POR CENTO), para pagamento em 24 horas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na sede desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 14 dias do mês de JULHO do ano de MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. Eu, (Paulo Sérgio Lopes da Gama Alves), Diretor de Secretaria em substituição, subscrevi.

PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR

Juiz do Trabalho na Presidência da 7ª JCJ de Belém

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. Pelo presente EDITAL fica notificada a Sra. MARIA CELENE GONÇALVES, exequente, que se encontra em lugar incerto e não sabido, nos autos do Processo 3ª JCJ-1325/97, em que é executada PARAENSE TRANSPORTES AÉREOS S/A., a tomar ciência do seguinte despacho: "MANIFESTAR-SE O EXEQUENTE ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 99/118 DOS AUTOS ACIMA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS". Secretaria da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito. AMANACI GIANNACCINI, Juiza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS. A Doutora AMANACI GIANNACCINI, Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.. FAZ SABER a todos quantos o presente edital VIREM ou dele notícias tiverem, que no dia 07 de agosto de 1998, às 13:00 h na sede desta Junta a Tv. D. Pedro I, 746, será levado a Público Pregão de Venda e Arrematação a quem oferecer o maior lance, ao bem penhorado nos autos do Processo nº 3º JCJ-0287/94 em que são partes: DOMINGOS MATOS DOS SANTOS, exequente, e CARLOS ROBERTO SILVA SARMENTO, executado, constante de: 1- 01 (UMA) CASA EM ALVENARIA, COM AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: PÁTIO, 03 QUARTOS, SALA, COZINHA E BANHEIRO, TODA LAJOTADA, COBERTA COM TELHAS DE BARRO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10,00 X 14,00 M, SITUADA NA 6ª RUA DE SOURE, Nº 806, ESQUINA COM A TRAV. NOVA, MUNICÍPIO DE SOURE-PA, EDIFICADA EM TERRENO QUE MEDE 11,00 M DE FRENTES POR 55,00 M DE FUNDOS, COM UMA ÁREA DE 605,00 M2, COM FRENTE PARA O POENTE, LIMITANDO-SE AO NORTE COM PROPRIEDADE DE QUEM DE DIREITO; AO SUL, ESQUINA COM A TRAVESSA NOVE; A LESTE, FUNDOS, COM PROPRIEDADE DE HERDEIROS DE ENÉAS VASCONCELOS, E A OESTE, FRENTES A 6ª RUA DESTA CIDADE, CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SOURE-PARÁ, NO LIVRO Nº 2-E, MATRÍCULA 1451, FLS. 60 DE 19.09.1985. AVALIADA EM R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS). Quem pretender arrematar o dito bem deverá comparecer no dia, hora e local mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA e fixado no lugar de costume na sede desta Junta. Dado e passado na cidade de Belém, Estado do Pará, em 14.07.98. Eu, NILSON DO CARMO BARROSO, Diretor de Secretaria, subscrevi. AMANACI GIANNACCINI, Juiza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM-PARÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Doutor SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR, Juiz do Trabalho, Presidente da 2ª JCJ de Belém..

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, fica notificada SIERG SERVIÇOS GERAIS LTDA, ora em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº 2º JCJ-1008/97, em que é reclamante MARIA TEREZINHA SOUSA FARIA E OUTROS, do seguinte:

APRESENTAR NO PRAZO LEGAL AS FICHAS FINANCEIRAS OU COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE TODO O PACTO LABORAL DOS OUTROS;

E, para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no lugar de costume na Sede da MM. 2ª JCJ de Belém, na trav. D. Pedro I, 746, Umarizal, 3º bloco, 3º andar, nesta cidade de Belém. Aos 07 de julho de 1998. Eu, José Jesus, Analista Judiciária, digitei o presente. E eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria, subscrevi.

de Secretaria subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR

Juiz Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Doutor SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR, Juiz do Trabalho, Presidente da 2ª JCJ de Belém..

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, fica notificada ENCOL SA. ENGENHARIA COM. E INSUÍSTRIA, ora em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº 2º JCJ-267/98, em que é reclamante RICARDO LUIZ DA SILVA ALVES, a tomar ciência da penhora sobre o bem seguinte:

UM IMÓVEL APTO NO 10º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO DIAMOND TOWER, Nº 100, SITO NA RUA OSVALDO CRUZ ENTRE PTE VARGAS E FREI GIL DE VILA NOVA, SEN. UM APTO POR ANDAR, COM 501,30m2 DE ÁREA PRIVATIVA, 252,98m2 DE ÁREA COMUM, PERFAZENDO UM TOTAL DE 754,19m2, CORRESPONDENDO A FRAÇÃO REAL DO TERRENO DE 4,0045%, COM DIREITO A 4 VAGAS NA GARAGEM, BOX PRIVATIVO, REGISTRADO NO CRI DO 1º OFÍCIO, LIVRO 2AG, MATRÍCULA R-4-9905, AVALIADO EM R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). OBS: O BEM JÁ SE ENCONTRA PENHORADO NOS AUTOS DO PROCESSO 009-1691/97 E 1677/97.

E, para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede da MM. 2ª JCJ de Belém, na trav. D. Pedro I, 746, Umarizal, 3º bloco, 3º andar, nesta cidade de Belém. Aos 07 de julho de 1998. Eu, José Jesus, Analista Judiciária, digitei o presente. E eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR

Juiz Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Doutor SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR, Juiz do Trabalho, Presidente da 2ª JCJ de Belém..

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, fica notificado JHN PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, ora em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº 2º JCJ-1886/97, em que é reclamante JOSÉ RIBAMAR ROCHA CANTANHEDE, a tomar ciência do seguinte:

APRESENTAR NO PRAZO DE 15 DIAS AS FICHAS FINANCEIRAS OU COMPROVANTES DE PAGAMENTO DO RECLAMANTE, RELATIVO AO PÉRIODO DE AGO/92 A DEZ/97.

E, para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede da MM. 2ª JCJ de Belém, na trav. D. Pedro I, 746, Umarizal, 3º bloco, 3º andar, nesta cidade de Belém. Aos 07 de julho de 1998. Eu, José Jesus, Analista Judiciária, digitei o presente. E eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR

Juiz Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, fica o reclamado, M.L. OLIVEIRA DA SILVA, ora em lugar incerto e não sabido, condenado nos autos do processo nº 2º JCJ-1453/97, em que é reclamante FABRICIANO CORRÊA PANTOJA, para pagar no prazo de 48 horas ou garantir a execução no valor de R\$ 1.237,40 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS). Caso não pague e nem garanta a execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para a total quitação do débito, conforme abaixo discriminado:

| | |
|--------------------------|--------------|
| RESUMO | |
| PRINCIPAL CORRIGIDO..... | R\$ 1.058,47 |
| JUROS DE MORA | R\$ 39,48 |
| FGTS..... | R\$ 82,28 |
| MULTA FGTS 40%..... | R\$ 32,91 |
| CUSTAS..... | R\$ 24,26 |
| TOTAL DEVIDO..... | R\$ 1.237,40 |

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que vai publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede da Junta. Aos 08 de julho de 1998. Eu, José Jesus, Analista Judiciário, digitei o presente. E eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR

Juiz do Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, fica o reclamado, CCP - COMÉRCIO CALÇADISTA DI PARÁ, ora em lugar incerto e não sabido, condenado nos autos do processo nº 2º JCJ-408/98, em que é reclamante LAURA BERNADETE SOUZA MONTEIRO, para pagar no prazo de 48 horas ou garantir a execução no valor de R\$ 325,00 (TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS). Caso não pague e nem garanta a execução, serão penhorados tantos bens quantos bastem para a total quitação do débito, conforme abaixo discriminado:

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1998

RESUMO
PRINCIPAL CORRIGIDO..... R\$ 250,00
MULTA..... R\$ 75,00
TOTAL DEVIDO..... R\$ 325,00

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que vai publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede da Junta. Aos 08 julho de 1998. Eu, José Jesus, Analista Judiciário, digitei o presente. E eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR
Juiz do Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, fica o reclamado, MAGNUM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA/ SOS MAGNUM, ora em lugar incerto e não sabido, condenado nos autos do processo nº 2ºJCJ-708/96, em que é reclamante MARCO ANTÔNIO DE SOUZA CARVALHO, para pagar no prazo de 48 horas ou garantir a execução no valor de R\$ 2.007,31 (DOIS MIL E SETE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS). Caso não pague e nem garanta a execução, serão penhorados tais bens quantos bastem para a total quitação do débito, conforme abaixo discriminado:

RESUMO
PRINCIPAL CORRIGIDO..... R\$ 1.155,87
JUROS DE MORA..... R\$ 221,88
FGTS..... R\$ 421,57
MULTA FGTS 40%..... R\$ 168,63
CUSTAS..... R\$ 39,36
TOTAL DEVIDO..... R\$ 2.007,31

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que vai publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume na Sede da Junta. Aos 08 julho de 1998. Eu, José Jesus, Analista Judiciário, digitei o presente. E eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR
Juiz do Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, faço saber que no dia 03.08.98, às 14:00 horas, será levado à PÚBLICO PREGÃO DE VENDA E ARREMATAÇÃO, dos bens penhorados nos autos do processo JCJ-336/96, em que são partes: KLEBER LIMA PINHEIRO e COURABEL IND. E COM. LTDA, exequente e executada, respectivamente, constantes de:

DIREITO DE USO, GOZO E OBRIGAÇÕES DO TERMINAL TELEFÔNICO PREFIXO 227-1644, CONTRATO Nº 53724, TENDO COMO TITULAR ATUALMENTE O SR. JOSÉ MARIA DA CRUZ, MAS QUE PERTENCE AO SR. LUIZ CARLOS PIO, O QUAL VENDEU AO SR. JOSÉ MARIA, EM 25.11.97, TENDO SIDO A VENDA CONSIDERADA FRAUDE À EXECUÇÃO PELO JUÍZO, CONFORME DESPACHO DE FLS 83. VALOR DA AVALIAÇÃO R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS)

Quem pretender arrematar o dito bem deverá comparecer no dia e hora acima mencionados, Trav. D. Pedro I, nº 746, na sede da 2ª JCJ de Belém, ficando desde logo ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que vai publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume, na sede da Junta. Aos 02 dias do mês de julho do ano de 1998, eu, José Jesus da Cruz, Analista Judiciário, digitei o presente, e eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR
Juiz do Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

Pelo presente EDITAL, que vai por mim assinado, faço saber que no dia 03.08.98, às 14:30 horas, será levado à PÚBLICO PREGÃO DE VENDA E ARREMATAÇÃO, dos bens penhorados nos autos do processo JCJ-1837/96, em que são partes: APOLETE BARBOSA CASTRO e TEODORO VALENTE DA CUNHA, exequente e executada, respectivamente, constantes de:

DIREITO DE USO E GOZO DOS TERMINAIS TELEFÔNICOS DE PREFIXOS: 233-4138 e 225-3603. VALOR UNITÁRIO R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS).

TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

Quem pretender arrematar o dito bem deverá comparecer no dia e hora acima mencionados, Trav. D. Pedro I, nº 746, na sede da 2ª JCJ de Belém, ficando desde logo ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que vai publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e fixado no local de costume, na sede da Junta. Aos 08 dias do mês de julho do ano de 1998, eu, José Jesus da Cruz, Analista Judiciário, digitei o presente, e eu, ANTÔNIO DE JESUS, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DR. SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR
Juiz do Trabalho Presidente da 2ª JCJ de Belém

PROCESSOS JULGADOS NA SESSÃO DE 14.7.98
RELAÇÃO 25/98 - 4ª TURMA

DIÁRIO OFICIAL

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/RO 1493/98. EMBARGANTES: DENDÊ DO TAUÁ S.A. - DENTAUÁ. Dr. Nelson Pinto. MARIA DO SOCORRO DE MELO PINTO. Dr. Norma Solange Crisóstomo Monteiro. EMBARGADOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Alda Couto.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ACOLHIMENTO - Acolhem-se embargos de declaração, a fim de que sejam sanadas as contradições apontadas no arresto embargado. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA RECLAMADA E DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA RECLAMANTE PARA, DANDO-LHES EFEITO MODIFICATIVO, DEFERIR AS DIFERENÇAS SALARIAIS A PARTIR DE FEVEREIRO/97 ATÉ AGOSTO/97, COM REFLEXOS EM HORAS EXTRAS, REPOSO SEMANAL REMUNERADO, FÉRIAS PROPORIONAIS, SALDO DE SALÁRIO E FGTS, FÉRIAS PROPORIONAIS (7/12) MULTAS PREVISTAS NAS CONVENÇÕES COLETIVAS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, JULGANDO TOTALMENTE PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/ED/AP 1535/98. EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S.A. Dr. Maria Lúcia Sousa Pereira Pontes. EMBARGADO: RAIMUNDO LOPES DOS REIS. RELATORA: Juíza Francisca Formigosa.

EMENTA: I - Rejeitam-se embargos declaratórios, se inexiste a alegada omissão no v. Acórdão; II - Embargos eminentemente protelatórios devem ser apenados com a multa de 1% sobre o valor da condenação, acrescida de juros de mora e correção monetária. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIR A ALEGADA OMISSÃO NO V. ACÓRDÃO (CPC, ART. 535) E, POR CONSIDERÁ-LOS MERAMENTE PROTELATÓRIOS, COMINAR AO EMBARGANTE A MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, ACRESCIDA DE JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA (CPC, ART. 538,

PARÁGRAFO ÚNICO).

ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 2016/98. RECORRENTE: MARIA CRISTINA DA SILVA MAGALHÃES. Dr. Moisés Martins Porto. RECORRIDAS: CARMONA PROMOÇÕES E PRODUÇÕES LTDA. Dr. Waldereley Raimundo da Silva Oliveira. CONTATO VISUAL PUBLICIDADE AR LIVRE LTDA. Dr. Salatiel José Barbosa. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.

EMENTA: TRABALHADOR AUTÔNOMO Inexiste vínculo empregatício quando não restar provada a subordinação e, principalmente, a exclusividade do trabalho desenvolvido pelo reclamante em relação aos reclamados. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONSIDERANDO PREJUDICADA A APRECIAÇÃO DO PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM RELAÇÃO À RETENÇÃO DOS VALORES DEVIDOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ªT/RO 1947/98. RECORRENTE: JARILA MOTA SALES. Dr. Iraciides Holanda de Castro. RECORRIDO: BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS DO NORDESTE. PROLATORA: Juíza Alda Couto.

EMENTA: REVELIA. CONSEQUÊNCIA. APLICAÇÃO DA PENA DE CONFESSÃO QUANTO À MATÉRIA DE FATO - A revelia é uma espécie do gênero contumácia, significando a inéria do réu que não comparece em Juízo para apresentar defesa, quando demandado. A consequência disso é a incontrovertível dos fatos alegados pelo reclamante e a aplicação da pena de confissão ao revel, que implica no reconhecimento da veracidade desses fatos, salvo se contrariados pela prova dos autos ou pela lógica da razoabilidade. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº JUIZ RELATOR, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, DEFERIR A RECLAMANTE, 12 (DOZE) HORAS EXTRAS SEMANAS, DURANTE TODO O PACTO LABORAL, COM REFLEXOS EM AVISO PRÉVIO, FÉRIAS

DOCUTECH 135

A gráfica que vai surpreender você.



DocuTech 135 é uma gráfica digital que vai surpreender você.
Ela imprime com qualidade de Primeiro Mundo a precinhos de Terceiro Mundo,
rapidez de Fórmula 1 e sem qualquer preconceito contra pequenas tiragens.
O melhor é que toda essa tecnologia também está disponível para as entidades e empresas privadas.
Tire todas as suas dúvidas,
pedindo um orçamento para a Imprensa Oficial.

Mais informações

Imprensa Oficial do Estado
tel.: (091) 226-0556.
E-mail: ioe@prodepa.gov.br

GOVERNO DO PARÁ

COM 1/3, 13º SALÁRIO E FGTS MAIS 40%, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, CONFORME OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, PELA RECLAMADA, NO VALOR DE R\$40,00, CALCULADAS SOBRE A QUANTIA DE R\$2.000,00, SERÁ PROLATORA DO V. ACÓRDÃO A EXMº JUIZA REVISORA.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 1679/98. RECORRENTE: LAGOA DA SERRA S/A - RURAL. Drº Rosalba Fidelles Maranhão. RECORRIDO: RAIMUNDO FELIPE NETO. Dr. Diomedes de Sousa Campos. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.
EMENTA: "IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. OBRIGAÇÃO DO DEVEDOR I - A Justiça do Trabalho é competente para decidir litígios acerca de descontos previdenciários e para o imposto de renda incidentes sobre parcelas remuneratórias, por ser essa controvérsia decorrente de relação de trabalho. Inteligência do art. 114, caput, da Constituição Federal. II - Incumbe ao devedor calcular, reter e recolher os descontos previdenciários e para o imposto de renda incidentes sobre parcelas remuneratórias, respeitando as legislações respectivas, inclusive quanto a limites de isenção e deduções por dependentes econômicos e comprovando o recolhimento perante o órgão judiciário trabalhista competente." - Enunciado nº 9 da Súmula da Jurisprudência Predominante do E. TRT da 8ª Região. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, ATRIBUIR À RECLAMADA OS ENCARGOS PREVISTOS NO ENUNCIADO N° 1 DESTA E. CORTE, MANTENDO A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 1736/98. RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A. Drº Maria Lúcia Seráfico de Assis Carvalho. RECORRIDO: JOÃO BATISTA SANTOS DE SOUZA. Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.
EMENTA: JUSTA CAUSA - IMPROBIDADE CARACTERIZAÇÃO Sem prova robusta da prática do ato de improbidade do empregado, não há como caracterizar a falta grave imputada ao reclamante para dispensa por justa causa. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/AP 1880/98. AGRAVANTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA. Dr. Paulo Sérgio Rodrigues de Moraes. AGRAVADO: RUBENS NASCIMENTO SANTANA. Dr. Antônio Alves da Cunha Neto. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.
EMENTA: CÁLCULOS - OBSERVÂNCIA DA SENTENÇA EXEQÜENDA Mantém-se os cálculos que espelham fielmente os comandos contidos na r. sentença exeqüenda. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; SEM DIVERGÊNCIA, DEIXAR DE APRECiar OS DOCUMENTOS DE FLS. 251/267 PORQUE PRECLUSA A JUNTADA; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO E, EM RAZÃO DO REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REFORMAR A R. SENTENÇA PARA ATRIBUIR À EXECUTADA OS ENCARGOS PREVISTOS NO ENUNCIADO N° 1 DESTA E. CORTE, MANTENDO A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/AP 2135/98. AGRAVANTE: GETÚLIO DOS SANTOS BRAGA. Drº Elizabeth Santos de Oliveira. AGRAVADO: REFRIGERANTES DO AMAPÁ S.A. Dr. Milton de Souza Corrêa Filho. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.
EMENTA: NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA A executada deve comprovar a impossibilidade de observar a preferência de bem oferecidos para satisfazer o crédito judicial, a que alude o art. 655 do CPC, sob pena de ineficácia do procedimento, como *in casu*. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO AGRAVADA, CONSIDERAR INEFICAZ A NOMEAÇÃO DO BEM DE FLS. 186/187, DETERMINANDO A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ÀS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS LISTADAS PELO EXEQÜENTE, FLS. 190/192, A FIM DE INFORMAR AO MM. JUIZO DA EXECUÇÃO DA EXISTÊNCIA DE SALDO SUFICIENTE PARA GARANTIR A EXECUÇÃO E, SE FOR O CASO, POSTERIORMENTE PROCEDER A LAVRATURA DO AUTO DE PENHORA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 2139/98. RECORRENTE: TV AMAZÔNIA LTDA. Dr. Cleveland dos Santos Gama. RECORRIDO:

DELCI DE PELEGRIINI. Dr. Márcio Valério Picanço Rêgo. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.
EMENTA: COMISSÕES - INCORPOERAÇÃO AO SALÁRIO - Havendo prova inequívoca da percepção de comissões pelo empregado, correta a r. decisão que determinou seu cômputo no salário para todos os efeitos legais. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMO. JUIZ RELATOR, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 2130/98. RECORRENTE: JARI CELULOSES S/A. Dr. Juracy Barata Jucá Neto. RECORRIDO: CLÓVIS MOURA DA SILVA. Drº Erliene Gonçalves Lima. RELATOR: Juiz Raimundo Machado.
EMENTA: HORAS IN ITINERE O tempo gasto pelo empregado para se deslocar de sua residência até o local de trabalho e vice-versa, em transporte fornecido pela empresa, quando não houver o transporte regular e público, é computado na jornada de trabalho do empregado e, se ultrapassar a jornada normal, recebe remuneração equivalente a hora extraordinária. Enunciado nº 90 do C. TST. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA EGRÉGIA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 1638/98. RECORRENTE: EXPORTADORA PERACCHI LTDA. Dr. Abraham Assayag. RECORRIDO: JOSÉ ULISSES PASTANA DE CARVALHO. Drº Suely Sousa Maia. RELATOR: Juiz Jorge Colares.
EMENTA: DIFERENÇAS SALARIAIS. É de ser mantida a r. sentença, cis que pelo conjunto probatório existente nos autos, restou robustamente provado que a reclamada pagava salário "por fora" através de depósitos efetuados diretamente na conta-corrente do empregado. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO E, EM FACE DO REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, ATRIBUIR À RECLAMADA O ÓNUS DE CALCULAR, DEDUZIR E RECOLHER, AO TESOURO NACIONAL E AO INSS, RESPECTIVAMENTE, O IMPOSTO DE RENDA E AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INCIDENTES SOBRE A CONDENAÇÃO, CONFORME OS FUNDAMENTOS; AINDA SEM DIVERGÊNCIA, DETERMINAR QUE SEJA OFICIADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, COM A REMESSA DE PEÇAS DOS AUTOS, PARA A ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER NECESSÁRIAS, QUANTO À EXISTÊNCIA DE "CAIXA DOIS".

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 1301/98. RECORRENTES: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ANA LAURA. Dr. Hélio Jorge Figueiredo Ferreira. DI GREGÓRIO TOCAN TRANSPORTES LTDA. Drº Dirce Cristina Furtado Nascimento. RECORRIDOS: OS MESMOS E EDVALDO RAMOS DE JESUS. Dr. David Cruz Aratijo. MAGNUM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. RELATOR: Juiz Jorge Colares.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que ele tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial (inteligência do Enunciado 331, inciso IV, do Colendo TST). DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA DI GREGÓRIO TOCAN TRANSPORTES LTDA. E NÃO CONHECER DO RECURSO DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ANA LAURA, PORQUE DESERTO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA, EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 1942/98. RECORRENTES: BENEDITO MONTEIRO RODRIGUES, JOÃO BOSCO DA SILVA PIEDADE, RAIMUNDO LIMA NUNES, JOÃO BATISTA DOS SANTOS CRUZ, ANTÔNIO MATIAS DE MIRANDA E ELESBÃO LIMA MORAES. Dr. Emanuel do Nascimento Batalha. RECORRIDO: ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO NOS PORTOS DE BELÉM E VILA DO CONDE. Drº Floris Vânia Pereira da Silva. RELATOR: Juiz Jorge Colares.

EMENTA: INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 59 DA LEI Nº 8.630/93, PRAZO PARA HABILITAÇÃO. É de um ano o prazo para que o trabalhador portuário avulso requeira o cancelamento do seu

registro profissional junto ao OGMO, para auferir o direito de habilitação junto ao Banco do Brasil, para posterior recebimento da indenização prevista no art. 59 da Lei nº 8.630/93, conforme estipula o art. 58 desse mesmo diploma legal. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/AI 1962/98. AGRAVANTE: ALBERTO VILLAR PANTOJA. Dr. Antônio Carlos da Silva Pantoja. AGRAVADA: LEILA DE SOUZA NOGUEIRA. RELATOR: Juiz Jorge Colares.
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. Não há como ser conhecido o agravo de instrumento, em razão da insuficiente instrumentação verificada nos autos. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM RAZÃO DA INSUFICIENTE INSTRUMENTAÇÃO VERIFICADA NOS AUTOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 2203/98. RECORRENTE: ROSA MARIA RIBEIRO. Dr. Iracides Holanda de Castro. RECORRIDO: BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS DO NORDESTE. Dr. Francisco Soares Napoléao. RELATORA: Juíza Francisca Formigosa.
EMENTA: HORAS EXTRAS - Em havendo horas extras impagadas registradas nos cartões de ponto residentes nos autos, deve ser deferida a parcela à reclamante. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A R. DECISÃO, DEFERIR AS HORAS EXTRAS REGISTRADAS NOS CARTÕES DE PONTO E NÃO ADIMPLIDAS PELA EMPRESA E, EM RAZÃO DO REQUERIMENTO DO ILUSTRADO MINISTÉRIO PÚBLICO, ATRIBUIR AO RECLAMADO O ÓNUS DE CALCULAR, RETER E RECOLHER OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E PARA O IMPOSTO DE RENDA INCIDENTES SOBRE A PARCELA, RESPEITANDO AS LEGISLAÇÕES RESPECTIVAS, INCLUSIVE QUANTO A LIMITES DE ISENÇÃO E DEDUÇÕES POR DEPENDENTES ECONÔMICOS, COMPROVANDO OS RECOLHIMENTOS PERANTE O ÓRGÃO JUDICIÁRIO TRABALHISTA COMPETENTE, MANTIDA A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/RO 1794/98. RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - ABB. Dr. José Raimundo Farias Canto. RECORRIDO: FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO. Dr. Osvaldo José Pereira de Carvalho. RELATORA: Juíza Francisca Formigosa.
EMENTA: HORAS EXTRAS - GERENTE - PODER DE GESTÃO - Em que pese auferisse salário superior aos demais empregados que trabalhavam na sede campestre da reclamada, o cargo de gerente do reclamante era mero rótulo, já que não dispunha de qualquer poder de gestão na empresa, que autorizasse considerá-lo como excepcionado pelo art. 62, II, da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUIZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A DECISÃO, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO AS HORAS EXTRAS, ADICIONAIS NOTURNOS E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIAS EM QUE NÃO HOUVE EVENTOS NA EMPRESA E, EM RAZÃO DO REQUERIMENTO DO ILUSTRADO MINISTÉRIO PÚBLICO, ATRIBUIR À RECLAMADA O ÓNUS DE CALCULAR, RETER E RECOLHER OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E PARA O IMPOSTO DE RENDA INCIDENTES SOBRE PARCELAS REMUNERATÓRIAS, RESPEITANDO AS LEGISLAÇÕES RESPECTIVAS, INCLUSIVE QUANTO A LIMITES DE ISENÇÃO E DEDUÇÕES POR DEPENDENTES ECONÔMICOS, COMPROVANDO OS RECOLHIMENTOS PERANTE O ÓRGÃO JUDICIÁRIO TRABALHISTA COMPETENTE, MANTIDA A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

ACÓRDÃO TRT/4ºT/AP 1903/98. AGRAVANTE: SOCÓCO S.A AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA. Dr. Tony Nakuchi de Souza. AGRAVADA: MARIA DA COSTA MORAES. Dr. Odival Quaresma. RELATORA: Juíza Francisca Formigosa.
EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO - MATÉRIA ALEGÁVEL - Consoante o disposto no art. 884, § 1º, da CLT, a matéria suscitada em sede de embargos à execução "será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida". A discussão sobre limitação das diferenças salariais e compensação de supostos reajustes concedidos é questão já superada pela coisa julgada, que só poderia ser desconstituída através de ação rescisória, conforme disposto no art. 836 da CLT. DECISÃO:

ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4^ºT/AP 2025/98. AGRAVANTE: BANCO BOAVISTA S.A. Dr. João José da Silva Maroja. AGRAVADA: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SOUZA FERREIRA. Dr. Jader Kahwagi David. RELATORA: Juíza Francisca Formigosa. EMENTA: CÁLCULOS - DIFERENÇA SALARIAL - Tendo os cálculos impugnados observado rigorosamente a r. sentença exeqüenda, apurando as diferenças decorrentes do exercício do cargo de tesoureiro com base em tabela fornecida pela empresa, não há falar-se em incorreção na conta, mantendo-se incólume a r. decisão recorrida. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4^ºT/AI 1709/98. AGRAVANTE: NILTON SEBASTIÃO DIAS DE CRISTO. Dr. Márcio Mota Vasconcelos. AGRAVADA: RÁDIO LIBERAL LTDA. Dr. Vanja Irene Viggiano Soares. RELATORA: Juíza Francisca Formigosa. EMENTA: "Não se conhece de agravo de instrumento quando faltar, no trânsito, qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia. (STF, AI 6.609/87, Feliciano Oliveira, Ac. 2^a T. 932/87)". DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO, PELA INSUFICIÊNCIA DA INSTRUMENTAÇÃO DO MESMO E PELA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS INAUTÉNTICOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Belém, 14 de julho de 1998.
ANA DINAMARA P. LANDIM FERRO
Secretária da 4^a Turma

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

A TO Nº 12.338

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.23, item 10 do Regimento Interno, à vista do que dispõe a Lei 8.666 de 21/06/93 e conforme Processo protocolado sob o nº 4603, de 12/05/98,

R E S O L V E

AUTORIZAR a Diretoria-Geral desta Corte, a tomar as providências necessárias à realização da Licitação nº 041, modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, objetivando a locação de circuito interno de TV, para controlar o acesso de pessoas que adentram nas dependências do Edifício-Sede e do Anexo do TRE/PA, no período das Eleições Gerais/98.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 9 de julho de 1998.
@ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT
Presidente

A TO Nº 12.339

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.23, item 10 do Regimento Interno, à vista do que dispõe a Lei 8.666 de 21/06/93 e conforme Processo protocolado sob o nº 4603, de 12/05/98,

R E S O L V E

I - DESIGNAR os servidores deste Regional, SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS, Técnico Judiciário, JORGE LUIZ FERREIRA VIANA, Chefe da Seção de Segurança e Transporte e JOSÉ MAGNO ALMEIDA SOUSA, Assistente da Seção de Compras, para em comissão, sob a presidência do primeiro, promoverem a Licitação nº 041, modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, objetivando a locação de circuito interno de TV, para controlar o acesso de pessoas que adentram nas dependências do Edifício-Sede e do Anexo do TRE/PA, no período das Eleições Gerais/98.

II - DESIGNAR os servidores deste Regional, PAULO BITTENCOURT DAS NEVES, Assistente da Seção de Administração de Edifício e LETÍCIA MACHADO MOURA, Auxiliar Especializado, para substituírem qualquer um dos membros em suas ausências justificadas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 9 de julho de 1998.
@ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT
Presidente

A TO Nº 12.343

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.23, item 10 do Regimento Interno, à vista do que dispõe a Lei 8.666 de 21/06/93 e conforme Processo protocolado sob o nº 5009, de 21/05/98,

R E S O L V E

AUTORIZAR a Diretoria-Geral desta Corte, a tomar as providências necessárias à realização da Licitação nº 042, modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, objetivando a aquisição de material permanente - aparelhos de ar condicionado, para atender a necessidade suplementar dos depósitos de urnas eletrônicas do Interior do

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 10 de julho de 1998.
@ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT
Presidente

A TO Nº 12.344

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.23, item 10 do Regimento Interno, à vista do que dispõe a Lei 8.666 de 21/06/93 e conforme Processo protocolado sob o nº 5009, de 21/05/98,

R E S O L V E

I - DESIGNAR os servidores deste Regional, TERESINHA MARGARETH ARAÚJO SABATÉ, Assessora da Diretoria-Geral, AUGUSTO CARLOS TEIXEIRA DE ANDRADE JÚNIOR, Técnico Judiciário e CHARLES WAGNER ALMEIDA NAUAR, Assistente da Seção de Controle Patrimonial, para em comissão, sob a presidência da primeira, promoverem a Licitação nº 042, modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, objetivando a aquisição de material permanente - aparelhos de ar condicionado, para atender a necessidade suplementar dos depósitos de urnas eletrônicas do Interior do Estado.

II - DESIGNAR os servidores deste Regional, ROSÁLIA CANTÃO DOS SANTOS, Chefe da Seção de Compras e IOLANDA DA COSTA FREIRE, Técnico Judiciário, para substituírem qualquer um dos membros em suas ausências justificadas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 10 de julho de 1998.
@ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT
Presidente

ATO Nº. 12. 348

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item 21 do Regimento Interno, e vista do que dispõe a Lei 8.666 de 21/06/93, e conforme Processo protocolado sob o nº. 9771/98, e conforme dispõe a Lei nº. 8.666/93,

RESOLVE:

CONCEDER ao Escrivão Eleitoral da 23^a Zona, Sr. ALAN DE JESUS OLIVEIRA SANTOS, Suprimento de Fundos no valor de R\$-774,04 (setecentos e setenta e quatro reais e quatro centavos), com vistas a atender despesas com SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES ELÉTRICAS NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, já incluídos os encargos sociais, as taxas bancárias de R\$25,00(Vinte e cinco reais) e CPMF, referente à ORPAG/BANCO DO BRASIL, com prazo de aplicação de 20 (vinte) dias e prestação de contas nos 10 (dez) dias, sendo estes subsequentes ao término da aplicação, com base no inciso IV, do art. 1º. da Resolução nº 1.835/97 deste Regional, determinando o pagamento da despesa pela PROVISÃO - Coordenação, Supervisão e Manutenção do Processo Eleitoral - PTRES 481840, Elemento 3490.36 - Outros Serviços de Terceiros(PF).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 13 de julho de 1998.
@ Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT
Presidente do TRE/PA

CARTÓRIO ELEITORAL DA 30^a ZONA DE BELÉM-PA EDITAL Nº 082/98

A Bacharela ROSILEIDE MARIA CUNHA BARROS, Juíza da 30^a Zona Eleitoral, da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições,etc...

FAZ SABER, a todos os interessados que este Juízo, em cumprimento ao que dispõe o artigo 68 caput e § 1º, do Código Eleitoral, realizará no dia 27.07.98, às 14:00 horas, no Cartório da 30^a Zona Eleitoral, audiência pública, para declarar encerrados os alistamentos e as transferências de eleitores para esta 30^a Zona, proclamando o número do último insrito e dos 10(dez) últimos transferidos.

E para que não aleguem ignorância, mandei baixar o presente Edital, que será afixado neste Cartório, no lugar de costume, dado e passado nessa cidade de Belém-Pa, aos 13 (TREZE) dias do mês de JULHO do

Olhe o que mudou e
o que está mudando,
na Imprensa Oficial.

Mudou a nossa estrutura gerencial, e estão
mudando as nossas instalações. Até o
conforto dos nossos Clientes vai aumentar,
com a construção de uma moderna loja para
atendimento comercial.

Mudou nosso parque gráfico, que, entre
outras novidades, agora tem uma moderna
impressora digital com tecnologia também à
disposição da iniciativa privada. A Imprensa
Oficial mudou, e vai ficar ainda melhor.

Olhe o que não mudou
na Imprensa Oficial.

Não mudou o endereço, não mudaram os
telefones, nem o nosso interesse em ter a
sua empresa como nosso Cliente.

No seu próximo serviço gráfico, peça antes
um orçamento para nós.



Imprensa Oficial do Estado
Informações e orçamentos pelo
tel.: (091)226-0556.
E-mail: ioe@prodelpa.gov.br



Mendes

ano de mil novecentos e noventa e oito (1998). Eu, MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA GARCIA, Escrivã, o datilografai, (a) ROSILEIDE MARIA CUNHA BARROS, Juíza da 30ª Zona Eleitoral de Belém-Pa.

Dra. ROSILEIDE MARIA CUNHA BARROS
Juíza da 30ª Zona Eleitoral de Belém-Pa

EDITAL N° 083/98

A Bacharela **ROSILEIDE MARIA CUNHA BARROS**, Juíza da 30ª Zona Eleitoral, da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições,etc...

FAZ SABER, a todos os interessados e especialmente aos Delegados Credenciados de Partidos Políticos, que em cumprimento ao que dispõe os artigos 120 e 135, do Código Eleitoral, realizará no dia 03.08.98, às 14:00 horas, no Cartório da 30ª Zona Eleitoral, audiência pública, em que serão nomeados os membros das Mesas Receptoras de Votos, assim como, serão designados os locais de votação onde funcionarão as referidas Mesas no pleito de 04 de outubro do corrente ano, para o primeiro turno de votação e para o segundo turno, se for o caso.

E para que não aleguem ignorância, mande baixar o presente Edital, que será afixado neste Cartório, no lugar de costume, dado e passado nesta cidade de Belém-Pa, aos 13 (TREZE) dias do mês de JULHO do ano de mil novecentos e noventa e oito (1998). Eu, MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA GARCIA, Escrivã, o datilografai, (a) ROSILEIDE MARIA CUNHA BARROS, Juíza da 30ª Zona Eleitoral de Belém-Pa.

Dra. ROSILEIDE MARIA CUNHA BARROS
Juíza da 30ª Zona Eleitoral de Belém-Pa

JUSTIÇA FEDERAL**JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA**

ALEXANDRE JORGE FONTES LARANJEIRA: Juiz Federal, em exercício
TÂNIA LÚCIA M. P. CARVALHO: Diretora de Secretaria, em exercício

BOLETIM N° 24/98**EXPEDIENTE DO DIA 13.07.98**
AUTOS COM DECISÃO

CLASSE : 2.100 MANDADO DE SEGURANÇA

INDIVIDUAL:

Processo n° 98.6661-3

IMPTE : ARISVALDO BRAULINO AMORIM

Advogado : Márlys W. Zinezi Rodrigues

IMPDO : COMANDANTE DO DEPÓSITO DA BASE NAVAL DE BELÉM/PA

DECISÃO: (...) Em face do exposto, INDEFIRO a liminar. Notifique-se a doura Autoridade Coatora para prestar informações. Notifique-se a doura Autoridade Coatora para prestar informações no prazo de dez dias, cientificando-a da presente decisão. Após, vista ao MPF. Intime-se o Impetrante.

Processo n° 98.7361-0

IMPTE : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ
Advogado : Roberto Zahluth de Carvalho

IMPDO : SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM/PA

DECISÃO: Vistos, etc. Ainda antes de decidir a propósito da liminar, torna-se necessária a oitiva da Autoridade Coatora, já que, aparentemente, foi invocado um fato novo para fundamentar a negativa na expedição da certidão negativa requerida pela Impetrante. Portanto, notifique-se urgentemente a doura Autoridade Coatora para prestar informações no prazo de dez dias. Após, faça-se nova conclusão. Intime-se a Impetrante.

CLASSE : 9.200 AÇÃO CAUTELAR INOMINADA:

Processo n° 98.7341-7

REQTE : CARLOS ALBERTO AMARAL DA SILVA

Advogado : Osvaldo Nascimento Genu

REQDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DECISÃO : (...) Em face do exposto, INDEFIRO a liminar. Cite-se e intimem-se.

**EM TEMPO
AUTOS COM DECISÃO**

CLASSE : 10.100 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA:

Processo n° 97.8458-5

REQTE : UNIÃO FEDERAL

Procur. : Adão Paes da Silva

REQDO : ANTÔNIO DE JESUS COELHO E OUTROS

Advogado : Idália Caetano da Cunha Souza

DECISÃO: (...) Isto posto, julgo procedente a presente impugnação, para fixar o valor da causa em R\$17.129,60(dezessete mil, cento e vinte nove reais e sessenta centavos) proposto pela União às fls. 05.

Ao Contador para a atualização e cálculo da diferença das custas. A seguir, intimem-se os Autores-impugnados para o pagamento da diferença apurada, no prazo legal, pena de extinção do processo. Junte-se cópia desta decisão aos autos da ação principal. P.I. Belém, 29.05.98. (Diferença das Custas a Complementar: R\$74,55, valor fixado em 03.06.98)

AUTOS COM SENTENÇA

CLASSE : 9.200 AÇÃO CAUTELAR INOMINADA:

Processo n° 97.3849-0

REQTE : MÁRIO DAVID PRADO SÁ

Advogado : Mário David Prado Sá

REQDO : BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - BNDES

SENTENÇA: (...) Verifica-se no presente feito, que o pedido efetuado pelo requerente, perdeu seu objeto, motivo pelo qual acato o parecer do M.P.F. e JULGO EXTINTO o Processo, sem julgamento do mérito, na forma do que dispõe o art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Custas, ex lege. P.R.I. Belém, 29.06.98

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO****CURADORIA DE FUNDAÇÕES
E MASSAS FALIDAS.**

PROCESSO N° 10/98

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIÃO DE ARTISTAS E ARTESÃOS DO PARÁ.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 1997.

ATO N° 012/98 - 1º PJ/FMF

A PRIMEIRA CURADORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 26 do Código Civil Brasileiro e artigo 40, inciso VI da Lei Complementar Estadual nº 01/82, do Ministério Público, por este ATO DECLARA que a FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIÃO DE ARTISTAS E ARTESÃOS DO PARÁ, não é uma Fundação legalmente constituída por não Ter personalidade jurídica, em virtude de não Ter sido registrada perante os Cartórios de Registros de Títulos e Documentos.

DECLARA, ainda que a instituição não está autorizada a realizar negócios, assinar contratos ou convênios e nem praticar atos da vida civil, bem como, exercer suas finalidades estatutárias. E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO, publicado.

Belém, 26 de junho de 1998.

ROSÂNGELA CHAGAS DE NAZARÉ

1º PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS.

PROCESSO N° 05/98

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO DIONÍSIO HAGE

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 1995 e 1996.

ATO N° 013/98 - 1º PJ/FMF

A PRIMEIRA CURADORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 26 do Código Civil Brasileiro e artigo 40, inciso IV e VI da Lei Complementar Estadual nº 01/82, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO DIONÍSIO HAGE, referente ao exercício financeiro de 1995 e 1996, quando aos aspectos contábeis, formais e técnicos, com ressalva para a conta de depreciação do Ativo Imobilizado que não foi efetuada em 1996, o que deverá ser feito no Exercício de 1997, na forma de ajuste.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO, publicado.

Belém, 09 de julho de 1998.

ROSÂNGELA CHAGAS DE NAZARÉ

1º PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS.

PROCESSO N° 016/97

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO LUIZ DÉCOURT

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 1995.

ATO N° 014/98 - 1º PJFMF

A PRIMEIRA CURADORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 26 do Código Civil Brasileiro e artigo 40, inciso IV e VI da Lei Complementar Estadual nº 01/82, por este ATO DESAPROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO LUIS DÉCOURT, referente ao exercício financeiro de 1995, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO, publicado.

Belém, 13 de julho de 1998.

ROSÂNGELA DE NAZARÉ

1º PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS.

PROCESSO N° 017/97

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO LUIZ DÉCOURT
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 1996.

ATO N° 015/98 - 1º PJFMF

A PRIMEIRA CURADORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 26 do Código Civil Brasileiro e artigo 40, inciso IV e VI da Lei Complementar Estadual nº 01/82, por este ATO, DESAPROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO LUIZ DÉCOURT, referente ao exercício financeiro de 1996, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO, publicado.

Belém, 13 de julho de 1998.

ROSÂNGELA DE NAZARÉ

1º PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº Termo Aditivo: 1º

Contrato Originário n°: 001/98 MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa Radiante Telecomunicações Ltda.

Objeto: Alteração da Vigência do Contrato Original.

Vigência: 09.07.98 a 08.01.99

Dotação Orçamentária: Atividade: 12.101.02.004.0014.2016-Elemento de Despesa: 3490-39

Foto: Belém-Pa

Data: 08.07.98

Ordenador Responsável: Manoel Santino Nascimento Junior.

EDITAL

O Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, de conformidade com o que dispõem os artigos 75, da Lei Complementar nº 01/82 c/c o artigo 61, da Lei Federal nº 8.625, de 12.02.1993, comunica que se inscreveram para 01 (uma) vaga de Promotor de Justiça de 2ª Entrância, na Comarca de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, que será preenchida por PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, os Promotores de Justiça de 1ª Entrância, abaixo relacionados:

1. ALCYR MONTEIRO CECIM

2. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO

3. BEZALIEL CASTRO ALVARENGA

4. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

5. EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR

6. ELAINE CASTELO BRANCO SOUZA

7. FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID

8. FRANKLIN LOBATO PRADO

9. IVANILSON PAULO CORRÊA RAIOL

10. MÁRCIA BEATRIZ REIS

11. MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBÚ

12. MARCELO BATISTA GONÇALVES

13. MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL

14. MÔNICA REI MOREIRA FREIRE

15. MYRNA GOUBIEA DOS SANTOS

16. PAULO RICARDO DE SOUZA BEZERRA

17. PEDRO PAULO BASSALO CRISPINO

18. REGINA COELI VALENTE DE SOUZA PINTO

19. RODIER BARATA ATAIDE

20. SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILEO

21. SINTIA NONATA NEVES DE QUINTANILHAS BIBAS CARDOSO

22. SUELY REGINA AGUIAR CRUZ